

# MULHERES, MEIO AMBIENTE E O SAGRADO

## (ESPIRITUALIDADES HUMANAS)

ILSYANE DO ROCIO KMITTA  
TÂNIA REGINA ZIMMERMANN  
ORGANIZADORAS

ARCO  
EDITORES ● ● ●



# MULHERES, MEIO AMBIENTE E O SAGRADO

(ESPIRITUALIDADES HUMANAS)

ILSYANE DO ROCIO KMITTA  
TÂNIA REGINA ZIMMERMANN  
ORGANIZADORAS

**ARCO**  
EDITORES ● ● ●



**Editor Chefe**

*Ivanio Folmer*

**Bibliotecária**

*Tábata Alves da Silva*

**Revisora Técnica**

*Gabriella Eldereti Machado*

**Diagramação e Projeto Gráfico**

*Gabriel Eldereti Machado*

**Imagem capa**

*www.canva.com*

**Revisão**

*Organizadores e Autores(as)*

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Profa. Dra. Alicia Eugenia Olmos - Universidad Católica de Córdoba

Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - Instituto Federal Farroupilha

Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - Universidade Cidade de São Paulo

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - Faculdade Sesi-Sp de Educação

Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - Universidade Franciscana

Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - Universidade Católica de Brasília

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra Liziany Müller Medeiros - Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra Marcela Mary José da Silva - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - Universidade Federal do ABC

Prof. Dr. Roberto Araújo Silva - Centro Universitário Lusíada

Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - Universidade Federal do Oeste da Bahia

Prof. Dr Tomás Raúl Gómez Hernández - Universidade Central “Marta Abreu” de Las Villas

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Mulheres, meio ambiente e o sagrado [livro eletrônico] : (espiritualidades humanas) / organizadoras Ilsyane do Rocio Kmitta, Tânia Regina Zimmermann. -- Santa Maria, RS : Arco Editores, 2024.  
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-180-9

1. Educação 2. Espiritualidade 3. Feminismo  
4. Meio ambiente - Aspectos sociais 5. Mulheres - Educação I. Kmitta, Ilsyane do Rocio. II. Zimmermann, Tânia Regina.

23-183763

CDD-371.822

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Mulheres : Educação 371.822

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253



10.48209/978-65-5417-180-9

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



**ARCO EDITORES**

Telefone: 5599723-4952

contato@arcoeditores.com

www.arcoeditores.com

# APRESENTAÇÃO

Ao perscrutarmos nessa obra as dimensões de gênero com questões ecológicas estamos conscientes de que apesar da crescente atenção das instituições e organizações internacionais o nexo gênero/meio ambiente é mais ou menos ignorado em grande parte da produção normativa que aborda a transição ecológica em todo o mundo. Mas quando as questões de gênero são consideradas, isto é feito através da observação da necessidade da voz das mulheres no debate político e na tomada de decisões, ou sugerindo a necessidade de promover a participação das mulheres na chamada “economia verde”.

No entanto, esta perspectiva negligencia o fato de que, para integrar uma perspectiva de gênero num padrão real de transição ecológica transformadora, os processos e relações de poder que determinam as desigualdades estruturais devem primeiro ser identificadas e devidamente abordadas. Dito de outra forma, a transição ecológica corre o risco de exacerbar as desigualdades existentes e seguindo a contribuição inspiradora dos ecofeminismos estamos interessadas em explorar a ligação fundamental entre a desigualdade/injustiça de gênero e as destruições ecológicas, epistêmicas, etc.

De acordo com este conjunto de pesquisas, estas questões devem ser enfrentadas simultaneamente, pois encontram seus rumos no mesmo problema: a desvalorização da reprodução social e ambiental no atual modelo econômico capitalista. Os diferentes ecofeminismos entrecruzam uma economia do cuidado, isso significa uma economia que liga o ambientalismo e a sustentabilidade à justiça social, enfatizando como o ambiente se cruza com outras questões sociais, como a desigualdade, a violência, o patriarcado, o sexismo e o racismo. Para tanto, aqui trazemos exemplos de iniciativas destinadas a apoiar a promoção, proteção e distribuição equitativa para a reprodução social e ambiental.

Estas experiências estão explicitamente ligadas à transição socioecológica em curso seguindo a contribuição inspiradora dos ecofeminismos.

Este conjunto de textos alenta para a construção de novas relações de responsabilidade para com o tempo presente e o futuro implicando na resistência à simplificação mutiladora contemporânea e tem seus protagonismos em mulheres. Uma dimensão desses ecofeminismos é aqui discutida e se traduz num processo de resistência das existências, sobretudo na região mais vegetal do planeta conforme nos alude Mercedes Sosa. Trata-se da espiritualidade, uma subjetividade que não pode ser alcançada pelo capitalismo conforme nos aponta Vandana Shiva e se constitui numa força de enfrentamentos dos modos de existência comunitários, no qual as mulheres são as protagonistas. Rita Laura Segato também vê na espiritualidade um contrapoder decolonial, pois se traduz em poder político.

Essa perspectiva fez parte de nosso projeto “Ativismos Ambientais e Espiritualidades: (re) existências em Vandana Shiva e Dorothy Stang” e que agora se apresenta estendido para parcerias com pesquisadoras e seus temas resilientes aqui apresentados com Leila Mourão Miranda e seu texto “Ecofeminismo: atuações e utopias”, Samira Peruchi Moretto e Bruna Carolina Krauspenhar com “Mulheres das margens do Rio Uruguai: as transformações socioambientais no oeste de Santa Catarina (1940-1970)”, Elenita Malta Pereira e uma pesquisa sobre “Uma São Francisco de Saias”: Palmira Gobbi e a proteção dos animais do Rio Grande do Sul. Ilsyane do Rocio Kmitta e Maria Eduarda Silva de Oliveira discutem o “Ecofeminismo: educação e mudanças sociais como aporte para o bem viver e a integração com a natureza”, e com Bianca Letícia de Almeida que nos apresenta o texto “O ressoar da primavera: a trajetória da escritora e cientista natural Rachel Carson (1907-1964)”. E por fim, o texto escrito pelas organizadoras dessa obra, Tânia Zimmermann e Ilsyane Kmitta que nos apresentam o “Ecofeminismo latino-americano: mapeando ações de Safina Newbery e do Coletivo La Urdimbre de Aquehua”.

Nesse sentido, a obra perspectiva a necessidade de articulação de novos debates sobre equidade, igualdade de gênero e suas relações com educação, espiritualidades, justiça socioambiental, proteção e distribuição equitativa de trabalhos, recuperação de ecossistemas frágeis, segurança alimentar, bem viveres nos diferentes espaços institucionais ou não com base em discussões interdisciplinares e com a visão ancorada no pluralismo histórico.

*As organizadoras*  
*Dezembro/2023*

# SUMÁRIO

## **CAPÍTULO 1 - ECOFEMINISMO: ATUAÇÕES E UTOPIAS.....10**

*Leila Mourão Miranda*

**doi: 10.48209/978-65-5417-180-1**

## **CAPÍTULO 2 - SOCIOBIODIVERSIDADES, ECOFEMINISMOS E ESPIRITUALIDADES HUMANAS EM DISCUSSÃO.....29**

*Ilsyane do Rocio Kmitta*

**doi: 10.48209/978-65-5417-180-2**

## **CAPÍTULO 3 - ECOFEMINISMO LATINO-AMERICANO: MAPEANDO AÇÕES DE SAFINA NEWBERY E DO COLETIVO LA URDIMBRE DE AQUEHUA.....50**

*Tânia Regina Zimmermann*

*Ilsyane do Rocio Kmitta*

**doi: 10.48209/978-65-5417-180-3**

## **CAPÍTULO 4 - O RESSOAR DA PRIMAVERA: A TRAJETÓRIA DA ESCRITORA E CIENTISTA NATURAL RACHEL CARSON (1907-1964).....61**

*Bianca Letícia de Almeida*

**doi: 10.48209/978-65-5417-180-4**

## **CAPÍTULO 5 - ECOFEMINISMO: EDUCAÇÃO E MUDANÇAS SOCIAIS COMO APORTE PARA O BEM VIVER E A INTEGRAÇÃO COM A NATUREZA.....79**

*Ilsyane do Rocio Kmitta*

*Maria Eduarda Silva de Oliveira*

**doi: 10.48209/978-65-5417-180-5**

|                                                                                                                    |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>CAPÍTULO 6 - “UMA SÃO FRANCISCO DE SAIAS”: PALMIRA GOBBI E A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NO RIO GRANDE DO SUL.....</b> | <b>94</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

*Elenita Malta Pereira*

**doi: 10.48209/978-65-5417-180-6**

|                                                                                                                                        |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>CAPÍTULO 7 - MULHERES DAS MARGENS DO RIO URUGUAI: AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO OESTE DE SANTA CATARINA (1940-1970).....</b> | <b>112</b> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Samira Peruchi Moretto*

*Bruna Carolina Krauspenhar*

**doi: 10.48209/978-65-5417-180-7**

|                                    |            |
|------------------------------------|------------|
| <b>SOBRE AS ORGANIZADORAS.....</b> | <b>129</b> |
|------------------------------------|------------|

|                              |            |
|------------------------------|------------|
| <b>SOBRE AS AUTORAS.....</b> | <b>130</b> |
|------------------------------|------------|

# CAPÍTULO 1

## **ECOFEMINISMO: ATUAÇÕES E UTOPIAS**

*Leila Mourão Miranda*

**Doi: 10.48209/978-65-5417-180-1**

### **Introdução**

O presente texto sistematiza uma breve história do surgimento dos movimentos substantivados como ecofeminismos, que têm propiciado a inserção da espiritualidade, em algumas abordagens.

O tema mulheres, meio-ambiente e o sagrado trouxe à lembrança os filmes “A Forma da Água”, que se baseou no livro do mesmo nome<sup>1</sup>, e “Avatar” que provocaram reflexões e foram além da metáfora apreendida pelo senso comum. Eles fizeram emergir questões diversas que permeiam a vida científica, social, socioeconômica, cultural e ambiental das sociedades atuais, em especial a tese espiritualidade, reverberando-a como crenças que propiciam significados e sentidos às experiências e aos eventos da vida e nas vivências. São questões que evidenciam a diferença e hierarquização, distinção e discriminação entre os seres vivos e ambientes, entre os substantivados como humanos e não humanos, de acordo com os preceitos éticos, morais e políticos estabelecidos.

---

<sup>1</sup> O primeiro citado é de autoria e direção de Daniel Kraus e Guilherme del Toro, classificado como ficção histórica, publicado pela editora Intrínseca em 2018, no Brasil. O filme Avatar: O Caminho da Água, dirigido por James Cameron, ficção Científica, foi lançado em 2022 por 20th Century Studios/EUA.

A literatura historiográfica tem enunciado e registrado que os povos que viviam em distintas regiões do Planeta Terra, em seus processos de interação com os ambientes, buscaram compreender e interpretar o mundo em que viviam, onde selecionavam e consumiam diversas espécies da flora e da fauna, ou cultivavam vegetais, domesticavam animais, interagindo entre si e com os outros. Informam, também, que fizeram observações sobre a flora, fauna, solos e águas e as ocorrências no firmamento, os mapeando e significando em seus modos de vida. Eram sociedades que davam atenção especial aos astros: Sol, Lua, Vênus e demais ‘estrelas’, relacionando-os aos ambientes em que viviam e aos seus afazeres no viver. A observação do céu e dos ambientes vivenciados, assim como as mudanças ocorridas, que resultavam em movimentos, estiveram na conformação e elaboração do conhecimento, de signos e símbolos e suas representações nas sociedades do passado, e continua em algumas no presente.

A historiografia tem informado que as sociedades humanas sempre estiveram e continuam submetidas, ainda que de modo distinto, ao desdobramento cíclico da movimentação dos astros: dia-noite, fases da lua, estações do ano, o que lhes possibilita configurar e ordenar a vida, o saber/conhecimento, os alimentos, a reprodução social, o trabalho e o lazer, e os pensamentos, sensações corporais e comportamentos, a que substantivamos como sentimentos. Esses povos perceberam que suas atividades de sobrevivência, em especial os cultivos e coletas, a pesca, a caça e sua movimentação em terra ou águas, estavam relacionadas e sujeitas às mudanças provocadas pela sazonalidade astronômicas e ambientais. Eles constataram as alterações que ocorriam no tempo, lugares e nas espécies.

Para assegurar suas permanências, elaboraram tabelas para a previsão do tempo, estações do ano, eclipses solares e lunares, conjunções de planetas, métodos restritivos de usos, sistemas preventivos e penalidades, adequando os seus processos produtivo-reprodutivos e das espécies da flora e da fauna. Esse saber/conhecimento lhes possibilitou a organização dos diversos tempos rela-

tivos aos diferentes astros, explicitando suas medidas temporais, suas permanências, modificações e coincidências, e os períodos de renovação da flora e da fauna, que orientaram por milênios a seleção e a apropriação de seus produtos.

As observações e os saberes/conhecimentos adquiridos, processos e suas influências na origem e desenvolvimento do cosmo, enquanto mundos onde se vive, possibilitaram a elaboração de estratégias, técnicas de inteiração e manejo dos ambientes, produtos e de proteção aos tais sistemas, elaborando estórias, lendas, mitos e crenças – metáforas – para coordenar e proteger seus modos de vida. Essas medidas compuseram calendários, que nesta perspectiva, traduz as maneiras que um povo concebe o espaço-lugar e o tempo no qual vive: sua lógica ética, suas cosmogonias, deuses, os estados das matérias, o bem e o mal, as cores, os alimentos, elaborando signos e símbolos. Esse conjunto de concepções conformou as suas cosmologias e cosmogonias, que sofreram fortes impactos desestruturantes sob a influência determinante da ciência moderna, e que se agravam na atualidade.

A cosmologia de um povo, no sentido histórico, constitui-se, portanto, numa ‘teoria de mundo’ que conforma, organiza e orienta o processo de interação entre sociedade e natureza, isto é, entre humanidade e flora, fauna, terra, água, fogo e ar no planeta de forma peculiar, configurando seus mundos cosmogônicos e a história de cada sociedade. A elaboração da cosmologia e cosmogonia apreende, organiza e historiciza a relação entre as sociedades e seus ambientes no tempo, conformando a concepção local de interação entre eles, através dos sentidos, emoções, crenças espirituais, práticas rituais e formas de ação e organização humana. É nesse processo que o ambiente em que se vive torna-se percebido como “uma paisagem holística” e interconectada, capaz de propiciar os alimentos, entre outros elementos necessários ao viver.

À semelhança de Foucault (2014), entendo, historicamente, que as sociedades elaboram signos, símbolos, práticas e rituais, aplicando concepções, comportamentos, gestos, circunstâncias de aceitação e de exclusão antro-

cêntricas, entre os humanos e com os não humanos, justificados/as, por pseudo superioridades étnicas, raciais, sexuais, culturais, de linguagem e usos, que geraram discriminações entre a humanidade, as demais espécies e os outros componentes no planeta: águas, terras (solos e subsolos), vegetação, ares, tempo e outros, fundamentais à vida. Ainda que nos primórdios esses componentes tenham sido substantivados como NATUREZA<sup>2</sup>, muitos deles foram sacralizados<sup>3</sup>, por manterem a vida, no sentido de que eles existiam como patrimônio comum das/os humanas/os.

Ressalta-se que o conceito de natureza, que tem predominado nas teses fundamentadas na ciência moderna, sobre interação humanos não humanos, é a-histórico, ainda que seu uso tenha historicidade. Ele tem sido adotado como matriz interpretativa da ‘natureza’ e da humanidade do planeta, numa interação que promove a exclusão/extinção histórica de setores humanos e outras espécies na conformação contemporânea do planeta. Essa compreensão significada, que as áreas/lugares sem a presença humana é natureza; que os ambientes são os lugares em que se constata a presença, não fixa, de humanos; e meio ambiente indicando o lugar do viver humano, explicitando substantivamente a natureza como existência de ‘espaços vazios’, a serem reapropriados para a exploração econômica.

Na contemporaneidade, as apropriações ambientais como domínio e propriedade privada têm promovido tensões, guerras e resistências em face à possibilidade de extinção de humanos e de ambientes e de tudo que neles existe, promovendo a extinção de ideias e possibilidades de convivência harmoniosa de interação humana com diversos ambientes e seus componentes, contribuindo aceleradamente para os sentimentos e sentidos de sua ‘dessacralização’ e rompendo práticas seculares de sua preservação e conservação.

---

2 Foi atribuído o sentido de natureza a tudo, que aparentemente, ou de fato, existia sem a interferência de ações dos humanos.

3 Sacralizados no sentido de: digno de respeito, proteção e veneração, por produzir vida, doença ou morte.

A historiografia e outras literaturas têm discutido e elaborado a história de apropriação privada dos diferentes usos das florestas, das águas e dos solos, assim como as tensões, lutas, derrotas e conquistas em defesa de suas preservações em várias regiões da Europa, Ásia, África e da América, sob permanente ameaça de serem reduzidas e/ou dizimadas, provocando crises de abastecimento alimentar, energético, de circulação e de produção agrária para diversas populações. Essas crises afetam, de modo desigual e diferenciado, os diversos grupos e/ou setores humanos<sup>4</sup>.

Historicamente, constata-se no registro de expansão, principalmente de europeus entre os séculos XIII e XX, que eles eram orientados pela premissa “conquistar a terra, dominar a água e sujeitar a floresta” e naturalmente as suas diversas populações humanas e não humanas, a partir do pressuposto de que eram ou são selvagens e/ou bárbaros e precisavam ser dominados e aculturados de acordo com as dinâmicas socioeconômicas e culturais, que foram consideradas e se instituíam como superiores. Essa expansão tem provocado múltiplas e diferentes formas de resistências, no que se refere à apropriação e destruição da natureza e seu componentes, por se perceber que as intercessões e ações de discriminação e violência sobre os ambientes e seus ocupantes, colocam em risco a vida neles e deles.

Na contemporaneidade, convivemos e enfrentamos relações antropocêntricas hierarquizantes, de superioridade socioeconômicas e culturais e de exclusão de humanos, fundamentadas em concepções racistas, sexistas, classistas e antropocêntricas de superioridade étnicas e raciais, dos homens sobre as mulheres, dos empresários sobre os trabalhadores, dos humanos sobre os solos, águas, animais e plantas. A convivência, sob essas relações excludentes e subordinadoras, provocam questionamentos sobre as origens e a manutenção dessas ideias conceituais e comportamentos delas derivantes, em uma época em

---

<sup>4</sup> Engels [...] em ‘Guerras Camponesas na Alemanha abordou os conflitos sociorreligioso que envolveram a apropriação privada das terras de ‘uso comum’, entre 1524e 1525.

que se sabe que as espécies viventes no planeta dependem do que é propiciado pelos diferentes ambientes do planeta. Somente existimos porque os ambientes têm propiciados os bens necessários à vida.

## **O Viver de Todos/as**

De acordo com o neurocientista Maturana; Varela. (2001), as percepções humanas individual e coletiva de mundo e de tudo que nele existe ocorrem em múltiplas dimensões e durações temporais na fisiologia corporal e na cultura. A percepção fisiológica indica e resulta do observar, tocar, compreender e conceituar, para apropriar-se do mundo, e o faz através dos sentidos fisiológicos, que são expressos em elaborações de sentidos e significados, gestos e comportamentos. Os sentidos humanos – visão, audição, olfato, tato e paladar – são os instrumentos que possibilitam a interação entre humanos e não humanos, ainda que mediados por tecnologias. No processo de interação que se efetiva, se configuram reações fisiológicas (bioquímicas) no organismo humano, que provocam diversas expressões corporais (emoções, sentimentos, gestos e sons), que são narradas na linguagem, de forma a configurar sentidos e significados como a saciedade, a dor, a satisfação, a raiva, o choro e outras sensações/emoções e sentimentos, conformando também, distinções e reações entre o eu e o outro, seja ele humano ou ambiental. Ou seja, a concepção do humano se insere na intersecção do diálogo entre sociedade e o ambiente no qual se vive o viver. Nesse processo, se constroem as expressões e comportamentos emocionais, materiais e simbólicos de si e do outro.

Neste sentido, concorda-se com González (1985) que, ao discutir a configuração das sociedades, afirma que “para compreender o que uma sociedade define como pessoa”, o problema deve ser situado na interface da interação entre o ser humano e seu entorno circundante. O comer, o beber, o sentir e reagir são atividades humanas cotidianas, que têm forte impacto sobre a percepção

e conhecimento do mundo interno (corpo) e externo (ambiente). Na mesma perspectiva, os estudos de Vargas e Casillas (2008,87) sobre os povos pré-colombianos da América constataam que eles adotam como princípio de vida que “o que se come e bebe vem do exterior (ambientes) e se incorpora sensorial, emocional, material e simbolicamente em nosso corpo e têm efeitos a curto e longo prazo no organismo”. Para esses autores, os povos pré-colombianos elaboraram e construíram seus mundos com componentes objetivos e imaginários conformando suas culturas. São elaborações que se configuram em expressões metafóricas, mas igualmente reais, para as pessoas que os conformaram, e nelas a cultura é projetada articuladamente como arcabouço de suas cosmovisões.

Nesta perspectiva, destaca-se que a elaboração simbólica, que resulta do processo biocultural da interação entre seres vivos e ambientes, oriunda das sensações e das transformações operadas no corpo individual e coletivo, é a interpretação de vivências, que projetada na cultura, constitui a ideia de pessoa. Esse procedimento ocorre de modo que apreenda as noções fundamentais contidas no processo realizado e influencie as percepções corporais, dando sentido à experiência biológica de cada ser. Estes autores explicam que nesse complexo processo:

Cada pessoa tem suas vivências próprias, de acordo com suas peculiaridades biológicas, psicológicas e culturais. Cada um/a cria, portanto, sua realidade particular sob a influência da cultura, na qual se insere, com sua correspondente cosmovisão. Integra à sua vivência fatos e acontecimentos cotidianos ou extraordinários que, sob certo aspecto, instrui a construção objetiva e simbólica desta realidade subjetiva, a qual orienta a vida pessoal e as relações com os outros/as. (Vargas; Casillas, 2008, p.88).

A apropriação e os usos dos componentes dos ambientes que foram qualificados e nomeados como natureza, têm sido registrados na historiografia e em vasta literatura, indicando crises pontuais, reverberando impactos localizados sobre diversas sociedades humanas. A exploração humana, vegetal, aquática e mineral em espaços territoriais significativos do planeta, entre os séculos XIII e

XIX, através da instituição jurídica de domínios e propriedade privada, redundou em guerras camponesas em vários países europeus em que participaram, ainda que distintamente homens e mulheres.

A expansão Europeia, a partir do século XIV, promoveu a conquista e domínio de regiões da África, América e Ásia, tornando-as agregadas a alguns países europeus, através de sistemas coloniais, orientados pelos princípios lógicos do sistema socioeconômico a que se conceitua como capitalismo, no qual tudo no planeta passou a se constituir como mercadoria – os componentes ambientais e pessoas, desde que tenham equivalência como objeto de troca, e em especial monetária.

Esta tese tem possibilitado o avanço, sem precedentes, sobre os diversos componentes sociais e ambientais de vastas regiões. Não sem reação local, pois surgem e atuam os diversos movimentos ambientalistas, como o ecofeminismo, enquanto movimento relativamente contemporâneo, complexo e diverso, que se conforma a partir de busca de cidadania e vivência digna pelas mulheres.

## **0 Ecofeminismo**

As mobilizações e organizações de mulheres em diversas regiões do planeta, nos séculos XIX e XX, tiveram inicialmente a finalidade de luta pelos direitos civis, para a conquista de cidadania jurídica: pelo direito ao voto e de serem votadas, temática já abordada e analisadas pela historiografia como movimentos femininos. Suas lutas, principalmente na segunda metade dos novecentos, se intensificaram em defesa de direitos econômicos, sociais e culturais, isto é, de igualdade jurídica-cultural, conformando os movimentos conceituados como feministas. Esse processo se efetivou de modo distinto nas diversas regiões do planeta. Alguns movimentos se organizaram e atuaram na luta por igualdade de direitos civis, econômicos, políticos, educacionais e sociais, ou-

tros ampliaram suas ações incluindo a defesa dos ambientes em que viviam, e alguns surgiram e consolidaram a partir da defesa dos seus meios ambientes vivenciais.

Na Índia e em alguns países da África, por exemplo, as ações de mulheres ocorreram em defesa de condições de vida, obtida de floresta e de outros ambientes, enquanto na América do Norte e alguns países da Europa as mulheres se mobilizaram organizadamente em defesa de condições de igualdade de direitos sociais, econômicos, culturais e melhoria dos ambientes passíveis de contaminação por distintos resíduos e lixos tóxicos.

O termo ecofeminista surgiu em 1974, a partir das reflexões de Françoise d'Eaubonne ao sistematizar as reflexões e discussões sobre os movimentos femininos e feministas em sua intercessão com as ações e movimentos de defesa de ambientes. Esta autora analisou a relação e a interseção entre os movimentos feministas com os movimentos ecologistas em algumas regiões. Em 1980, foi realizada a 1ª conferência Ecofeminista “Mulheres e vida na terra” em Amherst (EUA), onde foi possível identificar e explicitar distinções entre os movimentos ecofeministas e as tese que os fundamentavam: as lutas se distinguiam em torno de objetivos e finalidades diversas, em face às diferenças socioeconômicas, políticas e culturais e de vida de cada região.

Essa Conferência permitiu a reflexão de que a mentalidade patriarcal masculina hierarquizante vigente propiciava a argumentação da lógica de discriminação em relação às mulheres e à natureza. Essa similaridade de abordagem masculina se configurava pelos argumentos utilizados para identificar e qualificar a mulher e a natureza, pois a tipicidade desses movimentos de resistência ressoavam na ética patriarcal presente nos embates. Os movimentos de luta em defesa e melhoria dos ambientes conduzidos por mulheres foram diversos em várias regiões do planeta<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> No Quênia o Green Belt (Cinturão Verde) para recuperação de áreas degradadas; na Índia a tra-

As ações organizadas por mulheres repercutiram nas reflexões, na produção de conhecimento nas academias, nas crenças e religiões praticadas por diferentes igrejas e grupos e na vida cotidiana. As reflexidades e demandas surgidas requereu a atenção das organizações femininas e feministas para outras questões: valores éticos, morais, filosóficos, religiosos e comportamentos, que, até então, orientavam suas vidas. Ao se colocarem em defesa dos ambientes em que viviam, promovendo a defesa da vida, também defendiam a existência do planeta. Como resultado, constatou-se a formalização e institucionalização do termo **ecofeminismo** e de suas ideias fundantes, tendo sua divulgação, e certa popularização, a partir da Conferência Mulheres e Vida na Terra, em 1980.

O termo como signo e significados, cunhado na década de 1970, sob o lema de “mobilização das mulheres em defesa ecológica no planeta”, se instituiu como ecofeminismo e tornou reconhecido, enquanto movimento organizado por mulheres, a partir do evento “Ação Feminina no Pentágono” nos EUA, contra a guerra nuclear e o desenvolvimento de armas, por serem contrários à vida no planeta, na década de 1980. Considerando que as ações das mulheres, realizadas em vários países, eram múltiplas, diversas e com finalidades distintas, constatou-se que essas distinções decorriam da iniciativa e presença de diferentes setores sociais: donas de casa de classe média, camponesas, intelectuais/acadêmicas, parlamentares e outras categorias, refletindo em vários aspectos a diversidade dos ecofemininos que se configuravam. Essa situação exigiu reflexões e elaborações sobre as agentes e agências que os promoviam. Eram muitas e distintas vozes se elevando em defesa de “condições de vida”.

---

dição do Chipko (abraço), realizado entre os de 1855-1870 por diferentes agentes, e novamente nas décadas de 1960 e 1980, principalmente por mulheres, em defesa da floresta como fonte de abastecimento de vários produtos; na Suécia contra os alimentos borrifados com herbicidas. Nesse período surgiram oposição de mulheres a diferentes situações. No Canadá contra o processamento de urânio próximos às cidades; nos EUA pela limpeza dos depósitos de lixo perigosos para diversas comunidades: na Alemanha, as camponesas da região de Whyl, manifestaram contra a central Nuclear; no Reino Unido, grupos de mulheres se manifestaram contra a base militar de Greenham Common, para citar apenas alguns.

Nesse processo, constatou-se que era necessário esclarecer a perspectiva de surgimento e finalidade das organizações, assim como as tendências dos diversos movimentos das mulheres intituladas como ecofeministas.

Merchant (1997), em seu artigo ‘Ecofeminismo’ indicava que era possível constatar as seguintes tendências ecofeministas a partir dos fundamentos teóricos e metodológica dos argumentos e de seus objetivos, modos de ação e finalidades: **ecofeminismo cultural**, **ecofeminismo liberal**, **ecofeminismo social** e **ecofeminismo socialista**. No entanto, ela destacava que todos eles apresentavam um tema comum: mudar e melhorar o processo de interação entre sociedades humanas e seus ambientes vivenciais, através de alterações das formas de apropriação e usos dos ambientes, nomeados como naturais, e a criação de sistemas de gestão ecológica social, sociocultural e socioeconômica dos ambientes. Essa autora explicita que os fundamentos de interpretação teórica dos movimentos ecologistas das mulheres, em atuação à época, apontavam, em linhas gerais, as tendências do ecofeminismo citados.

O **Ecofeminismo Liberal** defendia o repensar das mudanças relacionadas às relações humanas e socioeconômicas com os ambientes, através das estruturas de governo existentes, editando leis, regulamentações e penalidades. Já o **Ecofeminismo Cultural** propunha repensar o movimento ambientalista, na perspectiva de crítica ao sistema de patriarcado orientador das interações entre sociedades humanas e dessas com os ambientes, através de novas relações alternativas relacionais dos humanos entre si e humanos e a ‘natureza’. Essa abordagem propiciou a emergência das discussões em torno da ideia de ‘ativismo feminista ambiental espiritual’, enquanto novo campo ampliado de reflexão e estudos, que se propõe, em perspectiva interpretativa, analisar as interações e as relações entre mulheres/humanos e meio ambiente fundantes das relações étnico raciais e o sagrado, e a ecologia política e sua produção de conhecimento

científico sobre o tema, deveria incorporar as perspectivas interseccionais na elaboração das concepções, ações e nuances socioeconômicas, para promover a já discutida sustentabilidade.

O **Ecofeminismo Social** e o **Ecofeminismo Socialista** surgiram das críticas do movimento feminista ao sistema patriarcal, vigente sob o sistema capitalista extensivo a todas as relações humanas e ambientais. Um de seus principais argumentos é de que o domínio dos homens sobre as mulheres, desde a instituição do “pátrio poder” e do capital sobre a natureza, em bases do direito de domínio ou da propriedade privada, para gerar lucros, fundamentou e sustenta as relações de discriminação e subjugação das mulheres e da natureza, possibilitando a destruição de ambientes, colocando em risco as vidas no planeta. Todos os ecofeminismos identificados pela autora centram sua crítica discursiva sobre os mecanismos de hierarquização e ‘domínio’ vigentes, defendendo uma justiça que extinga esses mecanismos promotores de opressão e destruição. Mas as abordagens de todos ecofeminismos, de modo geral, reconhecem as contradições da nefasta lógica de produção e reprodução biológica, econômica e social capitalista, para os humanos e para a natureza em geral, nos termos atuais.

## **Ativismos Ambientais e Espiritualidades**

Os estudos sobre os ecofeminismos configurados historicamente reconhecem e explicitam a diversidade e as distinções entre as ecofeministas dos chamados ‘primeiro mundo’ e principalmente com as do ‘terceiro mundo’ no que se refere aos problemas ambientais e sociais. No primeiro, as principais ameaças enfrentadas são os possíveis efeitos da radioatividade, da contaminação de resíduos dos produtos domésticos, dos produtos poluentes em geral, as mudanças climáticas, a crise energética e outras, em face aos seus estilos de vida.

No terceiro, as ecofeministas defendem seus modos de vida, ainda em alguma escala, considerados tradicionais, orientados pela influência de hábitos, costumes e práticas orientadas por parcelas de cosmogonias milenares e ou centenárias de respeito à natureza, em relação ao sistema florestal, as águas, as terras etc. que lhes permitem a sobrevivência. Nesta circunstância, os movimentos ocorrem na perspectiva de reverterem os danos ecológicos e sociais provocados pela intensa exploração realizada pelas grandes corporações e indústrias extrativas dos ambientes, que lhes proporcionam as condições de permanência da vida, portanto de sua produção e reprodução social.

Os estudos de Shiva (1993; 2003), Mies (1993) e de Puleo (2011; 2015), ainda que de modo distinto, reconhecem a diversidade dos ecofeminismos em curso, e defendem a necessidade de desenvolvimento de uma nova cosmologia, que reconheça as distintas formas e estágios de vida como dependentes entre si e do planeta, como a necessidade de estabelecer relações de respeito e cuidados com os ambientes e com a substantivada natureza. O que requer repensar os fundamentos e argumentos para requalificar a natureza e as relações humanas entre si e com os ambientes e os não humanos.

De modo geral, pode-se afirmar que os diversos grupos de ecofeministas realizam ações diversas e suas vozes são múltiplas, e exigem reflexões filosóficas, éticas, morais, socioeconômicas e culturais, para além das atuais vigentes. O que requer estudos que se prefigurem novos papéis alternativos de gênero, natureza e cultura, e opções de emprego e práticas políticas, em perspectiva de criação de uma ética harmônica renovadora para a interação entre as sociedades humanas e não humanas e seus ambientes e meio ambientes, como sugeriu a filósofa Warren (2000).

Warren (2000) insiste que as análises dos movimentos ecofeministas, que surgiram e atuam em diferentes contextos específicos, em distintas regiões, precisam ser considerados nas análises e interpretações das situações e dos proble-

mas enfrentados por cada grupo, reconhecendo que cada um deles se apoia em teoria moral própria, prefiguradas em cosmologias e cosmografias específicas, em face, ou não, às vulnerabilidades locais. E propõe uma perspectiva filosófica moral/espiritual, enquanto ética do sensível ao cuidado com o/a outros, com os humanos e não humanos.

O ecofeminismo e suas variações pouco ressoou no Brasil como premissa teórica dos movimentos de mulheres e nas interpretações e estudos. Sua representatividade no espaço acadêmico é tímida. A temática como estudo e produção de conhecimento ainda é tímida, mesmo que se reconheça a existência de movimentos e ações que devem ser historicamente qualificados como ecofeministas, mas sua incipiência submerge como tema, nas ondas de reflexão e interpretações sobre os movimentos ambientais gerais. No que se refere aos estudos sobre ecofeminismo, nas últimas duas décadas, constata-se uma certa produção sobre as fundamentações dos debates sobre ecofeminismo, incluindo categorias analíticas como o construtivismo e a inclusão do sagrado nas reflexões e interpretações do tema, na perspectiva de identificar pressupostos e distinções de princípios orientadores da formação e atuação dos grupos denominados ecofemininos.

Nas duas últimas décadas do século XXI, encontram-se alguns trabalhos: os de Di Ciommo (2005, 2008), de Garcia (2012), de Siliprandi (2015), Rosendo (2015, 2019; 2020) e o guia ecofeminista de Lemgruber (2020), que compõem a literatura mais significativa neste sentido. Há também algumas teses acadêmicas que incluem na discussão entre mulheres e gênero, as questões relacionadas ao ecofeminismo. A rigor o ecofeminismo adentra a pauta de estudo das feministas, ainda que de modo cauteloso, e vem resultando em livros e redes, no sentido de identificar ou não o ecofeminismo nos movimentos de resistência de mulheres, como no Movimento das Mulheres Camponesas, que na pauta defendem a agroecologia, assim como na Marcha das Margaridas, no movimento das mulheres que compõem o Movimento dos Atingidos pelas Barragens das Hidrelétricas. Na Amazônia, a Marcha das mulheres indígenas, em 2019, junto

à Marcha das Margaridas, incorporaram a questão ambiental como pauta importante. É neste contexto que emergem no Brasil alguns grupos de mulheres produzindo reflexões e debates sobre a **ecoespiritualidade**.

As experiências vivenciadas por parcela dos diversos movimentos ecofeministas, no sentido proposto por Thompson (1992), apontaram que suas lutas são justas e que sua perspectiva é estruturante, pluralista e inclusivista e contextualizada contra a prática social sexista e naturista vigente nas relações humanas e com os ambientes. Entretanto, requer a reformulação das premissas socioeconômicas, filosóficas e éticas, que orientam as relações individuais e coletivas, orientando as sociabilidades, a cultura, os gestos, os comportamentos humanos entre si, entre os homens e mulheres e seus ambientes, assim como entre gerações, que promovam as circunstâncias objetivas e necessárias para a reformulação do que se substantiva como o outro e como mundo. Assim, são necessárias ressignificar a cosmologia e a cosmografia de mundo que perfaz o nosso mundo atual.

A cosmologia de um povo, no sentido histórico, constitui-se, portanto, em uma ‘teoria de mundo’ que conforma, organiza e orienta o processo de interação entre sociedades e natureza, isto é, entre os seres (humanidade, flora, fauna, terra, água e ar) no planeta de forma peculiar, configurando o mundo e a história de cada sociedade. A elaboração da cosmologia apreende e organiza a relação entre as sociedades e seus ambientes no tempo, conformando a concepção local de interação entre eles, através dos sentidos, emoções, crenças espirituais, práticas rituais e formas de ação e organização humana. É nesse processo que o ambiente em que se vive torna-se percebido como “uma paisagem holística” e interconectada, capaz de propiciar os alimentos, entre outros elementos necessários ao viver.

A teóloga feminista de Gebara (1997) aponta a necessidade de mudanças de ações, comportamentos, falas e formas de sociabilidades educativas, para se estabelecer novas perspectivas nas relações humanas entre si e com o outro,

que desconstruam as atuais substantivações hierárquicas entre saberes e conhecimentos, entre sexos e gêneros, entre humanos e não humanos, pois são elas que orientam e sustentam todas as formas de agressão sobre a natureza/ambiente e sobre as populações humanas que nelas vivem. Nesta perspectiva, torna-se necessário repensar as epistemologias<sup>6</sup> que orientam e ordenam os princípios materiais e espirituais e as normas de nossa maneira de viver.

## **Considerações Finais**

Ao se abordar as questões relativas ao ecofeminismo, há que se compreender que, historicamente, os movimentos ecologistas se configuraram, em geral, direcionados à preservação dos ambientes, ainda que tenham surgido em épocas e momentos socioeconômicos distintos, que colocavam em risco grupos sociais ou sociedades em algumas regiões, independentemente de sexo e gênero. E o ecofeminismo se refere aos diversos movimentos relacionados às lutas das mulheres em defesa dos seus ambientes de vivência, mas incluindo a defesa de igualdade de direitos jurídicos, de modo a contrapor a lógica social da significação excludente de gênero.

No processo de vivência e convivência dos diferentes grupos humanos em várias regiões do planeta, constata-se, pelos poucos registros, que paulatinamente essa movimentação faz retornar a compreensão da urgência uma nova cosmogonia que possibilite que todos e todas tenham condições de viver e de vivência, destituindo todos os instrumentos conceituais e forças hierárquicas discriminadoras e de poder aplicadas entre humanos, não humanos e sobre os ambientes e seus componentes, reintroduzindo uma nova sacralidade da vida, promovendo uma recomposição de uma espiritualidade que assegure a continuidade desse patrimônio comum e de todas as espécies, sem segmentação em

---

<sup>6</sup> Esta autora apresenta nesta reflexão em termos cognitivos a Epistemologia Patriarcal como matriz do essencialismo, do monoteísmo, androcêntrica, de verdades eternas, aristotélica-tomista e a epistemologia ecofeminista. Esta última ainda que contribua para ampliar uma percepção diferente do humano e da natureza, não pretende um novo começo absoluto.

domínios, propriedades sociais e/ou propriedade privada.

## Referências

DI CIOMMO, R. C. Sueños en el trasfondo de la lamentable realidad. Dossier SAMUDRA. *Samudra Report*, v. 1, p. 29-34, 2008.

DI CIOMMO, R. C. Ser rede: vida pessoal e participação política nas Redes Ecofeministas. *Multiciência (UNICAMP)*, Campinas, v. 4, p. 5, 2005.

D'EAUBONNE, Françoise. What could and ecofeminist society be? *Ethics and Environment*, v.4, n. 2, p.174-184, 1999.

ENGELS, Friedrich. *As guerras camponesas na Alemanha. A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. [1850].

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. (Leituras filosóficas).

GARCIA, Lorely. *Meio ambiente & gênero*. São Paulo: SENAC, 2012.

GEBARA, Ivone. *Teologia ecofeminista*: ensaio para repensar o conhecimento e a religião. Olho d'água, 1997.

GONZÁLEZ, Roberto Martinez. A persona y universo entre los purépechas. O proyecto de Investigación. In: GONZÁLEZ, Roberto Martinez. *Historicas*. México: Instituto de Investigaciones Históricas; Universidade Nacional Autónoma de México, 1985. p. 2.

KUHNEN, T. A., Rosendo, D. Domination and power relations in Brazilian agriculture: a gender analysis of the concept of adequate food. *Ethica*, v. 17, n. 2, p. 259-289, 2018.

KUHNEN, T. A. Marcha das margaridas: apontamentos para um (eco)feminismo latino-americano. *Revista Sul-Sul*, v. 1, n. 1, p. 124-147, 2020.

LEMGRUBE, Vanessa. V. *Guia ecofeminista*: mulheres, direito, ecologia. Rio de Janeiro: Ape'ku, 2020.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athenas, 2001.

MERCHNAT, Carolyn. Women and Ecology. In: KEMP, S.; SQUIRES, J. *Feminisms*. New York: Oxford University Press, 1997. p. 472-473.

MERCHNAT, Carolyn. Ecofeminismo. In: MERCHNAT, Carolyn; OLIVEIRA, Rosiska Darcy, et al. *Terra feminina*. [S.l.]: IDAC: Rede de defesa da espécie humana, 1992.

MIES, Maria. *Consequences of capital's penetration for women's subsistence reproduction in rural India*. [S.l.]: Ms, Bielefeld, 1978.

MIES, Maria. Wieder als "Capitalist development and subsistence reproduction". *Bulletin of Concerned Asian Scholars*, 12. Jg., 1980, H.1,2-14.

PULEO, A. *Ecofeminismo para outro mundo possível*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2011.

ROSENDO, D. *Sensível ao cuidado: uma perspectiva ética ecofeminista*. Curitiba: Prismas, 2015.

ROSENDO, D., KUHNEN, T. A. Direito à alimentação: direito, consumo, política e ética no Brasil. *Revista Novos Estudos Jurídicos*, v. 24, n. 2, p. 562-588, 2019.

ROSENDO, D., KUHNEN, T. A., Oliveira, F. A. G. 'Locus fraturado': resistências no sul global e práxis antiespecistas ecofeministas descoloniais. In: Dias, M. C., Gonçalves, L., Gonzaga, P., Soares, S. (org.). *Feminismos descoloniais: homenagem a María Lugones* Rio de Janeiro: Ape'ku, 2020. p. 123-152.

SHIVA, V. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

SHIVA, V., MIES, M. *Ecofeminismo*. Tradução Fernando Dias Antunes. Lisboa: Piage, 1993.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VARGAS, Luis Alberto; CASILLAS, Leticia E. Comer. *In*: VARGAS, Luis Alberto; CASILLAS, Leticia E. Beber, corpo e cosmovisão, um viaje de ida e vuelta, 42, 2008. *Anais [...]*, 2008. p. 87-115. ISSN 0185-1225.

WARREN, K. J. *Ecofeminist philosophy: a western perspective on what It Is and why It matters*. [S.l.]: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.

WARREN, K. J. El poder y la promesa del feminismo ecológico. *In*: VALDÉS, M.M. (org.). *Naturaleza y valor: una aproximación a la ética ambiental*. México: Fondo de cultura económica, 2004. p. 233-261.

## CAPÍTULO 2

# **SOCIOBIODIVERSIDADES, ECOFEMINISMOS E ESPIRITUALIDADES HUMANAS EM DISCUSSÃO**

*Ilsyane do Rocio Kmitta*

**Doi: 10.48209/978-65-5417-180-2**

### **Delineando a temática**

No que tange ao tema<sup>1</sup> e as problemáticas advindas, o ponto inicial da questão vem com a mobilização das mulheres a partir da realização da ECO-92, que trouxe elementos contribuintes para discussões envolvendo direitos humanos, feminismo e sustentabilidade social. E, com isso, a proposta de mudanças estruturais densas, cujas características vão para além do que se convencionou chamar de equidade social, evidenciando a visibilidade da participação das mulheres nos processos organizativos no que concerne à política, movimentos sociais, associações e partidos políticos.

As mudanças partem de transformações profundas das inter-relações margeantes, incorporando programas e projetos sociobiodiversos, cujas dimensões perpassam o ambiente natural e as dimensões ambientais, econômicas, sociais, culturais e de identidade que estão diretamente ligadas aos problemas

---

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida no Pós-Doc, sob a supervisão da professora Dr<sup>a</sup>. Tânia Regina Zimmermann no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS.

e/ou crises ambientais que emergem e exigem sociedades mais sustentáveis e igualitárias. Ademais, a Declaração da Conferência da ONU sobre meio ambiente realizada em Estocolmo em junho de 1972, proclama em seu primeiro princípio, que o ser humano “é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente.” E, no terceiro princípio, reforça que ao mesmo tempo, o ser humano tem a capacidade “de transformar o que o cerca, utilizada com discernimento, pode levar a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e oferecer-lhes a oportunidade de enobrecer sua existência.”<sup>2</sup>

No entanto, conforme ponderações de Antunes (2023), é uma questão de responsabilidade ética. A título de exemplo, a tecnologia, que pode ser uma ferramenta que pode produzir a morte em escala industrial ou o prolongamento e salvando vidas, tudo reside na escolha, ou seja, “trata-se de uma questão de escolha e sem uma ética que possa servir de base para as escolhas, a sociedade e os indivíduos ficam desprotegidos” (2023, p. 4). Ainda, para o autor, “a ética tradicional é antropocentrista.” E, em níveis graduais, no afã do aceleração de sistemas de produção, foram se perdendo as dimensões cumulativas dos impactos gerados, assim, “a vulnerabilidade do mundo natural só foi notada quando ele já sofria as consequências dos danos causados pelo homem (sic.)” (Antunes, 2023, p. 5). O que leva a concluir que a responsabilidade para com a natureza é também uma responsabilidade com a vida, em todas as suas instâncias.

Diante disso, é importante observar que deparamo-nos com modelos econômico-sociais esgarçados e cotidianamente requisitados e requeitados teoricamente, deixando de lado uma ligação mais intrínseca com os mecanismos e elementos naturais, com a natureza, que foge e afetam os padrões economicis-

---

<sup>2</sup>Disponível:<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/estoc72.htm#:~:text=O%20homem%20tem%20o%20direito,as%20gera%C3%A7%C3%B5es%20presentes%20e%20futuras.>

tas existentes, onde as mulheres são apequenadas em aspectos que suplantam o ambiente de trabalho adentrando nas relações de poder e acesso as necessidades básicas, colocando a mostra um modelo de desenvolvimento que não é nem sustentável nem igualitário. São estruturas de poder que urgem da desconstrução e reestruturação, fazendo emergir novas maneiras de reexistir, da emergência dos debates de questões relativas as desigualdades, recursos ambientais, sustentabilidade social e a inclusão nos processos de elaboração, organização e estruturação de modelos de relações interpessoais e sociais, bem como de políticas públicas.

A História nos apresenta que ao longo do século XX, tivemos conflitos que produziram a morte em escala crescente, em escala industrial, ou seja, com a Primeira Guerra Mundial, a Batalha de Verdun, o Massacre de Nanquim, a Segunda Guerra Mundial, Hiroshima e Nagasaki, o Holocausto, absurdos potencializados envolvendo conflitos étnicos, bélicos e de controle e concentração de recursos para desenvolvimento econômico de potencias mundiais em ascensão. É nesse turbilhão de conflitos que na segunda metade do século XX, uma chama para o despertar de uma consciência ecológica (Antunes, 2023). Acrescente-se ainda o desastre de Minamata, Chernobyl, Fukushima dentre outros, cujo saldo foi devastador.

Com a obra *Primavera Silenciosa*, publicada em 1962, Rachel Carson, chama a atenção para a responsabilidade e ética e uma maior preocupação com o meio ambiente ao apresentar um estudo denso sobre o uso de pesticidas e os riscos advindos. Mais que uma obra, trata-se de um alerta mundial e com ela, emerge uma consciência ecológica que vai se enraizar mundo afora, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa e demais países. A partir dessa publicação, urge mesmo que de maneira ainda lenta, movimentos político-intelectuais significativos dando forma ao que convencionou chamar-se de ambientalismo ou ecologismo e a criação de agências de proteção ambiental. Desenha-se uma luta política-intelectual que vai ganhando corpo e adentrando na pauta de movi-

mentos como o feminismo, e vai se desdobrando à medida que levou ao entendimento que “os problemas ecológicos refletem iniquidades sociais, políticas e distorções econômicas estruturais” (Antunes, 2023, p.18).

Na assertiva de Emma Siliprandi, o ecofeminismo “como definido por uma de suas representantes, pode ser considerado mais como uma corrente que trabalha com mulheres dentro do movimento ambientalista, do que propriamente parte do movimento feminista, que, [...], não compartilha totalmente de suas teses sobre a Natureza enquanto “*princípio feminino*” (2000, p. 61).

Pode soar ousadia, mas a mesma ótica de análise é apresentada por Ivone Gebara ao escrever sobre a teologia ecofeminista. A autora traz elementos fundamentais para o entendimento do que veio a ser o ecofeminismo em sua obra publicada em 1997, ou seja,

O ecofeminismo, como pensamento e movimento social, trabalha a conexão ideológica entre a exploração da natureza e das mulheres no interior do sistema hierárquico-patriarcal. O ecofeminismo pode ser considerado uma sabedoria que tenta recuperar o ecossistema e as mulheres. Estas foram relegadas pelo sistema patriarcal e particularmente pela modernidade a serem força de reprodução de mão de obra, “ventres benditos”, enquanto a natureza tomou-se objeto de dominação em vista do crescimento do capital (1997, p. 10).

Seguindo em suas análises a autora nos lembra que

As bruxas foram consideradas símbolos do mal e da violência da natureza, capazes de provocar tempestades, doenças, matar crianças. A associação entre as mulheres e a natureza era clara. Por isso as mulheres desordeiras assim como a natureza em desordem precisavam ser controladas. Isso justificou socialmente a caça às bruxas e a execução, obra de cultura, de milhares de mulheres em toda a Europa. A modernidade começa com a redefinição do papel da mulher como “ama do lar”, subordinada às relações matrimoniais e à família. Por sua vez a natureza, esvaziada da força dos espíritos que a habitavam e gradativamente despojada de seus segredos, passa a ser dominada pelo espírito científico masculino (GEBARA, 1997, p. 10).

Portanto, trabalhar na educação com a temática ecofeminismo, é desafiador, pois traz como cerne das apreciações as mulheres, as relações socioeconômicas

micas, biodiversas e de trabalho por elas construídas como ruptura do poder de modo a erigir a sustentabilidade e equidade social e direitos iguais. Como bem escreveu Paulo Freire, “acreditamos que a educação sozinha não transforma a realidade, sem ela tampouco a sociedade muda.” E, enquanto partícipes de mudanças é preciso entender que “se nossa opção é progressiva, se estamos a favor da vida, e não da morte, da equidade, e não da injustiça, do direito, e não do arbítrio, da convivência com o diferente, e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver a nossa opção.”<sup>3</sup>

A relevância da produção de conhecimentos e a desconstrução de um apotegma etnocêntrico dentro e fora da academia, no processo de construção de um pensamento a partir do diálogo de diversas/os autoras/es, sem perder de vista a valorização do saber cultural e social dos diferentes sujeitos exige folego. Saberes como as crenças, as histórias, a religiosidade, a medicina popular, as cantigas, as danças, os costumes, o artesanato, que por vezes não estão transcritos nos livros, mas são transmitidos através das gerações e que precisam ser levados em conta na construção do conhecimento fazem parte de um conhecer e saber que agencia mudanças com propósito de uma sustentabilidade social e para concretude da justiça social.

Trabalhos produzidos sobre a temática educação, espiritualidade e ecofeminismo, e as várias formas que assume o termo, avalia-se “as espiritualidades enquanto processos em aberto, atravessados pela dimensão ética e por esse desejo de humanização, e, ao mesmo tempo, pela compreensão de seu inacabamento” (Medeiros e Leão, 2022, p. 401). Portanto,

Essa ideia fica ainda mais forte ao observarmos que essa pluralidade não trata apenas de uma profusão de contextos, de experiências empíricas, mas, na verdade, se referem diferenças nas próprias concepções que as espiritualidades assumem, ao partir de perspectivas teóricas distintas em debate, como quais, por vezes, além de se distanciar, pode entrar em oposição”. (MEDEIROS e LEÃO, 2022, P. 410)

---

3 Pedagogia da Indignação – Cartas pedagógicas e outros escritos, 2000

Na assertiva de Morin, “cada um de nós, como indivíduos, trazemos em nós a presença da sociedade da qual fazemos parte. [...] A sociedade e a cultura estão presentes enquanto “todo” no conhecimento e nos espíritos cognoscitivos” (2003, p. 34). Conclui-se que há necessidade de novos debates sobre equidade, igualdade de gênero e suas relações com a sustentabilidade ecológica e social, justiça socioambiental, recuperação de ecossistemas frágeis e a segurança alimentar nos diferentes espaços - institucionalizados ou não, com base em discussões interdisciplinares com as diferentes formas culturais e suas cosmovisões de mundo, em especial nas escolas e universidades.

Por essas razões, em consonância com projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no decorrer dos anos de 2018 até a presente data, em especial no projeto: “Ativismos Ambientais e Espiritualidades: (re) existências em Vandana Shiva e Dorothy Stang”, emergiu o interesse em estender o campo de estudos, em especial no que concerne a natureza e sua interface com estudos relacionados a ecologia política, mulheres e conhecimento científico, concepções, ações e as nuances desta resultantes, envolvendo o ecologismo e a sustentabilidade social, que permite a ampliação do campo de análises e discussões propostas para o campo de pesquisa do ecofeminismo, ampliando perspectivas teórico-metodológicas somadas a produção e publicações, encontros e debates sobre temas e problemáticas no âmbito da história e da educação.

Em âmbito acadêmico, essas discussões têm crescido consideravelmente, e percebe-se, que a sociedade se volta para o consumo de um discurso dentro da consensualidade da mídia, desconsiderando a produção de pesquisadores, historiadores, ambientalistas, conservacionistas, ecólogos, educadores e demais grupos ligados a problemática ambiental, que não estão voltados unicamente para a ideia do cuidar para as próximas gerações. E sim, cuidar dos recursos para que não se esgotem, para que possamos desenvolver uma sociedade sustentável, envolvendo temas que conduzem a problemática da justiça e da sustentabilidade social, que vai para além do preservacionismo, perpassa o campo do conhecimento e da consciência de pertencimento, da vida, memórias am-

bientais, construção de identidades e sobrevivência de povos tradicionais em seus mais variados *modus vivendi*.

Controverter a participação das mulheres, estruturadas no ecofeminismo, nas relações de trabalho e poder, acesso aos recursos naturais, atentando para as conexões e inter-relações do feminismo com o meio ambiente na atualidade, relações de afeto e solidariedade, que advindas dessas inter-relações se entrelaçam envolvendo saberes e práticas culturais, possibilitando entender as afinidades intrínsecas entre cultura e natureza e suas imbricações nos discursos, utilizando-os como mecanismo de alcance de uma possível equidade social. Muitas são as inquietações que permeiam essa escrita, não se caracterizando como inquisidoras, mas necessárias, pois, em primeiro lugar, não há fórmulas, e em segundo lugar, porque entendemos que tais inquietudes fazem parte do cotidiano lançando-nos à mercê de políticas públicas que alijam as subjetividades e as percepções ecofeministas como força motriz das mudanças.

## **Das nuances teórico-práticas**

Ancorada nos referenciais teóricos da História e nos estudos desenvolvidos no que concerne a ecosustentabilidade, mulheres e natureza, vale destacar que desde meados da década de 1980, vem se desenvolvendo registrando consideráveis críticas, que chama atenção para o modelo de exploração capitalista que vem exigindo a mudança de posturas, ademais,

uma postura ecofeminista é político-crítica, relacionada com a luta anti-racista, anti-sexista e anti-elitista. Mulheres, crianças, populações de origem africana e indígena são as primeiras vítimas, as primeiras a serem excluídas dos bens produzidos pela Terra. São elas que ocupam os lugares mais ameaçados do ecossistema. São elas que vivem mais fortemente no corpo as ameaças de morte que o desequilíbrio ecológico produzido pelos “outros” lhes impõe. Ao andar pelas favelas das grandes cidades latino-americanas e aglomerações habitacionais na zona rural, perceberemos a cor da pele e o sexo das pessoas que vivem nos pequenos casebres rodeadas de crianças de diferentes idades. A problemática ecológica tem a ver com raça, sexo e classe e assim não pode ser isolada da problemática social mundial (GEBARA, 1997, p. 16).

A resistência para a mudança de posturas político-sociais, tem levado a severa crise ecológica que pede um olhar apurado sobre o uso da natureza e das inter-relações que são estabelecidas em todas as esferas de vida sejam elas humanas, animais vegetais e etc., exigindo ética e cuidado, no sentido da coexistência, o que leva a pensar parâmetros socio culturais diferentes daqueles que tem apenas coisificado a natureza e a subordinado a uma lógica de exploração meramente economicista em um contexto neoliberal, ou seja, não se trata apenas de alterações no estilo de vida, é preciso questionar os meios de produção e consumo que urge pensar em soluções relevantes na esfera das desigualdades sociais e acesso aos recursos básicos.

Para Zimmermann e Bahia, “o diálogo com as dimensões do fazer feminino se colocam no ecofeminismo, pois experiências de mulheres aduzem a responsabilidade e promoção de um impacto criativo e inventivo nas mais diferentes áreas da existência do humano em cosmovisão” (2022, p. 348).

Trazendo o tema para o âmbito da História Ambiental, salientamos que esta pode ser pensada “em três premissas teóricas construídas numa articulação de fatos históricos e ecológicos” (Barca, 2012, p. 7). Sendo que o primeiro apresenta a premissa de que a natureza não é uma entidade fixa e imutável, levando ao entendimento que “nenhum ecossistema terrestre pode ser encontrado hoje que não tenha sido tocado de qualquer forma pela intervenção humana ao longo do tempo” (2012, p. 8), portanto faz-se necessário o entendimento de dois conceitos cruciais que são o metabolismo social e a entropia conduzindo para o entendimento das implicações sociais e da interação entre humanos e natureza. A segunda premissa diz respeito a que maneiras diferentes de interagir com a natureza correspondem a diferentes tipos de sociedade, as modificações do mundo natural e como o ser humano modifica sua própria natureza. E a terceira premissa é a do entendimento científico da natureza que envolve historicamente” uma relação simbiótica com a evolução cultural, influenciando as ideias da natureza mais difusas na sociedade” (2012, p. 8).

Se de um lado, entende-se que a História Ambiental se apresenta

como campo de estudos busca compreender a lógica na relação entre os grupos humanos e as comunidades naturais das quais formam parte. Interessa-se por explicar a forma com que as forças naturais, ou antropogênicas tem modificado as paisagens e como estas transformações têm alterado a vida humana. Às vezes nossos olhares não conseguem ver, e nós não conseguimos entender que a natureza transformada expressa cultura. Isto porque nos acostumamos a olhar para as ações humanas como fenômenos emancipados do meio ambiente (FUNES & RIOS, 2020, p. 12).

Por outro lado, trazer à tona problemáticas que englobam mulheres e meio ambiente, nos permite questionar em que medida ambiente e sociedade se influenciam mutuamente e como pensar uma inovação sustentável e responsável, com produtos que levam a baixos impactos e uso mais eficiente e responsável dos recursos naturais, cujo maior direcionamento seja para o cuidado ambiental.

A resposta, consiste na associação de conceitos e práticas relacionados a economia, sustentabilidade, relações de poder e trabalho com responsabilidade social a partir do uso sustentável da natureza integrado as políticas públicas, levando a uma circularidade de conhecimentos e de direitos, que permite uma melhor distribuição de recursos e equilíbrio, mesmo em pequenas escalas, que conectadas permitem uma relação com a natureza de modo integrado, sustentável e eticamente aceito. É com esse propósito ou proposta com que atua o ecofeminismo.

Elementos e aspectos que coadunam, propiciando o questionamento de princípios instituídos histórico-temporalmente e que se tornaram verdadeiros paradigmas socioculturais e que tem relação direta com as questões ambientais. Falamos do antropocentrismo, do pensamento linear, do patriarcalismo, da acumulação e do estilo opulento das metas individuais de desenvolvimento, do egoísmo e do hedonismo, do modelo único de desenvolvimento capitalista predatório e excludente, do distanciamento e perda de contato com a terra e com os saberes tradicionais. Para tanto,

As concepções ecofeministas alinhadas com os movimentos sociais empreendidos pelas mulheres da cidade e do campo têm confirmado que as mulheres não estão vendo o planeta da janela da casa. Elas estão do lado de fora, com os pés na terra, buscando viabilizar o futuro do planeta e a realização pessoal (CABRAL; ARAÚJO, 2017, p. 8).

O ecofeminismo desperta a atenção que, ao reduzir a natureza ao valor intrínseco do dinheiro, do valor material, da mercadoria, consequentemente nega-se a subjetividade presente na relação humano-elementos do ambiente, a afetividade na relação com o ambiente, a espiritualidade humana, a diversidade cultural. Nega-se, ainda, as relações hierárquicas e de poder, das estruturas desiguais sejam elas étnicas, de gênero, de classe.

É preciso levar em consideração que há uma miopia existencial premeditada pela cultura industrial vigente que tem como um dos seus pilares a possibilidade do prazer imediato, ou seja, nesta cultura, ter prazer carnal, físico, concreto é um dogma prezado e buscado insistentemente, sem a distinção do que seja necessário do supérfluo, que muitas vezes se coloca acima do necessário. O supérfluo é a base da opulência e do comprometimento da ética, do cuidado e do respeito, gerando a ausência de valores humanos e do sentido profundo da vida, produzindo hierarquização e solapamentos.

## **A natureza, o feminino e o sagrado**

O ecofeminismo vai na direção do que aponta a leitura proposta por Amadeo e Solórzano, que apresenta a assertiva de Mircea Eliade (2021) ao registrar que para pessoas que carregam algum grau de espiritualidade, a natureza não é meramente ou exclusivamente “natural”,

Elas percebem na natureza algo além dos que se vê, há o mistério, o oculto, o além, o sobrenatural, o majestoso e o encanto. As maneiras religiosas de perceber como sagrados os elementos da natureza, áreas e paisagens inteiras [...], os astros e a própria Terra é diferente de um olhar moderno e científico que, pensando em tempo histórico, muito recentemente dessacralizou radicalmente a natureza e a reduziu à recurso ou conjunto de objetos pas-

síveis de serem observados/analizados de maneira distante e reducionista. Dessa maneira, grupos que apresentam uma percepção mais espiritualizada da natureza tendem a lidar com ela de maneira diferente do que a maioria da sociedade moderna, o que pode levar a práticas potencialmente menos danosas ao meio ambiente (AMADEO, SOLÓRZANO, 2022, p.101).

Em conformidade com Vandana Shiva, o propósito da aceitação, reside no fato que mesmo diante da fluidez da sociedade moderna, temos registrado em diversas formas as heranças e percepções com uma natureza misteriosa que tenuamente nos mantem ligados as espiritualidades, mesmo na razoabilidade dessa dimensão espiritual em maior ou menor grau, ou até mesmo na sua negação. É através dessa herança de conhecimentos espirituais que se adentra ao campo das ciências. No entanto, para Amadeo e Solórzano, “ainda hoje as ciências naturais são dominadas por uma perspectiva de racionalização e objetividade que tendem a diminuir a relevância dos fundamentos imaginativos e emocionais do ser humano (2022, p. 101). Como no caso da relação intensa dos povos indígenas com o transcendental que perfaz a sua cosmologia, que delineia a sua vivência e suas relações biosocioculturais.

Razão pela qual a religiosidade é vista como uma expressão cultural artificial de um sistema simbólico e de representações, inerente ao humano, assim, a cultura, sendo um construto humano, influencia no modo como conceber e lidar com o mundo, como modelar e/ou lapidar a visão de mundo. São as espiritualidades humanas que dão o tom para o simbolismo da religião, para as crenças, diferindo muito de sociedade para sociedade, sendo a religião um elemento específico de cada cultura. Portanto,

a espiritualidade, a religiosidade e as religiões interferem direta ou indiretamente também na maneira pela qual as pessoas percebem e interagem com a natureza ao promoverem valores religiosos sobre elementos físico-biológicos [...]. Por conta da diversidade de correntes espirituais e religiosas, existem visões de mundo bastante diferenciadas entre si e que funcionam como estruturas estruturantes dessas diversas realidades religiosas. Com isso, recorrer às religiões e às suas cosmovisões nos permite uma miríade de caminhos alternativos à concepção moderno-ocidental de perceber e se relacionar com a natureza [...]. (AMADEO e SOLÓRZANO, 2022, p. 102)

Para uma melhor compreensão, os autores salientam que não é possível afirmar que as religiões, como um todo em seu conjunto, venham a interagir de maneira harmoniosa com a natureza, ou seja “as visões religiosas sobre a natureza podem ser tanto parte da solução quanto compor o problema da nossa atual crise ecológica (Amadeo e Solórzano, 2022, p. 102). Porém, não se pode descartar o olhar espiritualizado como um processo de reformulação da maneira de estabelecer câmbios com a natureza com o propósito de reestabelecer e fortalecer a dimensão do sagrado e “da relação humano-natureza pode contribuir com argumentos éticos e morais para a conservação da biodiversidade (2022, p. 102). Avaliamos que é nesse processo de refazer-se e fortalecer que afloram as espiritualidades mais sensíveis que estabelecem laços mais duradouros com a natureza, de percepções aguçadas, de encantamento e respeito.

Ao escrever sobre gênero e religião nos estudos feministas, Souza traz uma análise que permite avaliar a dimensão proposta para o conceito, segundo a autora,

A religião é, antes de tudo, uma construção sócio-cultural. Portanto, discutir religião é discutir transformações sociais, relações de poder, de classe, de gênero, de raça/etnia; é adentrar num complexo sistema de trocas simbólicas, de jogos de interesse, na dinâmica da oferta e da procura; é deparar-se com um sistema sócio-cultural permanentemente redesenhado que permanentemente redesenha as sociedades (SOUZA, 2004, p. 122-123)

Partindo dessa assertiva, podemos associar a espiritualidade, a religiosidade a maneira de se relacionar com a natureza dos povos e comunidades tradicionais que através de suas práticas e saberes, tem a natureza como portadora de elementos dotados de valores espirituais e com eles estabelecem relações de imbricamento, para além de câmbios usuais, adentrando nas cosmologias que são a base de suas relações sociobiodiversas, fatores que não são ou podem ser institucionalizados.

Estudos propostos por Miranda e Souza, apontam que em âmbito e perspectiva histórica,

um dos problemas fundamentais se configura no questionamento das formas jurídicas, políticas, socioeconômicas e culturais de apropriação e usos de seus componentes ambientais, que, ao longo de sua história, pouco considerou que a biodiversidade brasileira é resultante de ações naturais e humanas. Neste sentido, os povos tradicionais continuaram sendo tratados como exceções em processo de extinção, e como alternativa a eles, foram destinadas as diversas reservas territoriais (2023, p.24).

Para os povos tradicionais, elementos como árvores, rios, montanhas, sol, lua, terra, flora, fauna, pedras, lagos, vento, cachoeiras dentre outros são percebidos como portadores do sagrado, de sacralidades, condutores de espiritualidades intimamente ligadas ao mistério, a magia, ao encantamento comungando uma dimensão sagrada entre o mundo natural e o humano. E não sendo esses fenômenos e ações estáticas, as mesmas fazem erigir relações humanas que convergem para a busca do bem viver, um traço fundamental para as comunidades tradicionais que tem no seu jeito de ser a base de sustentação e organização político-social, da boa convivência e da solidariedade. E, nas comunidades tradicionais, as mulheres estão intrinsecamente ligadas ao bem viver, a sustentabilidade e repasse de conhecimentos, atuando na continuidade do saber e do fazer tradicional através das gerações. Aqui, pode-se afirmar, sem grandes dificuldades que as inter-relações estabelecidas, conjugam da sociobiodiversidade, sendo que esta é o resultado “de relações entre os bens e serviços gerados por pessoas, a partir dos ambientes e meios ambientes, respeitando-se os saberes locais e incorporando valores culturais, tecnologias de usos e manejos nos processos produtivos que recompõem os ambientes (Miranda e Souza, 2023, p. 26).

Ao citar Reuter (1996), quando propõe escrever sobre a mulher e a representação da natureza no Budismo Medieval, Zélia Bora traz uma importante reflexão sobre a função histórica da mulher no que diz respeito as religiões tradicionais, como o budismo e cristianismo. Para a autora,

Quando a espécie humana se tornou menos nômade e mais gregária, os papéis da natureza começaram a ser definidos. E uma das imagens mais

recorrentes para descrevê-la é correlacioná-la à imagem feminina. Assim, mulher e natureza foram consideradas como semelhantes, e quando comparadas, costumava-se chamar a atenção sobre os ciclos menstruais femininos e sua relação com os ciclos das marés e as fases da lua. Dessa forma, a mulher e a natureza, em um momento específico da evolução humana, representaram meio e fim, através dos quais a espécie humana garantiria sua permanência na terra. A mulher era, então, vista como a provedora da vida, detentora de um corpo sagrado, no qual a semente da vida era gerada. (BORA, 2012, p. 207).

Se inicialmente criaram-se representações da mulher e sua ligação intrínseca com o sagrado, com a mitologia na personificação das deusas, e na análise da autora, a medida em que as sociedades vão se tornando mais guerreiras emergem as significações simbólicas do caçador, pastor, do guerreiro. E com as sucessivas guerras e posses de territórios, a natureza e a mulher foram subjugadas ao domínio do masculino, do patriarcado. E até mesmo no respeito as deusas, que passam a ser substituídas por representações simbólicas masculinas. Mas não esquecendo que “outros fatores determinaram a predominância da ordem do masculino, entre eles, a emergência das formas clássicas da exploração de riquezas e a hierarquização do poder social nas mãos masculinas” (Bora, 2012, p. 207). O que vemos histórico-temporalmente é que na medida em que as sociedades se tornavam mais mecanizadas, tanto a natureza como a mulher passaram a ser dominadas, domadas e concomitante criou-se e foi se difundindo o discurso de inferioridade, seja da mulher socialmente submissa, seja da natureza que passou a ser concebida como deletéria.

Estudos e pesquisas realizados por Emma Siliprandi, apresentam aspectos e histórias de vida de líderes feministas, suas lutas no campo da agroecologia e pela busca do reconhecimento de sua trajetória enquanto sujeitos políticos. Para a autora, os estudos possibilitam entender que essas mulheres apesar de suas diferentes origens e prioridades construíram identidades comuns enquanto agricultoras e militantes de movimentos de mulheres, que tinham como base de compromisso questionamentos sobre as desigualdades de gênero no meio

rural e dos modelos produtivos depredadores do meio ambiente. Mulheres que na condição de agricultoras familiares, imersas em realidades opressivas oriundas do patriarcado, vivenciando contradições, pois se por um lado criticavam o modelo produtivo e de organização familiar, por outro lado lutavam pela sua reprodução porque consideravam justo e adequado para o desenvolvimento equilibrado e equitativo. Segundo a autora, para essas mulheres “a agroecologia apareceu como parte de um modelo de desenvolvimento adequado às demais lutas sociais às quais estavam engajadas,” Na assertiva da autora a “agroecologia passa a ser defendida não apenas por preconizar sistemas agroalimentares ambientalmente sustentáveis, mas, sobretudo, por ser construída “de baixo para cima”, por buscar a redistribuição de renda e de poder e promover a justiça social” (Siliprandi, 2015. p. 247-248).

É imprescindível, debruçar-se sobre um panorama ecofeminista que gradualmente se amplia e pode ser constatado em estudos demasiados aprofundados, sejam eles locais, regionais ou nacionais que trazem as especificidades e singularidades dos múltiplos grupamentos sociais e fornecem inúmeras possibilidades na constituição de um caleidoscópio que abranja múltiplas fontes na construção do conhecimento ambiental e na abordagem histórica. E mais, sem descartar os modos e meios dos processos de resistências emergentes, em especial das mulheres. Trata-se de problemáticas convergentes que implicam em pesquisas e estudos ampliados, que seja capaz construir e direcionar olhares sobre o ecofeminismo e suas múltiplas relações entre o humano e a natureza e o respeito pela vida. Por essa ótica de análise, entende-se que a agroecologia está estreitamente ligada as

lutas de resistência em que essas mulheres estão envolvidas – por acesso à terra, ao crédito, à água, à assistência técnica, por mudanças tecnológicas e de infraestruturas no campo que ajudem a melhorar as condições de sobrevivência dos agricultores, enfim – apontam para um objetivo comum: a construção de um modelo de desenvolvimento que, no meio rural, iria se apoiar em outras relações de produção e de apropriação da natureza (SILIPRANDI, 2015, p. 292-293).

Nesse quadro, entra a educação ambiental, que em sua diversidade de temáticas e abordagens, e a pluralidade de estímulos e leituras, que demandam na mesma intensidade estimulando as experiências, convivências e tendências das práticas pedagógicas convergem para uma educação sociobiodiversa. Posto que a educação ambiental é um fenômeno social, não somente parte da educação formal e institucionalizada (Carvalho, 2021). Assim definida, parece um objeto excessivamente amplo para nossa reflexão, e, de fato, é ampla a definição, em especial para a História como tempo significado, porém, ela tem o condão que nos orienta e permite entender que o ensino é da práxis, podendo ser encarado como um processo de constituição de conhecimento, identidades e saberes.

O estudo dessas especificidades exige uma constante construção e reconstrução dessa práxis, que adentra em campos de saberes que incluem a transformação social e a sensibilização, a consciência ambiental, da análise das representações sobre o meio ambiente, seguindo para a tematização e problematização dos conteúdos, as percepções e discursos produzidos sobre as mesmas, em especial dos movimentos ecofeministas.

## **Para concluir**

Se, por um lado, entendemos que um dos tentáculos do sistema capitalista é o patriarcalismo, que, baseado nos princípios da hierarquia e subordinação em suas ações, promove a destruição ambiental. Por outro lado, o ecofeminismo gera a compreensão da integridade entre os seres humanos e as demais espécies de vida no planeta. E, nesse viés, associadas as espiritualidades humanas estão as mulheres e suas re(existências). Essas são protagonistas de movimentos e lutas que encaminham na direção da biocivilização, sem o exercício de domínio sobre os ecossistemas, as minorias, gênero, étnicorracial e cultural.

Os movimentos ecofeministas são o caminho que percorremos sinalizando as perspectivas de igualdade de direitos. Isso posto, face ao fato que o ecofeminismo afiança que a mulher não é somente diferente do homem, mas é

distinta. As interrelações construídas pelas mulheres avigoram a sensibilidade, a solidariedade e a ‘gratuidade’, conceito fundamental que faz erigir a responsabilidade de criar uma força benéfica em prol da humanidade.

Ao promover essa aproximação benfazeja, apresenta que a interface entre a mulher e a natureza não somente para auxiliar a identificar o tratamento e a desigualdade pelo qual elas passam na sociedade contemporânea, mas também ilumina diversos problemas que o feminismo enfrenta e a forma como podemos combater a “masculinidade da cultura”.

Não cabe aqui a ingenuidade de pensar que há apenas positividade, muitas são as mulheres que não desejam e não trazem para si a responsabilidade do cuidado com a natureza e com a salvação da vida no planeta. Mas, cabe ressaltar, que o ecofeminismo prega nessa reformulação da cultura em que a experiência feminina e o lado biológico sejam reconhecidos e valorizados. Ou seja, as mulheres tem naturalmente instintos sensíveis, que podem ser apresentados nas ações diárias, embora não sejam todas que respondam a esses instintos, porém as características, antes somente femininas, de cuidado devem ser desenvolvidas por todos na sociedade, assim, conseguiremos desmistificar a cultura capitalista, na qual o homem tem o poder, o trabalho e o controle baseado em princípios de hierarquia e solapamentos.

Seguimos cuidando da Casa Comum, ao lado dos povos tradicionais e originários, abrindo caminhos e construção de um mundo mais solidário, justo, saudável, equilibrado e equitativo, no qual seres humanos e não humanos habitem de forma harmônica. Urge uma visão que valoriza e respeite as diferenças, as características femininas, a relação social e a relação com a natureza. O ecofeminismo propõe nos colocarmos como parte do que é natural para que a hierarquização não nos destrua. Dentro dessa análise, mulheres e homens devem ser responsáveis pelo cuidado e proteção da vida e do meio ambiente com igualdade de direitos.

Os movimentos ecofeministas despertam a atenção que, ao reduzir a natureza ao valor intrínseco do dinheiro, do valor material, da mercadoria, consequentemente nega-se as subjetividades presente na relação humano-elementos do ambiente, a afetividade na relação com o ambiente, as espiritualidades humanas, as diversidades culturais. Associando-se a isso, conceitos relacionados a economia, sustentabilidade, equidade social, relações de poder e trabalho com responsabilidade a partir do uso sustentável da natureza integrado as questões sociais, levando a uma circularidade de conhecimentos que permite uma melhor distribuição de recursos e equilíbrio, mesmo que seja em pequenas escalas, que conectadas permitem uma relação com a natureza de modo integrado e eticamente aceito.

## Referências

AMADEO, Thomaz de La Roque; SOLÓRZANO Alexandro. Ecologias Espirituais: Relação entre espiritualidade e conservação da sociobiodiversidade. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**. V. 11, n.3, p. 98-117. 2022.

ANTUNES, Paulo de Bessa. Ética da responsabilidade e meio ambiente. In: AVZARADEL, Pedro C.S. et.al. (org.). **Ecofeminismo e justiça ambiental: estudos em homenagem à Selene Herculano**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.

ARAÚJO, Neuza de Farias. **Contribuição econômica das mulheres para a família e a sociedade**: ensaio sobre gênero e economia numa perspectiva comparativa. Brasília: Otimismo, 2010.

BARCA, Stefania. Prefácio. IN: FRANCO, José Luiz de A.; SILVA, Sandro D.; DRUMMOND, José Augusto. TAVARES, Giovana G. (orgs.). **História Ambiental: Fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BORA Zélia M. A Representação da Mulher e da Natureza no Budismo Medieval. **Religare** 9 (2), 206-215, Dezembro de 2012.

CABRAL, Dorcas; ARAÚJO, Neuza Farias. Gênero e trabalho, uso sustentável do meio ambiente. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta-RS.1. ed.—Buenos Aires: CLACSO, 2011

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente**. São Paulo: Cortez Editora Unesco - Representação no Brasil, março de 2005.

COVA, Santana N. El Ecofeminismo Latinoamericano, Las Mujeres y la Naturaleza como Simbolos. **Cifra Nueva**, 38, p. 37-46, 200

CIOMMO, Regina Célia di. Relações de Gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis 11 (2) julho-dezembro, 2003, p. 423-443.

FUNES, Eurípedes A.; RIOS, Kenia S. História Ambiental: alguns desafios conceituais e políticos. In: KMITTA I.R; ARAKAKI S.; ZIMMERMANN T. R. **História Ambiental: configurações do humano e tessituras teórico-metodológicas**. Vitoria/ ES: Milfontes, 2020.

GEBARA, Ivone. Teologia Ecofeminista: Ensaio para repensar o conhecimento e a religião. São Paulo: Editora Olho d'água, 1997.

KERSLAKE, Lorraine; GIFFORD, Terry (coord.) Ecofeminismo/s: Mujeres y Naturaleza. **Revista del Centro de Estudios sobre la Mujer** de la Universidad de Alicante Número 22, diciembre de 2013.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MAGALHÃES, Livia (org.) **Lugar de mulher: Feminismo e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2017. Coleção Pensar Político.

MEDEIROS, Lis P. de; LEÃO, Maria Sandra M. S. Formação humana e espiritualidades: perspectivas e interfaces emergentes das produções acadêmicas brasileiras. **Educação em Foco**, ano 25, n. 45 – janeiro/abril. 2022 | e-IS-SN-2317-0093 | Belo Horizonte (MG)

MELO, Hildete P. de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2018.

MIRANDA, Leila M.; SOUZA Moisés A. de. A Sociobiodiversidade como lugar de vida e direitos – ECO-92. In: BATISTA, Iana M. da S.; VIEIRA David. D. J. (org.). **História, natureza e ciência**. Ananindeua-PA: Cabana, 2023.

MIES, Maria y SHIVA, Vandana. Ecofeminismo; Teoria, crítica y perspectivas. Zed Book, Londres, 1993. Edição Ampliada, Icaria Editorial, Barcelona, 2014.

MORIN, E.; CIURANA, E. R.; MOTTA, R. D. Educar na era planetária. Trad.: Sandra T. Valenzuela. Revisão técnica: Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru, EDUSC, 2005.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008

SAFIOTTI, Heleieth; BONGIOVANI, Iara. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.1, n1, jan./mar.2000. p. 61-71;

SOUZA, Sandra D. de. Revista Mandrágora: Gênero e Religião nos estudos feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(N.E.): 264, setembro-dezembro/2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife: SOS Corpo – Gênero e Cidadania, 1996.

ZIMMERMANN, Tania R.; BAHIA, Cristiano A. Ativismos Ambientais e Espiritualidades: (re) existências em Vandana Shiva e Dorothy Stang. *Sacrilegens*. Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da UFJF. v. 18, n. 2, p. p. 344–357.

ZIMMERMANN, Tânia; MEDEIROS, Márcia Medeiros. Biografia e Gênero: repensando o feminino. In: *Revista de História Regional*, 9(1), Verão 2004, p. 31-44.

ZURIA, Ana de Luca; CENTENO, Ericka F.; GUTIÉRREZ, Margarita Velasquez (Coords.) *Feminismo socioambiental: Revitalizando el debate desde América Latina*. Universidad Nacional Autónoma de México. Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias Cuernavaca, 2020

## CAPÍTULO 3

# **ECOFEMINISMO LATINO-AMERICANO: MAPEANDO AÇÕES DE SAFINA NEWBERY E DO COLETIVO LA URDIMBRE DE AQUEHUA**

*Tânia Regina Zimmermann*

*Ilsyane do Rocio Kmitta*

**Doi: 10.48209/978-65-5417-180-3**

### **Introdução**

O contexto das expressões teóricas e ações da teologia feminista e da teologia ecofeminista são marcadas pelo aprofundamento de políticas e governos neoliberais após 1980 em *Abya Yala* e seus projetos destrutivos nas relações de trabalho, nos movimentos sociais e no meio ambiente. Importante frisar que *Abya Yala* é significado como “terra viva”, “terra madura” e “terra em florescimento”. Esse termo advém do idioma do povo Kuna, originário do Norte da Colômbia e que hoje habita a costa caribenha do Panamá. O nome é utilizado para se referir a América, em contraponto às denominações impostas pelo colonialismo europeu.

A Cúpula da Terra no Rio de Janeiro em 1992 é considerada um marco histórico de intercâmbio entre ecofeministas de *Abya Yala*, Vandana Shiva e de movimentos indígenas por ocasião dos quinhentos anos da invasão europeia.

Nesse período, um grupo de teólogas feministas rompe com os limites do antropocentrismo para construir outra visão de mundo e utopia: a teologia ecofeminista em *Abya Yala*. Entre elas estava Safina Newbery, a qual influenciada pela teologia da libertação, não se dedicava exclusivamente ao estudo, mas mantinha um trabalho político sustentado em comunidades pobres e marginalizadas, sobretudo com as mulheres<sup>1</sup>. Portanto, entendemos o ecofeminismo como uma perspectiva teórica, militante e plural surgido na França e que se espalhou como campo de luta política nos chamados países periféricos da América Latina, África e Ásia. Suas bases conceituais partilham que a dominação de mulheres e da natureza deriva das mesmas desigualdades sobre as quais se assenta o sistema capitalista patriarcal.

Safina Newbery enquanto religiosa alentava uma espiritualidade<sup>2</sup> cujas atitudes centralizam a vida em plenitude ontológica e dignidade humana em sua multiplicidade de aspectos políticos, sociais, culturais. Isso implicou em mudança interior de religião cósmica em busca de uma vivência que produza transformações no interior humano levando a integração de si, com os outros e o mundo. Essa religiosidade se interconectou com a diversidade de espiritualidades ancestrais na América Latina centradas em torno da ecologia, do equilíbrio ambiental, social, cultural e econômico.

Em relação às práticas espirituais de Newbery, os rituais estão marcados com o compromisso de cura, de celebrar sensações e sentimentos que celebram a vida, suas vidas e da ancestralidade. Nestas práticas procurava exercitar a conexão consigo mesma e com a ambiência em que viveu, os ciclos das estações do ano, o planeta e o universo em práticas de meditação e de contemplação para nutrir sua espiritualidade.

---

1 A categoria mulheres refere-se a experiências e posicionamentos múltiplos de sujeitas sem conteúdo cristalizado na feminilidade, maternidade e sexualidade. A invenção dessa categoria deve-se a diferença na diferença resistindo a normatividade e exclusão (BUTLER, 2003).

2 Entendemos espiritualidade como uma vivência que busca sentido e aprofundamento em si e no mundo e produz transformações no interior humano levando a integração de si, com os outros e o mundo material e imaterial.

Newbery também evidenciou o viés androcêntrico e antropocêntrico da teologia da libertação ampliando análises sobre os mecanismos de opressão ao incluir o corpo-território<sup>3</sup> das mulheres e o heteropatriarcado<sup>4</sup> como lugar de reflexão e ação.<sup>5</sup> Ela construiu a imagem do Deus antipatriarcal, revendo o significado da Trindade, do sagrado, dos atributos divinos, dos símbolos cristãos e desenvolveram uma hermenêutica feminista. Também trouxe visibilidade e interpretação de divindades femininas cristãs e não cristãs.<sup>6</sup> Estudos elaborados por Marchese (2019) apresentam que o corpo é o primeiro território e o corpo das mulheres e das identidades feminizadas é o lugar em que persistem as estruturas institucionais e institucionalizadas, onde se conformam as políticas hierárquicas e as estruturas de poder, ou seja, é a montagem corporificada de gênero, raça, classe, sexualidade e idade.

A ativista, Newbery, ao perspectivar todas as formas de vida como sujeitos da ética e da atenção teológica amplia as experiências de mulheres pobres, exploradas, brancas, negras, indígenas e de dissidentes em interseções diversas.

A articulação de suas ideias e práticas surgiu no V Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho realizado na Argentina em 1990.<sup>7</sup> No ano seguinte nasceu Con-spirando, o coletivo ecofeminista mais influente de Abya Yala e promotor da revista com o mesmo nome, no qual escreveram textos várias ecofeministas como Ivone Gebara, Mary Ressa e Safina Newbery. É uma organização horizontal, plural e multinacional que articula os campos da espi-

---

3 Ver MARCHESE, Giulia. Del cuerpo en el territorio al cuerpo-territorio: Elementos para una genealogía feminista latinoamericana de la crítica a la violencia. *EntreDiversidades: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 6 (2), p. 9-41, 2019.

4 Entendemos como uma ordem política baseada no controle, na disciplina e na opressão das mulheres por meio de narrativas muito diversas e espalhadas e centrada na heteronormatividade. Ver SEGATO, Rita. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.

5 RESS, Mary Judith. **Lluvia para florecer**: Entrevistas sobre el ecofeminismo em América Latina, Santiago : Con-spirando, 2002.

6 CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*, ACSUR. 2010.

7 PARENTELLI, Gladys. La Cumbre de la Tierra. **Con-spirando**, n. 2, p. 46-47, 1992a.

ritualidade, teologia feminista e ecofeminismo e não depende da academia ou de qualquer organização religiosa (GEBARA, 1999, p. 14).

Safina Newbery (Sara Josefina Newbery) é umas das fundadoras do coletivo La Urdimbre de Aquehua. Newbery (1922-2003) foi teóloga e antropóloga ecofeminista, lésbica e criadora de espaços para pensar as sexualidades. Na juventude, optou pela fuga do matrimônio e em 1943 frequentou o Instituto de Cultura Religiosa Superior (ICRS) onde estudou religião e moral e, em 1946, ingressou na Companhia do Divino Mestre (CDM), mas percebeu que aquela estrutura não dava conta de suas perspectivas. No final de 1951, Sara deixou o CDM e obteve a dispensa dos votos e, pouco depois, em 1953, viajou para a Europa e continuou a estudar esporadicamente. Em 1956, voltou para a Argentina e entre 1956 e 1960 concluiu o ensino médio e ingressou no curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. Um ano depois, em 1961, cursou Antropologia Social, concluindo em 1971, quando tinha 48 anos. Foi docente de Antropologia Aplicada na Escuela de Asistencia Social (EAS).

Ainda na universidade em 1965, Safina foi chamada para trabalhar como recenseadora no primeiro Censo Nacional Indígena (CIN). Suas tarefas relacionadas a este trabalho se estenderam até 1967, experiência que lhe permitiu conhecer a vida dos coletivos Tobas (autodenominados Qom) e dos Pilagás. Os Tobas são um grupo racializado, encurralado e perseguido de caçadores-coletores pela expansão da fronteira agrícola para o cultivo do algodão que viviam no noroeste da Argentina, partes da Bolívia e do Paraguai. Essa pressão sobre seu território fez com que muitos integrantes do grupo migrassem para a periferia das grandes cidades. Com esse conhecimento fundou em 1993, o grupo La Urdimbre de Aquehua, de orientação ecofeminista espiritualista, coletivo do qual foi uma das promotoras e difusoras na América Latina. Este coletivo adquiriu particularidades no continente alicerçado fundamentalmente na revalorização

das cosmologias originárias e na ênfase na práxis de libertação.<sup>8</sup> O grupo existia desde 1989 com o nome de Movimiento Mujer-Iglesia.

Na década de 1980, foi uma das iniciadoras do Lugar de Mujer, participou da Católica pelo Direito de Decidir e da Coordenadoria pelo Direito ao Aborto. Para Safina urdimbre se referia a teia que as mulheres iriam tecer no coletivo diante da deterioração da solidariedade social devido ao impacto das políticas neoliberais na década de 1990.

Newbery trouxe a ideia de uma urdidura, pois desde tempos imemoriais as mulheres selecionam e preparam os melhores fios para tecer, cujos tecidos abrigam a vida e ela percebia a necessidade de ainda tecer, procurar e descobrir fios de sabedoria e crenças antigas para dar à luz a imagem e ação de libertação do amor pela vida afetos, erotismo corporal, capacidade psíquica e mental de mulheres. Segundo ela, as mulheres por estarem ausentes dos espaços de produção de conhecimentos são vítimas das disparidades econômicas e política.<sup>9</sup>

Também observa que a violência dessa dominação impossibilitou que os fios dessa sabedoria e crenças preparasse a urdidura com a qual seria possível tecer uma trama capaz de dar luz e uma imagem integral das mulheres. “Somos mujeres e tenemos la vocación de aportar los procesos que produzcan la transformación de los discursos dominantes, con la reparación del tejido social tan deteriorado por la violencia de esa dominación.”<sup>10</sup>

Segundo Safina, até a ciência entende que a vida é uma teia de relações e que o cosmos inteiro também é. Essas relações se dão não somente num espaço, mas em um tempo também. “Estamos conectadas con lo que nos rodea, con la gente, con el sol, con la lluvia, así como nuestro pasado, con nuestra historia.

---

8 CIRIZA, 2020, p. 145-157.

9 NEWBERY, Safina. Niñas buens, niñas malas. In: **Revista Cons-pirando**. Colectivo Con-spirando, n. 17: Ética y ecofeminismo, 1996, p. 13. <https://digitalcommons.lmu.edu/con-spirando/16>. Acesso em dezembro de 2022.

10 NEWBERY, Safina. Retrato: Hacendo las conexiones. In: **Revista Cons-pirando**. Colectivo Con-spirando, n. 3, 1993, p. 50. <https://digitalcommons.lmu.edu/con-spirando/16>. Acesso em dezembro de 2022.

Hay un espacio y um tiempo común”<sup>11</sup>.

Dessa conexão nasce uma nova ética que Newbery chama de ética da relacionalidade e da reciprocidade na qual todos nós estamos nos relacionando como um tecido, como fios de um tear. Na perspectiva ecofeminista, o símbolo é uma rede que une todo o universo como uma grande comunidade. No entanto,

El mundo patriarcal em que vivimos nos ha desconectado de estas redes vitales, jerarquizandolo todo. Y es esta jeraquización lo que esta llevándonos a la destruccion de la vida. Descubrimos como seres relacionales, como partes de una red - y que por ello nada de lo que pasa entre la gente y em el cosmos puede sernos ajeno – es el primer objetivo de la ética relacional. Es importante decir: Y soy yo y más que yo (NEWBERY, 1996, p. 13).

Na observância dessas questões, Newbery e o coletivo La Urdimbre e Aquehua incorporaram nas suas agendas temas como a defesa do corpo-território, a reivindicação da importância dos saberes tradicionais, os direitos das meninas e mulheres jovens, acesso a fontes de energia, produção e distribuição sustentável de alimentos e da água, criação de ecovilas e promoção da agroecologia, da economia ecológica, dos processos de descapitalização ambiental, da economia solidária. Também advogam o fim das armas e do militarismo, dos fundamentalismos propondo revisões históricas da IV Conferência Internacional da Mulher em Pequim, em 1995 que se tornou uma referência nos debates ecofeministas em *Abya Yala*.

## **Considerações Finais**

Diante de algumas perspectivas para entender a dimensão de gênero nas ações coletivas eco-territoriais, pensadoras como Newbery se destacam discussões de grande relevância ao entender o cuidado, a maternidade e a domesticidade como lugares políticos (SEGATO, 2016; PAREDES, 2020). Os espaços domésticos dos coletivos antes da colonização estavam sob responsabilidade das mulheres enquanto espaços politizados e relativamente autônomos de tal

---

<sup>11</sup> NEWBERY, 1996, p. 13.

modo que Segato nomina de baixo patriarcado. Um patriarcado mesmo assim porque havia posições de privilégio e de status entre homens e mulheres numa relação de dualidade e não de binarismos.

Com a colonização europeia privatizam-se as esferas domésticas comunitárias dotando-as de uma nova moralidade de subserviência sagrada. Esse confinamento doméstico esvaziado de politização foram a base de vários movimentos sociais nominados por Jelin (2011) de maternalistas e familistas. Nesses processos de lutas, as emoções foram a bandeira política, pois os vínculos familiares e de afeto formam a fonte de legitimidade da luta por direitos humanos denunciando a violência política vivida durante as ditaduras cívico-militares no Cone Sul da América Latina.

As dimensões das relações de gênero no âmbito familiar e maternal foram as bases das imagens de memórias nas subjetivações. Essas dimensões atravessam a esfera pública na criação e organização dos direitos humanos. Um exemplo disso foram as organizações das Mães e Avós da Praça de Maio desde os anos de 1970 na Argentina durante a ditadura militar reconfigurando a figura sagrada maternal da esfera privada. Elas usaram a estratégia da maternidade para se proteger dos militares, mas também produziram novas subjetividades políticas a que Barrancos chamou “do lar a praça” (BARRANCOS, 2007; 2008).

No campo teórico, as discussões interseccionais colocaram o meio ambiente no centro de lutas feministas ecoterritoriais diante da degradação, falta de alimentos, água, contaminação do solo (SHIVA, 2016) e iniciam estudos sobre o protagonismo feminizado e de mulheres em conflitos ecoterritoriais advindas de diferentes pertencimentos como as organizações comunitárias de coletivos indígenas, afrodescendentes, militantes de coletivos socioambientais, trabalhadoras estatais, ativistas de ONG.

O feminismo interseccional presente em Safina reconhece que não há apenas um eixo de opressão e que não opera em camadas, mas sim imbrica-

das conforme também destacam Bilge e Collins (2021). Esta categoria/metodologia trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios e de exploração criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177). Isso deve ser levado em consideração nas teorias e nas práticas dos movimentos feministas, sem omitir as diversas opressões e sem defender a categoria mulheres como unitária e abstrata (BUTLER, 2003).

A teoria ecofeminista presente em Newbery nos permite analisar a relações subordinadas no patriarcado, o que subjuga as mulheres e se apropria da natureza. Seu objetivo é tornar visíveis os conflitos que são travadas nos territórios, bem como as relações sociais que se entrelaçam neles. Safina entende que esses movimentos são protagonizados por mulheres porque elas têm um potencial diferente, não-violento, não de dominação e de morte, mas sim de cuidar e compartilhar, embora entenda que a criatividade e compaixão é possível em todos os humanos, pois não há um determinismo biológico.

## **Referências**

BARRANCOS, Dora. **Mujeres en la Sociedad Argentina. Una historia de cinco siglos.** Sudamericana: Buenos Aires. 2007.

BARRANCOS, Dora. **Mujeres, entre la casa y la plaza.** Sudamericana. Buenos Aires, 2008.

BILGE, Sirma e COLLINS, Patrícia Hill. **Interseccionalidade.** Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CABNAL, Lorena. **Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala.** Feminismos diversos: el feminismo comunitario, ACSUR. 2010.

COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO. **Mapeando el cuerpo-territorio:** Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios. Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. Quito : Ecuador, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos Ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**. Ano 10, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>.

CIRIZA, Alejandra. Tramar/Urdir/Anudar: genealogias feministas situadas. In: **La Aljaba**, 2020, p. 145-157. Dialnet-TramarurdiranudarGenealogiasFeministasSituadasLosD-7710718.pdf. Acesso em janeiro de 2023.

GEBARA, Ivone. **Longing for running water:** ecofeminism and liberation (Biblical reflections for ministry). Mineápolis, Fortress Press, 1999.

GEBARA, Ivone. **Intuiciones ecofeministas**. Ensayo para repensar el conocimiento y la religión. Madrid, Trotta, 2000.

GUZMAN, Adriana Arroio. **Descolonizar a memória, descolonizar feminismos**. Segunda edición, La Paz – Bolivia. Editorial: Tarpuna Muya Feminismo Comunitario Antipatriarcal, Qullasuyu Marka, Bolivia, 2019.

HARAWAY, Donna. **En Ciencia, Cyborgs y Mujeres. La reinención de la naturaleza**. 1991. In: <http://kolektivoporoto.cl/wp-content/uploads/2015/11/Haraway-Donna-ciencia-cyborgs-y-mujeres.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2022.

HERRERO, Yayo. Miradas ecofeministas para transitar un mundo justo y sostenible. **Revista de Economía Crítica**, N. 16, segundo semestre, p.43-51, 2013. <http://musac.es/PDF/DEAC/09>.

HERRERO, Yayo. 2012. Propuestas ecofeministas para un sistema cargado de deudas. **Revista de economía crítica**, N. 13, p. 30-54, 2012.

JELIN, Elizabeth. Subjetividad y esfera pública: El género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. **Política Y Sociedad**, 48(3), p. 555-569, 2011.

KOROL, Claudia. Feminismos populares Las brujas necesarias en los tiempos de cólera. **Nueva Sociedad**. N. 265, p. 78-93, septiembre-octubre de 2016.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. In: **Tabula Rasa**. Bogotá –Colombia, n.9, 73-101, julio-diciembre 2008.

MIES, María; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo: Teoría, crítica, perspectivas**. Madrid: Icaria, 2016.

MARCHESE, Giulia. Del cuerpo en el territorio al cuerpo-territorio: Elementos para una genealogía feminista latinoamericana de la crítica a la violencia. EntreDiversidades: **Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, 6 (2), pp. 9-41, 2019.

OROZCO, Pérez, Amaia. **Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida**. Traficantes de Sueños: Madrid, 2014.

PAREDES, Julieta. **Hilando fino desde el feminismo comunitario, Comunidad Mujeres Creando**. Deutscher Entwicklungdienst: La Paz, 2008.

PAREDES, Julieta. **Para descolonizar el feminismo**. La Paz: Feminismo Comunitario de Abya Yala, 2020.

PULEO, Alicia. H. **Del ecofeminismo clásico al deconstructivo: principales corrientes de un pensamiento poco conocido**. En Teoría feminista: de la ilustración a la globalización. Editorial Minerva, p. 121-152, 2005.

PULEO, Alicia. Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado. Isegoría. **Revista de Filosofía Moral y Política**, N. 38, pp. 39-59, 2008. 2014.

RESS, Mary Judith. Las fuentes del ecofeminismo: una genealogía. In: **Con-spirando. Revista latinoamericana de ecofeminismo, espiritualidad y teología**. N. 23, Marzo. Mosquito editores. Santiago de Chile, p. 118-131, 1998.

RESS, Mary Judith. **Lluvia para florecer: Entrevistas sobre el ecofeminismo en América Latina**, Santiago : Con-spirando, 2002.

SEGATO, Rita. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.

NEWBERY, Safina. Niñas buens, niñas malas. In: **Revista Cons-pirando**. Colectivo Con-spirando, n. 17: Ética y ecofeminismo, 1996, p. 13. <https://digital-commons.lmu.edu/con-spirando/16>. Acesso em dezembro de 2022.

PARENTELLI, Gladys. La Cumbre de la Tierra. **Con-spirando**, n. 2, p. 46-47, 1992a.

PARENTELLI, Gladys. Teólogas feministas, teólogos de la liberación y hasta las simples mujeres marginales exigen una Iglesia verdaderamente cristiana o las mujeres cristianas acabarán con el autoritarismo papal. **Hojas de Warmi**, 3, p. 1-3, 1992b.

PARENTELLI, Gladys. Retratos: Por qué Gaia? **Con-spirando**, n. 17, p. 50, 1996.

TRAPASSO, Rosa Domingo. Ecofeminismo. Revisitando nuestra conexión con la naturaleza. **Con-spirando**, 4, p. 2-6, 1993.

TRAPASSO, Rosa Dominga. Ponencia Presentada al Encuentro Nacional de Mujeres-1999, 30 Años de Feminismo en el Perú, [https://docs.wixstatic.com/ugd/369a5b\\_141f455dc79e4f448fa5b3541cfe2488.pdf?index=true](https://docs.wixstatic.com/ugd/369a5b_141f455dc79e4f448fa5b3541cfe2488.pdf?index=true). Acesso em janeiro de 2023.

ULLOA, Astrid. 2016. “Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos”. **Nómadas**. N. 45, pp. 123-139, 2016. <http://www.scielo.org.co/pdf/noma/n45/n45a09.pdf>

## CAPÍTULO 4

# **O RESSOAR DA PRIMAVERA: A TRAJETÓRIA DA ESCRITORA E CIENTISTA NATURAL RACHEL CARSON (1907-1964)**

*Bianca Letícia de Almeida*

Doi: 10.48209/978-65-5417-180-4

### **Introdução**

Rachel Louise Carson (1907-1964) foi uma pessoa comum: teve problemas financeiros, responsabilidades familiares, dificuldade para encontrar o primeiro emprego, foi funcionária pública, recebeu negações, mudou de planos, perdeu pessoas queridas e encontrou amigos confiáveis. Seu talento como escritora e seus conhecimentos científicos a tornaram conhecida, alvo de críticas por um grupo e reverenciada por outro. Apesar das dificuldades enfrentadas, realizou o sonho de infância de tornar-se escritora. Sua formação acadêmica em biologia rendeu-lhe assunto para escrever. Seus três primeiros livros (*Sob o mar-vento*, 1941; *O mar que nos cerca*, 1951; e *Beira-Mar*, 1955) foram sucessos de venda e fizeram com que se tornasse uma das principais autoras sobre história natural dos Estados Unidos. Alcance maior teve *Primavera Silenciosa* - publicada originalmente em 1962 e no Brasil em 1964 - que denunciou os

malefícios do uso de pesticidas químicos em plena Guerra Fria. Apesar de ter sofrido demasiados ataques de cientistas ligados à indústria química americana, Carson foi considerada pela tradição ambientalista uma das fundadoras do movimento ecológico global.

O objetivo deste texto é apresentar a vida de Rachel Carson desde a sua infância até a morte prematura. Pretende-se, assim, contribuir para a divulgação de personagens femininas relacionadas à ciência e, mais especificamente, divulgar materiais mais precisos sobre Rachel Carson e seus livros no contexto brasileiro. Apesar de sua reconhecida importância global, pouco se escreveu e pesquisou sobre a autora e suas obras no Brasil.

Para esta biografia, tivemos como base as três principais obras dedicadas à vida de Carson. O primeiro livro, *Rachel Carson: the writer at work* (1989), foi escrito por seu editor e amigo Paul Brooks que teve como objetivo evidenciar como era o processo de escrita da bióloga e apresentar alguns textos selecionados de cada fase de sua vida. Aspectos subjetivos e da vida pessoal da autora não foram negligenciados, porque Brooks considerou que foram importantes e influenciaram o trabalho dela. A segunda obra foi o trabalho de fôlego de Linda Lear, *Rachel Carson: Witness for Nature* (1997), resultado de dez anos de pesquisa. Lear encontrou diversas documentações relativas a momentos da vida de Carson em igreja, escola, colégio, universidade, imprensa, cartas, livros, cadernos pessoais, diários e entrevistas. Já *The Gentle Subversive* (2007) foi escrita pelo historiador ambiental Mark Hamilton Lytle (Bard College) e dividida em quatro crônicas, cada uma fazendo referência a um livro de Carson publicado. Além da bibliografia referida, foi feita uma investigação pela imprensa brasileira mediante a uma busca de palavras-chaves relacionadas ao nome da autora no acervo digital da *Hemeroteca da Biblioteca Nacional*.

Por meio destas fontes, se narrará a vida de Carson de modo a não dividir sua trajetória entre questões pessoais e sua obra. Parte-se do pressuposto que o

trabalho de escritores não se desvincula de temas como sua infância, formação, família e emprego. Também não se tentará traçar um panorama histórico como um pano de fundo da vida de Carson, como se o contexto fosse “algo homogêneo e estático, mas sim composto por múltiplas e dinâmicas relações sociais entabuladas por indivíduos, inclusive aquele que se escolheu para biografar”<sup>1</sup>.

## **Infância e Educação: a escolha pela ciência natural**

Rachel Louise Carson nasceu em 27 de maio de 1907, em Springdale, Pensilvânia. Foi a filha mais nova de Robert Warden Carson e Maria Carson, com quem Rachel se interessava em estudar e observar a natureza. Com os dois filhos mais velhos - Robert e Marian - na escola e o marido em constantes viagens para vender seguros, a mãe se dedicou intensamente à vida da filha caçula.<sup>2</sup>

Em geral, os biógrafos utilizam os registros de Rachel sobre sua infância para reforçar a memória de que, desde criança, ela era muito interessada pelo mundo natural. Conforme a autora escreveu em uma carta: “Não me lembro de algum momento em que não estivesse interessada no ar livre e em todo o mundo da natureza” (tradução nossa)<sup>3</sup>. Ao lado de sua paixão pela natureza e leitura, começou a escrever, semeando o sonho de viver da escrita. Ainda criança teve textos publicados na seção infantil da revista *St. Nicholas*, tendo ganhado prêmios e remunerações.<sup>4</sup>

Em 1923, Rachel passou a frequentar a escola de ensino médio *Parnassus High* e foi a única filha a terminar o ensino médio e a ingressar no ensino

---

1 SCHMIDT Benito Bisso. “História e biografia”. In: Ronaldo Vainfas e Ciro Flamarion Cardoso. (Orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2012, p. 196.

2 LYTLE, Mark H. **The Gentle Subversive: Rachel Carson, Silent Spring, and the rise of the environmental movement**. New York: Oxford University Press, 2007, p. 18.

3 Carson para Curtis Bok, 12 julho de 1956, RCP BLYU apud LYTLE, *op. cit.*, p. 15. Texto original: “I can remember no time when I wasn’t interested in the out of doors and the whole world of nature.”

4 Idem, p. 20.

superior, aos dezoito anos de idade. Com muita dificuldade, necessidade de bolsa e dívidas que perduraram até depois de sua formatura, ela frequentou a *Pennsylvania College for Women* (PCW), hoje *Chatham College*, localizado em Pittsburgh, com o intuito de se tornar escritora. Lá conheceu Marie Scott Skinker, professora do curso introdutório de biologia. A influência e admiração por Skinker foi tão forte que, no segundo ano, Rachel decidiu trocar sua especialização para biologia. Em um dado momento, a professora foi fazer seu doutorado na Universidade Johns Hopkins e Rachel a acompanhou poucos anos depois.

Em 1928, Rachel conseguiu uma bolsa auxílio que a permitiu estudar zoologia na mesma universidade, em Baltimore (Maryland)<sup>5</sup>. Antes das suas aulas na universidade começarem, Carson fez um curso de oito semanas em Woods Hole, Massachusetts, no *Marine Biological Laboratory* (MBL), uma comunidade de pesquisadores científicos fundada em 1888. De 71 pesquisadores iniciantes no laboratório, 31 eram mulheres, incluindo Rachel e sua amiga Mary Frye, com quem estudou biologia na PCW. Foi neste momento que Carson viu o mar pela primeira vez. A realização disso foi eternizada em 2013 por uma estátua de bronze feita por David Lewis e instalada bem em frente ao mar, em um parque em Woods Hole.

Nos estudos universitários, Carson teve um pouco de dificuldade em acompanhar o ritmo do curso, devido à formação precária em ciências na PCW. Além disso, por conta da Grande Depressão, a família Carson estava enfrentando problemas financeiros. Rachel então propôs que viessem morar com ela em Baltimore, onde julgava ter mais oportunidades. Depois do primeiro ano de estudos, Carson precisou procurar por emprego como assistente em cursos universitários, já que a bolsa acadêmica não era suficiente. Em 1931, terminou sua pesquisa sobre a evolução do sistema urinário dos peixes, sob orientação de

---

<sup>5</sup> LEAR, Linda. **Rachel Carson: witness for nature**. Nova York: Henry Holt and Company, 1997, p. 46-48.

Rheinart P. Cowles, e obteve grau de mestre.<sup>6</sup>

A intenção de Carson era prestar doutorado em Hopkins, mas ela ainda tinha dívidas com a PCW e a situação em casa continuava difícil não só financeiramente, mas também porque sua irmã e pai adoeceram e seu irmão saiu de casa não pretendendo ajudar a família. Após desistir da carreira acadêmica, passou a procurar um emprego de carga horária integral.

## **Construção de Carreira no Serviço de Pesca e Vida Selvagem dos Estados Unidos**

Em julho de 1935, o pai Robert Carson faleceu aos 71 anos de idade. Rachel virou, e assim seria por toda sua vida, a principal mantenedora da casa, onde morava ela, sua mãe, irmã e suas duas sobrinhas Virginia e Marjorie. Por indicação de Skinker, conseguiu um emprego na Divisão Científica da Secretaria de Pesca dos EUA, onde revisaria roteiros para uma série de 52 programas de rádio curtos. O projeto abordaria sobre a vida marinha, e tinha como objetivo ser educativo para o público.<sup>7</sup>

Dentro do Departamento de Pesca, que mudou o nome para Serviço de Peixes e Vida Selvagem dos EUA, em inglês *U.S. Fish and Wildlife Service* (FWS)<sup>8</sup>, a carreira da bióloga ascendeu, conquistando cargos cada vez mais altos e com mais tempo de trabalho. De revisora de relatórios de outros pesquisadores, avançou para os seguintes cargos efetivos: Bióloga Marinha Assistente (1942-43), Bióloga Marinha Associada (1943-45), Bióloga Marinha (1945-46), Especialista em Informação (1946-49), Bióloga e Editora Chefe (de 1949 até sua aposentadoria em 1952).<sup>9</sup>

Enquanto trabalhava no Serviço, Rachel enviava os seus textos para revistas e alguns foram publicados. Um detalhe importante a ressaltar é a forma

---

6 Idem, p. 74.

7 Idem, p. 78 e 79.

8 Idem, p. 94 e 95.

9 BROOKS, Paul. **Rachel Carson: the writer at work**. São Francisco: Sierra Blub Books, 1989, p. 72.

como assinava seus artigos. Em uma Carta para o editor da revista *Atlantic Monthly Edward Weeks*, a bióloga explicou o motivo de sua assinatura como “R. L. Carson”:

De vez em quando, no meu trabalho com a Secretaria de Pesca..., sou chamada para preparar artigos sobre pesca comercial. Na medida em que esses artigos tratam em grande parte de questões econômicas, da base científica das medidas de conservação, etc., sentimos que seriam mais eficazes... se presumivelmente fossem escritos por um homem. Por várias razões eu prefiro usar o nome na minha escrita pessoal.<sup>10</sup> (Tradução nossa).

O testemunho da bióloga nos indica muito sobre como o período desqualificava a intelectualidade feminina. Para ser lida, publicada e considerada, a bióloga preferiu por vezes neutralizar seu gênero e nome, desassociando-os de sua escrita.

## **Lançamento dos Primeiros Livros: *Under The Sea-Wind* (1941) e *The Sea Around Us* (1951)**

Ainda que tivesse seu nome ofuscado, seus artigos publicados em revistas permitiram a criação de uma rede de leitores que passaram a conhecê-la e estimulá-la a escrever um livro. Isso ocorreu principalmente após a publicação de “Undersea” em setembro de 1937, na revista *Atlantic*. Incentivada a transformar o artigo em um livro, em *Under the Sea-Wind*, a bióloga quis fazer do mar e da vida que nele habita uma realidade vívida para aqueles que leriam o livro, evidenciando a vida diária de diversas criaturas marinhas.<sup>11</sup> Lançado em 1941, pela editora *Simon and Schuster*, o livro, embora elogiado, não vendeu mais que duas mil cópias, o que deixou Carson decepcionada com a editora, que não fez o devido trabalho de divulgação.

---

10 Carta de Carson para Edward Weeks, 18 de julho de 1937, RCP/BLYU apud LEAR, *op. cit.*, p.87. Texto original: “From time to time in my work with the Bureau of Fisheries... I am called upon to prepare articles on commercial fisheries. Inasmuch as these articles deal largely with economic questions, the scientific basis of conservation measures, etc., we have felt that they would be more effective... if they were presumably written by a man. [F]or various reasons I prefer to use the name in my personal written.”

11 BROOKS, *op. cit.*, p. 34.

Com maiores responsabilidades profissionais, levou dez anos para voltar a publicar livros, embora não tenha deixado de escrever artigos. Quando começou a cogitar um segundo livro, um amigo a incentivou a procurar um agente literário. Foi assim que conheceu Marie Rodell, que também se tornaria uma grande amiga. De início, o novo livro se chamaria *Return to the Sea* e a autora pôde se afastar do trabalho para trabalhar exclusivamente nele, graças à contemplação da bolsa da fundação *Mark Saxton of Harper & Brothers*.<sup>12</sup>

Como não queria concluir o livro sem ter visto o mar “de dentro”, a bióloga realizou uma viagem para Flórida, onde conseguiu mergulhar na companhia de sua amiga de trabalho, a ilustradora Shirley Briggs. No processo de escrita, o nome do livro foi mudado para *The Sea around Us* e basicamente tinha como objetivo apresentar uma história natural do oceano até aquele período, abordando assim o problema da poluição, por exemplo. Conforme concluía os capítulos, a autora os enviava para cientistas lerem e avaliarem. Ainda antes do envio do manuscrito a revista *The New Yorker* comprou nove capítulos que comporiam uma série de três parte intitulada *Profile of The Sea*.

Após dois meses da entrega da obra, Carson descobriu em um check-up a presença de um pequeno cisto em seu seio esquerdo, mesmo local em que outro havia aparecido e sido removido quatro anos atrás. Em setembro, ela passou por uma cirurgia e seu cirurgião afirmou que o resultado da biópsia não havia apontado sinais de o tumor ser maligno.<sup>13</sup>

*The Sea Around Us* foi publicada em julho de 1951, pela *Oxford University Press* que havia acabado de abrir uma filial nos EUA<sup>14</sup>. Em novembro, 100 mil cópias haviam sido vendidas e a obra ficou em primeiro lugar da lista dos livros mais vendidos por 32 semanas, tendo permanecido na listagem por ainda mais tempo.<sup>15</sup>

---

12 LEAR, op. cit., p. 163.

13 LEAL, op. cit., p. 184-5; LYTLE, op. cit., p. 77.

14 LEAL, op. cit., p. 163.

15 BROOKS, op. cit., p. 128.”

A obra foi a responsável pela fama de Carson como escritora. Ela concedeu diversas entrevistas, embora não gostasse disso; foi bem premiada – pela *National Book Award* na categoria de não-ficção, por exemplo; entrou para a Academia de Artes e Letras dos EUA; recebeu título de doutora de Literatura e Ciências e viu o seu primeiro livro, *Sob o Mar-Vento*, se tornar um *best-seller* em uma republicação pela editora Oxford. Parte do sucesso, conforme foi elogiado e mesmo descrito pela bióloga, foi a abordagem da natureza de forma literária e emocionante.

Segundo analisou Lytle, na obra, Carson convidou seus leitores a pensar ecologicamente e sua visão sobre natureza era biocêntrica, fundamentada na abordagem evolucionista de Darwin, na qual os humanos são apenas mais uma espécie, embora perigosa e frequentemente destrutiva. Por conta dessa aproximação, ela foi criticada por leitores que defendiam o criacionismo e a chamaram de ateia. Ainda que não frequentasse nenhuma igreja no momento, Carson teve formação cristã protestante e essas críticas a incomodavam, porque para ela não havia conflito entre ambas as teorias, já que Deus poderia ter usado a evolução como método de criação.

Em outubro de 1951, quando a mais nova publicação já havia sido traduzida para 32 idiomas, os estúdios RKO ofereceram produzir um documentário baseado nela. O que Rachel e sua agente não esperavam era que grande parte de suas correções e observações não foram levadas em consideração pelo diretor, escritor e produtor Irwin Allen. Ao invés de se valer dos conhecimentos de autoridade da autora, Allen empregou conceitos ultrapassados e não-científicos de maneira amadora. No ano seguinte, em maio, o filme foi lançado, mesmo com o seu conteúdo distorcendo fatos científicos tratados por Carson em seu livro. Por questões contratuais, ela não pôde expor as suas opiniões sobre a obra, experiência tão negativa que a fez nunca mais vender direitos autorais de suas obras para filmagens.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> LEAR, *op. cit.*, p. 240.

Embora o filme não tenha agradado Carson, ele foi bem avaliado por outras instâncias e recebeu o Oscar de Melhor Documentário de 1953. Sua repercussão chegou até ao Brasil, conforme pode-se observar na imprensa brasileira da época. Em maio de 1954, alguns jornais divulgaram o lançamento do documentário no país, como o *Jornal do Brasil* (RJ) ao informar que a capital paulista teria o privilégio de exibi-lo nos cinemas do circuito Plaza<sup>17</sup>. Já o *Diário de Notícias* (RJ), informou que o documentário seria exibido como complemento do filme de drama e suspense *Fronteiras da Crueldade*.<sup>18</sup>

## **Autora em Tempo Integral**

O sucesso de *O Mar que Nos Cerca* levou Carson a tomar a decisão de se aposentar do FWS, em maio de 1952, e viver como autora em tempo integral. A autonomia financeira e liberdade das obrigações do FWS foram comemoradas pela compra de um carro Oldsmobile e um chalé, apelidado de Silverledges, na costa de Maine, um lugar em meio a natureza onde Rachel tinha o prazer de ficar, principalmente no verão.<sup>19</sup>

Foi em Maine onde conheceu quem viria a ser sua melhor amiga: Dorothy Freeman, cujo marido também virou um grande amigo de Carson. Segundo Brooks, Dorothy e Maria Carson foram as únicas pessoas com quem Rachel realmente se abriu. Segundo Lear, a amizade com Dorothy era difícil de descrever, provavelmente se referindo a um possível romance entre elas. Apesar de apontarem a intensidade afetiva da relação, nenhum dos três biógrafos consultados especularam sobre a sexualidade de Carson. O único autor que citou o assunto, mesmo sem se alongar, foi Lytle. Segundo o historiador, ele escolheu, assim como Lear, não especular se as relações de Carson com Dorothy

---

17 “Documentário premiado”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 maio 1954, ano LXIV, n. 119, Cinemas, p. 9.

18 “Cinema pelo Mundo”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 maio 1954, ano XXIV, n. 9.680, Primeira Seção, p. 8

19 LYTLE, *op. cit.*, p. 96-9.

Freeman, Grace Coff e Mary Scott Skinker eram sexuais ou platônicas. Não há evidências sobre o assunto e ambos os biógrafos concordam que não seria importante tentar revelar a essência da autora. O que se pode afirmar é que, durante toda a sua vida, Carson dedicou seu emocional e sua energia na escrita, no trabalho e na família.<sup>20</sup>

Carson dedicou dois anos para a pesquisa do novo livro que se chamaria *The Edge of the Sea*, editado por Paul Brooks, da *Houghton Mifflin*, a quem Maria Rodell havia apresentado à Carson. A autora decidiu que escreveria sobre as comunidades biológicas que habitam em três tipos de costa: rocha, areia e coral. Em 1954, William Shawn do *The New Yorker* novamente ofereceu publicar parte do livro, dessa vez um capítulo, o que serviu como propaganda antecipada do livro.

A obra foi lançada um ano depois e virou também um best-seller, embora não tenha atingido o mesmo sucesso de vendas do livro anterior. Entre as críticas estava o apontamento de que o livro não só falava de preservação objetiva, mas era repleto de poesia e sentimento em relação à natureza. A obra foi indicada para o *National Book Award*, mas não ganhou. Em contrapartida, a *American Association of University Women* honrou a bióloga com seu *Achievement Award* e a *National Council of Women of the United States* escolheu a obra como o livro do ano.

Infelizmente, não só de momentos felizes Carson viveu naqueles anos. Em 1957, sua sobrinha Marjorie faleceu, deixando seu filho Roger de cinco anos para Rachel cuidar. A mãe dela, Marian, havia falecido há 20 anos. Como Brooks apontou, aos 50 anos Rachel virou mãe, além de cuidar de Maria, que com os seus 80 anos requeria cuidados especiais<sup>21</sup>. No ano seguinte, a mãe não conseguiu se recuperar totalmente de um AVC e faleceu. No ano seguinte, a mãe não conseguiu se recuperar totalmente de um AVC e faleceu. Sobre ela,

---

<sup>20</sup> *Idem*, p. 245.

<sup>21</sup> BROOKS, *op. cit.*, p. 216.

Rachel escreveu à amiga Marjorie Spock:

O seu amor pela vida e por todos os seres vivos era sua qualidade excepcional, da qual todos falam. Mais do que qualquer outra pessoa que conheço, ela encarnava a “reverência pela vida” de Albert Schweitzer (Tradução nossa).<sup>22</sup>

Relacionada à nova fase como responsável por Roger, surgiu a oportunidade de escrever um livro para ajudar mães a despertar nos filhos a admiração pela natureza. A despeito da indicação de seu editor, Rachel não conseguiu terminar um livro sobre o assunto, tendo publicado apenas um artigo. Somente após a sua morte o texto saiu em formato de livro sob o título de *The Sense of Wonder*.

## **Agravamento da Saúde e a Pesquisa sobre Pesticidas**

Dentre tantos projetos, Carson escreveu para sua amiga Dorothy que gostaria de publicar não só divulgação científica, mas também pesquisas originais. Eventos de seu presente, como bombardeamentos atômicos de Hiroshima e Nagasaki, a fizeram questionar a capacidade de resistência da “vida” aos ataques humanos e a repensar a fé na ciência e progresso humano.<sup>23</sup>

Juntamente à nova forma de pensar, outros acontecimentos, hoje vistos em retrospectiva, já encaminharam para o que seria a gênese do projeto de *Primavera Silenciosa*. Primeiramente, Carson passou a fazer parte de um grupo de conservação no Maine e até considerou comprar terrenos apenas com o intuito de conservá-los. Um segundo evento foi a descoberta, em 1958, de que o Departamento de Agricultura estava lançando um programa de pulverizações. A informação foi enviada à Carson por Olga Owens Huckins, editora literária do

---

22 Carta de Rachel Carson para Dorothy Freeman, 3 de fevereiro de 1956 in FREEMAN, Martha. **Always, Rachel:** letters of Rachel Carson and Dorothy Freeman. Boston: Beacon Press, 1995, p. 150 *apud* LYTLE, *op. cit.*, p. 120.

23 Carta de Rachel Carson para Dorothy Freeman, 3 de fevereiro de 1956 in FREEMAN, Martha. **Always, Rachel:** letters of Rachel Carson and Dorothy Freeman. Boston: Beacon Press, 1995, p. 150 *apud* LYTLE, *op. cit.*, p. 120.

*Boston Post*, que havia escrito uma resenha favorável de *The Sea Around Us* no passado. O programa nacional de controle de insetos por *sprays* havia matado dezenas de pássaros em um santuário de aves próximo a uma terra de Huckins. A editora perguntou se a bióloga teria algum contato em Washington que poderia ajudá-la a montar um caso. Carson a partir desse momento começou a reunir informações sobre pesticidas e, anos depois, creditou a Huckins o tema do que viria a ser sua obra mais conhecida.<sup>24</sup>

Em 1958, assinou um novo contrato com a *Houghton Mifflin*, cujo editor era Paul Brooks, já seu amigo. O avanço da obra, contudo, foi atravancado por diversos problemas de saúde que a autora teve que enfrentar. Primeiramente, ela foi acometida por uma úlcera que a deixou de cama por diversas semanas. Após enviar para Brooks dois capítulos sobre câncer, ela passou por uma cirurgia na qual foram descobertos diversos cistos em seu seio que acarretaram uma mastectomia<sup>25</sup>. Em novembro, apareceu uma massa em sua costela esquerda que foi tratada com radiação. Em seguida, dado a um linfoma e pelo fato de ainda menstruar com 55 anos, teve que ser esterilizada com radiação nos ovários<sup>26</sup>. Já nesse momento, Carson sabia que não teria muito tempo de vida e fez da publicação da obra uma missão. Em uma carta a Brooks, ela disse que mais ou que nunca estava ansiosa para terminar o livro logo.<sup>27</sup> Após o tratamento radioativo, ela voltou a se sentir disposta para trabalhar, ainda que por diversas vezes ela tivesse que voltar a fazer tratamentos conforme novos sintomas apareciam.

A obra, que inicialmente tinha o nome de *Man Against the Earth*, teve seu título alterado para *Silent Spring*. Brooks sugeriu este nome para o capítulo sobre pássaros e Rodell indagou se não poderia ser o título da obra como um todo.

---

<sup>24</sup> LYTLE., op. cit., p. 121.

<sup>25</sup> Segundo Lear, ele não teria feito isso se Carson fosse um homem ou tivesse um marido a quem se dirigir. LEAR, op. cit., p. 368.

<sup>26</sup> LEAR, op. cit., p. 380.

<sup>27</sup> Carta de Rachel Carson para Paul Brooks, 27 de dezembro de 1960, RCP-BLYU *apud* LYTLE, op. cit., p. 157.

Se no início Rachel pesquisava sem anunciar que estava escrevendo sobre o assunto, a partir do momento que comunicou o projeto, seu acesso a documentos passaram a ser negados e ataques começaram a surgir por parte daqueles que defendiam o uso de pesticidas. A tensão só aumentou quando *Primavera Silenciosa* foi finalmente publicada, em 1962. Muitas das críticas eram ofensas misóginas chamando-a de histérica, “freira da natureza”, “solteirona”, “feitiçeira” e insinuando que deveria se calar apenas pelo fato de ser uma mulher.<sup>28</sup> Apesar da ofensiva, que geralmente vinha de entomologistas e da indústria de pesticidas, Carson ganhou muitos aliados, leitores e visibilidade.

A publicação também foi em série pela revista *The New Yorker*, em junho de 1962, e depois ganhou formato de livro, em setembro do mesmo ano. A obra rapidamente encontrou um grande sucesso editorial: a primeira edição pela *Houghton Mifflin* vendeu 600 mil cópias<sup>29</sup> e ficou mais de dois anos nas listas dos mais vendidos dos Estados Unidos<sup>30</sup>.

Em meio ao momento conturbado, Carson teve que lidar com a dor causada pelo câncer ter chegado aos ossos e pelas fraturas consequentes. Aos poucos não conseguia mais andar ou mesmo escrever e tinha constantemente náuseas, vômitos e fadiga. Após contrair doenças respiratórias e ter anemia, no dia 14 de abril faleceu, devido a um ataque cardíaco. A morte foi uma surpresa para muitos, já que a autora quis esconder seu quadro o quanto pôde.

## Homenagens e o Legado Deixado

Em seu testamento, Carson cuidou financeiramente da vida de seu sobrinho Roger, que foi adotado por Brooks e sua esposa Susie. A autora também havia escrito sobre como gostaria que fosse seu funeral. Seu irmão Robert, con-

---

28 PEREIRA, Elenita M. “Rachel Carson, ciência e coragem”. *Ciência Hoje*, v. 50, p. 72-73, 2012. Disponível em: <http://cienciahoje.org.br/artigo/rachel-carson-ciencia-e-coragem>. Acesso: 20/08/2018.

29 SILVA, C. E. L. “Cinco décadas de consciência ecológica: Primavera silenciosa, de Rachel Carson, faz 50 anos e permanece um clássico da literatura ambiental”. *Revista Pesquisa Fapesp*. Edição 202, dez 2015.

30 PEREIRA, *op. cit.*, p. 72-73.

tudo, organizou a cerimônia e não seguiu o planejamento de Rachel. A bióloga havia solicitado um culto fúnebre simples em *All Souls*, uma igreja unitária cujo ministro era Duncan Howlett. Ele havia confortado Rachel em seus últimos meses de vida e ajudado a projetar uma fundação que se tornaria a *Rachel Carson Trust for the Living Environment*. O irmão, entretanto, preparou uma cerimônia pomposa na Catedral Nacional de Washington para 150 pessoas, presidida pelo bispo episcopal William Creighton. Após negociações, Robert aceitou o pedido de amigos de Rachel para que metade das cinzas fossem enterradas e a outra metade espalhada em Maine por Dorothy, como solicitou a autora. Os amigos também encontraram um meio de realizar a vontade de Carson, reunindo-se no dia 17 de abril, dois dias antes da cerimônia organizada por Robert, em *All Souls*. Dorothy, Jeanne Davis, Marie Rodell e Bob Hines prestaram homenagens e Howlett leu um escrito de Carson, conforme ela havia solicitado.<sup>31</sup>

A fim de evitar qualquer revelação que considerava constrangedora, o irmão destruiu documentos e cartas pessoais da irmã. Marie se apressou em enviar os documentos e manuscritos que sobraram para a Universidade Yale e quando Robert descobriu, a expulsou da casa que era de Rachel.<sup>32</sup>

A morte de Carson não foi muito comentada na imprensa brasileira. Geralmente, ao falar sobre a publicação de *Primavera Silenciosa* no país, acrescentava-se o comentário que sua autora havia falecido recentemente. Uma exceção foi o *Estado de S. Paulo* que, em 16 de abril 1964, noticiou: “faleceu na noite de ontem a escritora Rachel Carson, autora de ‘O mar que nos rodeia’ e várias outras novelas que obtiveram grande êxito”, aos seus 56 anos devido a um câncer<sup>33</sup>.

Como constantemente é lembrado, um dos méritos de *Primavera Silenciosa* foi divulgar argumentos e informações específicas da biologia em lin-

---

31 LYTLE, *op. cit.*, p. 196-8.

32 Idem, pp. 197-8.

33 “Faleceu a escritora R. Carson”. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 abril 1964, ano LXXXV, n. 27295, p. 15.

guagem agradável e didática para aqueles que não eram familiarizados com a área científica. Assim, para além contribuir com o início do movimento ambientalista internacional, a obra também foi um marco na divulgação científica, pois abordou “a química das interações entre um pesticida e organismos vivos, incluindo questões evolutivas como a seleção de insetos resistentes ao produto, bem como a contaminação do solo e da água” de forma acessível aos leitores cientificamente leigos.<sup>34</sup>

A memória construída sobre a obra reconhece sua importância no âmbito ativismo social, políticas públicas e pesquisas acadêmicas. Como afirmou José A. Drummond, “é comum cientistas e ativistas ambientais veteranos, de muitas partes do mundo, afirmarem hoje em dia que se ‘converteram’ à questão ambiental lendo esse livro e testemunhando sua repercussão”.<sup>35</sup> De forma concreta, nota-se o reconhecimento dado à autora pela criação de um centro internacional de pesquisa e educação, situado em Munique (Alemanha), que a homenageou batizando seu nome de *Rachel Carson Center for Environment and Society*. Além disso, em 1995, a Biblioteca Pública de Nova York incluiu *Primavera Silenciosa* entre os 156 livros mais importantes do mundo editados entre os anos 1895-1995<sup>36</sup>. E, em 2010, anos depois das primeiras publicações, a Editora Gaia, do grupo Global, reeditou as quatro obras da autora no Brasil. Esses exemplos nos evidenciam que Rachel Carson foi e continua sendo uma figura importante mundialmente.

Outra contribuição da obra foi o banimento, em 1972, da venda do DDT (dicloro-difenil-tricloroetano) nos EUA, um dos pesticidas abordados no li-

---

34 JOLY, Carlos Alfredo. “Reflexões sobre o cinquentenário de publicação do livro ‘Primavera silenciosa’ de Rachel Carson”. **Revista Pesquisa Fapesp**. Edição Online. 10 dez 2012. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/12/10/reflexoes-sobre-o-cinquentenario-de-publicacao-do-livro-primavera-silenciosa-de-rachel-carson>. Acesso: 19/08/2018.

35 DRUMMOND, José Augusto. “A Primazia dos Cientistas Naturais na Construção da Agenda Ambiental Contemporânea”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 21 nº. 62, out de 2006, p. 6.

36 QUEIROZ, Luis Roberto Souza. “Os livros que ‘fizeram a cabeça’ do século”. **O Estado de S. Paulo**, Caderno 2, São Paulo, ano IX, n. 3.073, p. D12, 09 jul 1995.

vro, pela Lei de Política Nacional Ambiental proposta pela Agência de Proteção Ambiental que, por sua vez, foi criada em 1970 pelo governo dos Estados Unidos.<sup>37</sup> Essas iniciativas mostram que, apesar da partida de Carson, as suas contribuições intelectuais nas discussões políticas e ambientais não cessaram.

## Conclusão

Neste capítulo, a recuperação da trajetória de vida da bióloga teve uma característica mais narrativa com o objetivo de apresentar com maiores detalhes a autora e suas obras para o público brasileiro. Como não existe material biográfico publicado em português, acreditamos que o balanço bibliográfico aqui realizado é importante em nível de divulgação, mas não só. Defendemos que evidenciar a trajetória de Carson é essencial para entender temas estruturantes como a emergência do movimento ambientalista, o crescimento da indústria química, os processos que envolvem o trabalho autoral de cientistas, entre outros. Ao se debruçar em acontecimentos pessoais e profissionais de Carson, foi possível concluir que, embora ela tenha o mérito por seu trabalho e na repercussão que ele teve, ela nunca esteve sozinha: oportunidades, dificuldades, amizades, trabalhos científicos contemporâneos e anteriores e contato com ativistas a inspiraram e fortaleceram seus feitos.

## Referências

BROOKS, Paul. **Rachel Carson: the writer at work**. São Francisco: Sierra Blub Books, 1989.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969; Gaia, 2010.

DRUMMOND, José Augusto. “A Primazia dos Cientistas Naturais na Construção da Agenda Ambiental Contemporânea”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 21 nº. 62, out de 2006.

---

<sup>37</sup> LEAR, *op. cit.*, p. 18.

FREEMAN, Martha. **Always, Rachel:** letters of Rachel Carson and Dorothy Freeman. Boston: Beacon Press, 1995.

JOLY, Carlos Alfredo. “Reflexões sobre o cinquentenário de publicação do livro ‘Primavera silenciosa’ de Rachel Carson”. **Revista Pesquisa Fapesp**. Edição Online. 10 dez 2012. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/12/10/reflexoes-sobre-o-cinquentenario-de-publicacao-do-livro-primavera-silenciosa-de-rachel-carson>. Acesso: 19/08/2018.

LEAR, Linda. **Rachel Carson: witness for nature**. Nova York: Henry Holt and Company, 1997.

LYTLE, Mark H. **The Gentle Subversive:** Rachel Carson, Silent Spring, and the rise of the environmental movement. New York: Oxford University Press, 2007.

PEREIRA, Elenita M. “Rachel Carson, ciência e coragem”. **Ciência Hoje**, v. 50, p. 72-73, 2012. Disponível em: <http://cienciahoje.org.br/artigo/rachel-carson-ciencia-e-coragem>. Acesso: 20/08/2018.

SCHMIDT Benito Bisso. “História e biografia”. In: Ronaldo Vainfas e Ciro Flamarion Cardoso. (Orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2012, pp. 187-205.

SILVA, C. E. L. “Cinco décadas de consciência ecológica: Primavera silenciosa, de Rachel Carson, faz 50 anos e permanece um clássico da literatura ambiental”. **Revista Pesquisa Fapesp**. Edição 202, dez 2015. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/12/10/cinco-decadas-de-consciencia-e-cologica>. Acesso: 19/08/2018.

## Fontes

“Cinema pelo Mundo”. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 27 maio 1954, ano XXIV, n. 9.680, Primeira Seção, p. 8

“Documentário premiado”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 maio 1954, ano LXIV, n. 119, Cinemas, p. 9.

“Faleceu a escritora R. Carson”. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 abril 1964, ano LXXXV, n. 27295, p. 15.

QUEIROZ, Luis Roberto Souza. “Os livros que ‘fizeram a cabeça’ do século”. *O Estado de S. Paulo*, Caderno 2, São Paulo, ano IX, n. 3.073, p. D12, 09 jul 1995.

## CAPÍTULO 5

# **ECOFEMINISMO: EDUCAÇÃO E MUDANÇAS SOCIAIS COMO APORTE PARA O BEM VIVER E A INTEGRAÇÃO COM A NATUREZA**

*Ilsyane do Rocio Kmitta*

*Maria Eduarda Silva de Oliveira*

**Doi: 10.48209/978-65-5417-180-5**

“Quanto ao Ecofeminismo, diz: há suficiente para todos, não tem que se assustar, não tem que destruir a vida para conseguir um pouco... Necessita-se confiança para permitir que a vida evolua em liberdade e alimente a si mesma em seu processo; o Ecofeminismo é uma filosofia de segurança, de paz, de confiança; o patriarcado capitalista é assustador que não pode tolerar outras espécies e culturas.” (Shiva, 2017, p. 2).

### **Introdução**

É possível entender, a partir de uma análise social, que pelo ponto vista da sociedade capitalista na qual vivemos, as mulheres e a natureza foram vistas como objetos de exploração. Tais objetos possuem a serventia de satisfazer e servir ao homem, uma condição que parece natural para a estrutura patriarcal<sup>1</sup>,

---

<sup>1</sup> O patriarcado concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, possui uma base material e corporifica-se. Além disso, diz respeito a uma estrutura de poder que tem por base a ideologia e a violência. SILVEIRA, C. M. H; COSTA, R. G. **Patriarcado e Capitalismo: binômio dominação-exploração nas relações de gênero**. In: IV Seminário Nacional Trabalho e Gênero., 2012, Goiás. Anais do IV Seminário Nacional Trabalho e Gênero, 2012. V. 4.

que ainda insiste em existir no contemporâneo. A hierarquização social foi instituída em nossa cultura ocidental, cujas origens estão fixadas no imaginário medievo-judaico-cristão, e dessa forma, foi estabelecido uma divisão social, onde o homem, principalmente o branco, estaria sempre no topo dessa hierarquia. Assim, estabelecidas as relações de opressão e dominação tanto das mulheres como da natureza, por parte de uma sociedade patriarcal e capitalista, o homem que se vê enquanto superior, em seus desejos de domínio, busca sobrepujar aquilo que na sua concepção é inferior.

O Ecofeminismo emerge da relação entre o feminismo e o ambientalismo e proposto ou dividido em três tendências: Ecofeminismo clássico, Ecofeminismo espiritualista e Ecofeminismo construtivista. Obviamente muitas foram as críticas a essas tendências, em especial ao ecofeminismo clássico que apresenta a ideia de que a mulher é instintivamente maternal, sendo intrínseco nesse caso o instinto maternal.

Embora possamos analisar que a conexão entre a mulher e a natureza foi representada pela sua capacidade de doar-se ao outro, ou seja, estão constantemente gerando vida por meio de seus corpos, suas ações, lutas e resistências, ainda assim, ocorre uma contínua desvalorização dessa doação, suscitando consequências geracionais para a ecologia e para as mulheres, de forma que tanto a natureza quanto qualquer função exercida pela mulher na sociedade será sempre descredibilizada pelo sistema capitalista, o qual a inferioriza delimitando suas esferas de atuação e função social, para valorizar habilidades que promovam o enriquecimento econômico, de domínio, de forma simples e rápida.

Segundo o artigo “Gênero e Trabalho: desigualdades, uso sustentável do meio ambiente” (CABRAL, et al, 2017), a concepção do termo ecofeminismo pela autora Françoise d’Eaubonne surge pelo entendimento de que a figura feminina poderia possibilitar a proteção do ecossistema motivado pelas inter-relações. O artigo citado apresenta as diferentes divisões do ecofeminismo, sendo

uma delas o ecofeminismo construtivista, defendendo que a conexão entre as mulheres e a natureza não está associada as características próprias do gênero<sup>2</sup> feminino, mas sim da posição social que a mulher foi colocada na divisão social hierárquica, influenciada pelos condicionantes ideológicos os quais construíram o sistema patriarcal.

Ao escrever sobre “Mulheres e sustentabilidade no Brasil”, Samyra Crespo, destaca que

O ecofeminismo em sua versão mais pura defende uma identificação entre a essência da natureza e o “feminino”, e vê na ciência, assim como na cultura machista predominante molas mestras para o funcionamento do mesmo modelo de subordinação da mulher e de exploração da natureza. Um modelo que degrada a mulher, que a prova de seus direitos e de seu lugar numa ordem social mais harmônica, mais condizente com as leis da “mãe Natureza” (CRESPO, 2023, p. 87).

Com base no exposto, o ecofeminismo é um movimento que visa alcançar a igualdade de gênero e a justiça ambiental.

Ademais, nos movimentos Ecofeministas, segundo Crespo (2023), nos deparamos com uma mescla enorme de influências culturais, étnicas, religiosas e de saberes para além da cultura Ocidental. São práticas e tradições de povos ancestrais que tem uma ligação mais intrínseca com a natureza, cujos saberes são passados por entre gerações, como sinal de respeito pela natureza, pela deusa Gaia, guardiã da Terra e da Pachamama, da terra sem mal.

No Brasil, o aumento da visibilidade da pauta ecofeminista se deu na década de 1990, quando foi realizada a Conferência Meio Ambiente e Direitos Humanos, a ECO-92, no país. De acordo com o artigo “Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais” (SILIPRANDI, 2000), diversas organizações, participaram da coordenação do Planeta Fêmea,

---

2 Segundo Scott, “o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas... O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as construções sociais”. SCOTT, J. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

um Fórum Global. O objetivo das organizações foi a defesa de um “olhar mais feminino” para o mundo, de políticas públicas em prol das mulheres, e, visibilidade para suas lutas frente ao patriarcalismo.

Há, ainda, uma constante batalha no hemisfério sul, no combate as mazelas herdadas pelo colonialismo, e a degradação ambiental é uma delas. Urge a necessidade de uma feminilidade que precisa ser trazida para o mundo, conforme afirma o movimento Ecofeminista, e tem a ver com um cuidado maior com o que nos rodeia, com essa sinergia em defesa da natureza. E nesse contexto, três desdobramentos advém com a ECO-92 e que marcaram o protagonismo das mulheres na política brasileira, sendo a configuração do que seja o ecofeminismo como um movimento global pela igualdade de direitos entre homens e mulheres: a liderança feminina na constituição de um campo intelectual, acadêmico, político-social; mobilização profissional de mulheres e sua atuação no campo da gestão ambiental e sustentabilidade (CRESPO, 2023, p. 86). Esse ajuste resulta em um vasto imbricamento sociobiodiverso.

Feita a devida introdução do que é o ecofeminismo, quem definiu o termo e como iniciou-se sua discussão no Brasil, o próximo passo é entender onde ocorreu o maior impacto do movimento no país, a camada foi a mais atingida por suas ideias, as questões levantadas e a forma como esse tema pode ser utilizado como auxílio para o ensino da ecologia, da educação ambiental nas escolas brasileiras.

## **O impacto do ecofeminismo nas zonas rurais do país**

O ecofeminismo é uma discussão muito recente no Brasil, grande parte das mulheres que aderem as ideias do movimento, por vezes, não conhecem o termo ou seu significado, apesar de suas práticas, como por exemplo as catadoras de latinhas e recicláveis, que utilizam desse objeto para ganhar seu sustento e contribuem diretamente para a reciclagem e para o bem-estar social. Por mais

que não seja um tema amplamente discutido, ele pode ser reconhecido em diversos espaços no nosso país, o mais popular deles é o rural.

No interior do campesinato é possível presenciar diversas mulheres que se regozijam da sua independência financeira, possuindo terra própria e cultivando para o sustento de sua família, sem depender de uma figura masculina. Entretanto, a realidade não foi sempre assim, e, infelizmente para muitas outras mulheres, isso está longe de acontecer. A mulher começou a ser aceita como um ser social e político, no campo, publicamente a partir de 1980, em razão do surgimento de movimentos que lutavam por reivindicações feministas no meio rural, como por exemplo a criação do Movimento das Trabalhadoras Rurais (MMTR). Elas eram reféns das vontades de seus maridos e filhos, principalmente dentro da agricultura familiar, porém, a união e a conexão existente entre essas figuras que se identificam em suas lutas diárias fez com que uma reviravolta acontecesse.

A partir dos anos 2000, as mulheres no campo começaram a exigir a valorização do espaço ocupado por elas e dos trabalhos que exerciam na agricultura. Os movimentos femininos rurais se aliaram a movimentos feministas para combater a falta de direitos e autonomia enfrentados pelas mulheres. Iniciaram uma série de denúncias em relação a proibição de participação de reuniões dos movimentos, a violência doméstica e a falta de voz femininas no gerenciamento das propriedades. Nesse contexto, no artigo *“Una mirada ecofeminista sobre las luchas por la sostenibilidad en el mundo rural”*, escrito por Emma Siliprandi (2015), há uma discussão feita pela antropóloga María Emilia Lisboa Pacheco sobre a participação das mulheres em prol de uma agricultura mais sustentável. A antropóloga dá ênfase para a invisibilidade projetada em cima dos papéis exercidos por figuras femininas no campo.

Destarte, a função da mulher dentro da hierarquização do patriarcado está ligada com o cuidado e a produção, normalmente, o papel da mulher dentro

da agricultura é o cuidado com a horta, pomar, colheita de frutos etc., com isso, a ideia foi implementar projetos agroecológicos valorizando essas atividades para que as camponesas sejam vistas como sujeitos políticos. Todavia, essa não é uma tarefa fácil. O patriarcado é um sistema muito bem construído, pois a hierarquia estabelecida pelos homens durante séculos é sólida e se apoia na religiosidade cristã. A História explica as condutas construídas nos espaços ocupados pelos gêneros masculinos e femininos. Em uma leitura do artigo “Ativismos Ambientais e Espiritualidade: (re) existências em Vandana Shiva e Dorothy Stang” (Zimmermann, et al, 2022) podemos encontrar muito sobre como a religiosidade faz parte das problemáticas de gênero as quais foram enfrentados durante séculos e ainda são.

Segundo Ivone Gebara, a visão primária que o homem tem de si mesmo como capaz de dominar a natureza vem da construção de sua semelhança com a imagem de Deus. Enquanto isso, a mulher sempre representou a terra, aquilo que é mundano e tentador, ela é o que atrai o homem ao pecado, por causa de sua sensualidade. A figura feminina vive em um paradoxo, nós somos semelhantes a figura de Maria, mãe de Jesus, o templo sagrado da reprodução, e, ao mesmo tempo que somos a serpente, ser traiçoeiro, que com sua subversão, corrompeu as criaturas de Deus.

Essa construção, feita no período medieval, negativa e violenta das mulheres, serviu como justificativa para que homens se colocassem como seres superiores, o que ocasionou em um caminho árduo de exploração feminina em nome do progresso humano. A compreensão que a figura masculina tem de si mesmo, fez com que fosse desfeita a teia que liga todos os seres desse planeta em harmonia, colocando as diferenças como algo a ser combatido, negando a relação necessária entre antagonismos e complementaridades. Sem a teia, somos colocados em posição hierárquica, e nessa hierarquização, existem diversos preconceitos e injustiças sociais aplicados em diferentes camadas sociais,

como por exemplo, o racismo, capacitismo, machismo, homofobia, classicismo e preconceitos.

Em conformidade com Siliprandi (2015) nas análises de Maria Emília, a mesma acredita que há uma conexão entre as lutas ambientais e feministas, pois elas buscam estabelecer um padrão democrático de contestação a injustiças de classe, gênero e ambientais. Também buscam integrar na política sustentável as dimensões sociais e de gênero. Por isso, a importância da propagação do ecofeminismo, o movimento poderia ser muito útil no desmantelamento de toda a hierarquia e do sistema patriarcal.

Ressalta-se que desde o período paleolítico a mulher tem sido responsável pelo recolhimento de frutos. E até mesmo durante a Idade Média, enquanto os homens participam da vida social, saíam guerrear ou para caçar, eram as mulheres que praticavam a agricultura. Portanto, se ao longo da história, inicialmente eram as mulheres que tinham mais contato com a semeadura, a colheita, com a agricultura, é na contemporaneidade, que se dá os maiores impactos, que vieram pela prática da agroecologia (uma nova ciência voltada para a mudança do modelo da agricultura atual para algo mais sustentável, visando não apenas o meio de produção, mas o objetivo final dela) na vida das mulheres que vivem no meio rural é a segurança alimentar e a garantia de uma renda que forneça a sobrevivência financeira de sua família. Na leitura de Kmitta e Zimmermann, temos que as auras são assertivas na sua escrita ao ressaltar que:

Historicamente, no cotidiano e vida concreta de mulheres, a agroecologia foi e continua sendo a garantia de soberania alimentar, da produção de alimentos suficientes e saudáveis, seja em seus quintais, hortas comunitárias cujo excedente pode ser comercializado nas comunidades nas quais estão inseridas, a preços acessíveis ou doações que auxiliam na manutenção desses espaços e garantem alimentação saudável e de baixo custo. São pequenas quantidades de produtos que comercializados porta a porta estimulam as relações sociais e laços de coletividade, atuando como uma teia de sustentação, proteção e coletividades partilhadas. Sem esquecer as feiras e entrega de cestas que propiciam uma independência financeira para as mulheres, dando-lhes visibilidade no escoamento da produção articulada por mulheres (2021, p. 2 -4).

Esse contato mais dinâmico e direto com a terra lhes deu um conhecimento importante sobre sistemas agroecológicos, passados de geração em geração. As mulheres desempenharam um papel importante como administradoras de biomassa, conservadoras da biodiversidade e domesticação de plantas, produzem e promovem um ambiente de reciprocidade e de garantias de bem estar social e qualidade de vida. Esses são fatores importantes para a agricultura familiar.

Com esse conhecimento extensivo sobre a agricultura feita de maneira sustentável e a junção com o instinto do cuidado, que não deve ser generalizado, as mulheres desempenhavam funções, principalmente, nas áreas de segurança alimentar e preservação do meio ambiente. Caso, esses temas ganhassem notoriedade dentro do campo, os homens que trabalham em projetos voltados para a agroecologia teriam que reconhecer que o conhecimento das mulheres sobre essa prática é de ampla credibilidade, no entanto, dentro do sistema patriarcal, isso é, em alguns casos, impensável.

Para que esse sistema de domínio masculino possa ser combatido nas áreas rurais é necessário maiores investimentos do Estado, voltado para o acesso a recursos e no treinamento focado em um maior desenvolvimento de suas habilidades. Esse é um dos pontos no qual ainda precisamos e podemos avançar. O artigo escrito por Emma Siliprandi (2015), nos mostra que a mudança deve existir também na formação da família. Desconstruir as formas como as famílias são constituídas é um grande passo para a valorização da mão de obra feminina no campo.

A agricultura familiar foi incentivada como modelo ideal, pois fornecia uma distribuição igualitária de terras e um acúmulo menor do capital. Porém, ninguém se dispôs a discutir as outras questões sociais que envolviam esse modelo, como por exemplo a desigualdade de gênero. Todavia, a antropóloga Maria Emília (SILIPRANDI, 2015) comprovou através de pesquisas que nas propriedades comandadas por mulheres, a distribuição do trabalho e de renda

eram mais igualitárias, contribuindo diretamente para a própria ideia de agricultura familiar. Há maior conscientização no que diz respeito a solidariedade e a necessidade de resistências conjuntas na luta pela permanência de seus direitos e acesso à terra.

Portanto, percebe-se que não adianta inserirmos uma agenda sustentável na produção da agricultura, precisamos da transformação das relações de gênero. O conhecimento de mundo pela ótica do feminino é deveras útil para a melhoria da produção e para as relações de trabalho dentro de uma propriedade rural, seja ela voltada para a agricultura familiar ou não. Essa divisão de papéis, específicos por gênero, apenas reforçam as desigualdades no campo, dificultando o acesso das mulheres no que concerne a aquisição, produção e distribuição dos bens produzidos.

Importante salientar que os termos “mulher” e “homem” são criações culturais e interdependentes, pois suas diferenças complementam suas existências conforme se observa em diferentes coletivos antes da intrusão européia. Com a colonialidade essas diferenças são frequentemente desrespeitadas, o que resulta na figura masculina utilizando a diversidade como desculpa para a divisão e hierarquização social. Instituinto e materializando violências em suas mais variadas facetas, muitas vezes, implícitas, encobertas pelos distanciamentos e acesso a uma estrutura social mais igualitária.

No artigo “Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade”, Regina Célia Di Ciommo (2003) nos apresenta um anel que representaria essa interdependência, na qual os termos estariam ligados. Edgar Morin entende que a criação da cultura e das relações em sociedade acontecem por meio da ordem-desordem, a qual funcionam como o anel mencionado. Mas, o que isso representaria para as lutas de gênero? A resposta é assertiva e leva ao entendimento de que as lutas dos movimentos feministas e ecofeministas foram responsáveis por alterar a estrutura social, ou seja, mexeram com a ordem causando a desordem. Essa desordem logo termina, pois, uma nova ordem social é

estabelecida através das lutas, como um círculo (o anel) sempre se alterando e voltando ao ponto inicial.

O campo foi capaz de sofrer mudanças graças aos espaços de luta social criados pelas mulheres na região rural, como por exemplo, a Marcha das Margaridas. Movimento responsável pela luta contra a pobreza, violência e a favor do desenvolvimento sustentável. Outro exemplo, são as mulheres Yarang Mamin, pertencentes a tribo Ikpeng no Xingu, responsáveis pela colheita e venda de sementes, com seu trabalho elas conseguiram plantar 1 milhão de árvores.

Embora a mobilização social seja de grande importância para que as mudanças no cenário rural aconteçam, ainda é necessário que o poder público esteja incentivando a mudança através de políticas afirmativas. A agricultura familiar é um dos maiores meios para diminuir a desigualdade no campo, mas ela é constantemente sucateada em prol do favorecimento de grandes agricultores, das grandes propriedades. Cabe aqui trazer a atuação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) responsável por buscar reunir e organizar mulheres para a construção de um futuro mais sustentável e promissor para a diversidade. A organização tem como objetivo elaborar estratégias e políticas públicas focados no trabalho de mulheres com a agroecologia. Ela cria espaços importantes de diálogos para fortalecer classes mais vulneráveis socioeconomicamente do campesinato.

O livro “Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas”, de Emma Siliprandi (2015), nos coloca a par de uma medida pública importante proposta pela presidenta Dilma Rousseff chamada de Plano Nacional de Produção Orgânica e Agroecologia (PLANAPO), a qual fazia referência a Marcha das Margaridas de 2011. O Planapo traz a previsão de um investimento de 4,4 bilhões de dólares para pesquisa e infraestrutura voltada para a Agroecologia. O plano também incentivava uma cota de 50% de contratações de mulheres e 30% de recursos para atividades específicas indicadas pelas mulheres.

Organizações, movimentos e medidas públicas, como o PLANAPO, são essenciais para a projeção de lutas travadas dentro do campo, as quais, muitas vezes, não chegam até o centro de discussão da nossa sociedade e setores político-econômicos responsáveis, e são frequentemente, ignorados pelos diversos governantes em suas instancias político-administrativas. “Para Shiva, ao empoderar as mulheres na agroecologia como guardiãs do semear, das sementes e da biodiversidade elas figuram também como protagonistas em diversas culturas na luta por uma biocivilização” (KMITTA; ZIMMERMANN, 2021, p. 10).

## **O ecofeminismo como ferramenta de ensino**

Conforme pontuado no decorrer do texto, percebe-se as possibilidades e a contribuição das ideias ecofeministas para o desenvolvimento das sociobiodiversidades, cujo resultado consiste em um caminho harmonioso entre diferenças sejam elas étnicas, de classe, de gênero. O ecofeminismo defende um mundo que respeite as diferenças e as utilize para a edificação de um planeta melhor. É essencial que a sociedade compreenda que para garantir um futuro viável, precisamos nos colocar todos no mesmo patamar, seres humanos e a natureza, sem graus de superioridade. A classificação social em pirâmides apenas gerou a degradação ambiental e a perda do meio ambiente em equilíbrio, algo tão precioso para nossa sobrevivência.

As novas gerações são a esperança da criação de um “mundo mais verde” e podemos fortalecer a ideia começando pela educação ambiental, em especial na formação de educadoras/es, de professoras/es para que possam trabalhar com estudantes desde o início de sua jornada escolar. Além disso, precisamos inserir a ecologia na vida dos jovens que não tiveram contato com a ecologia e a agroecologia, e isso pode ser feito por via do ecofeminismo.

O movimento possui princípios que não apenas alavancam a participação feminina na construção de uma sociedade mais ecológica, mas também entende que a participação do homem é necessária. No artigo citado de Regina Célia Di Ciommo, ela discute o fato dos homens também serem suscetíveis aos instintos

de cuidado, por mais que a construção social tenha levado a figura masculina para um lado bélico e agressivo, é possível que ele se livre dessas convenções sociais, mas para tanto é preciso inicialmente se desvencilhar das amarras do machismo, do patriarcalismo, visando a igualdade de direitos.

A importância da utilização do ecofeminismo no ensino é desmistificar a hierarquização e colocar todos os diferentes tipos de pessoas como iguais dentro da sociedade, no sentido de que não existe um grupo de pessoas dominantes e sim solidárias e recíprocas. Dessa forma, será possível entender o conceito da natureza, seu grau de importância e como parte da nossa sociedade, e não apenas como um objeto, um recurso a ser explorado por aqueles que detêm o poder econômico.

Dito isso, há algumas atividades que podem ser usadas como material pedagógico para introduzir o tema aos alunos. Citamos alguns exemplos: provocar um debate sobre o ecofeminismo, a desigualdade entre gêneros no meio rural e a luta feminina pela conquista de direitos, cuja metodologia consiste em apresentar situações problema sobre os temas como: a) Quais são as causas que acarretam a desigualdade entre gêneros no campo? b) Por que as mulheres tiveram a necessidade de fundar seus próprios movimentos? c) Há comunidades que atuam de maneira igualitária nas divisões do trabalho? d) Qual função do movimento ecofeminista nos problemas enfrentado por mulheres no espaço rural? A atividade tem como objetivo fazer com que o aluno pense e compreenda sobre seu impacto na sociedade independente do lugar que ocupe. Os exemplos podem ser adaptados para diferentes tipos de idades.

## **Conclusão**

Os ecofeminismo são amplos e plurais e pode gerar uma infinidade de discussões na sociedade, justamente por ser um movimento abrangente, o qual se dedica a estudar, em partes, a estrutura social e como ela amofina a natureza na forma como está articulada.

Os movimentos ecofeministas são importantes para a educação ambiental, em razão do espaço que a agricultura ocupa no país, sendo um dos principais fatores para a economia. Todavia, o agronegócio tem afetado diretamente na degradação do meio ambiente, dessa forma, o ecofeminismo nos apresenta a agroecologia, uma ciência focada no desenvolvimento sustentável e na inclusão, da participação de todos na produção de alimentos, espaço antes ocupado, em sua maioria, por homens vistos como os “chefes da família”, título que, em princípio, era exclusivamente masculino.

O texto trouxe o foco no desenvolvimento social, mostrando como os papéis sociais, que antes eram pré-determinados, atualmente são executados por qualquer gênero, voltando-se mais para habilidades pessoais, não apenas para o que mulheres e homens estão destinados geneticamente e historicamente a fazer. Não há como negar que a agricultura familiar em junção com as conquistas sociais gerou um grande índice de mulheres donas de suas terras, produzindo e proporcionando o abastecimento de alimentos saudáveis para sua família, e, comercializando-os com preços justos, abastecendo as geladeiras das famílias brasileiras.

A educação é a base dessas mudanças, o ensino em seus diversos níveis, traz a compreensão sobre as mazelas da hierarquização e do patriarcado e possibilita uma visão social e de mundo, que, para além da relação sustentável com a natureza, produz as interrelações e são imprescindíveis nas diversas camadas sociais pelas quais somos formados.

Durante toda a história humana as mulheres sempre foram excluídas, silenciadas, menosprezadas, não somente pelos homens, também pelas instituições. Indiscutivelmente, isso influenciou na sociedade atual, que erigiu sua estrutura baseada no argumento de que os homens sempre foram os responsáveis em prover suas famílias economicamente, desmerecendo toda a participação da mulher no processo de subsistência e cuidado com a família. O apagamento das mulheres na História e a construção das imagens e representações da mulher foram estabelecidas e fixadas de forma negativa e promiscua, o que foi parte responsável pelas discrepâncias de direitos sociais entre homens e mulheres.

Portanto, há a necessidade da inserção do ecofeminismo nas leituras e diálogos em vários setores da sociedade, pois a harmonia entre as diferenças, a sustentabilidade do planeta e a existência de um futuro depende da constituição de uma biocivilização, que será possível dentro de um mundo ecofeminista. E claro, um investimento maior da educação ecológica, sendo capaz de edificar no cotidiano das crianças e adolescentes os cuidados com o meio ambiente, o respeito a biodiversidade e a compreensão da importância que a natureza tem para sobrevivência humana e demais vidas no planeta. O capitalismo patriarcal, baseado na opressão terá seu fim, puramente, se conseguirmos transformar a visão de mundo das novas gerações.

## Referências

BARCA, Stefania. Prefácio. IN: FRANCO, José Luiz de A.; SILVA, Sandro D.; DRUMMOND, José Augusto. TAVARES, Giovana G. (orgs.) **História Ambiental: Fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CABRAL, Dorcas; ARAÚJO, Neuza Farias. **Gênero e trabalho: desigualdades, uso sustentável do meio ambiente**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

CIOMMO, Regina Célia di. **Relações de Gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade**. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis 11 (2) julho-dezembro, 2003, p. 423-443.

CRESPO, Samyra. Mulheres e sustentabilidade no Brasil. In: AVZARADEL, Pedro C. S. et. al., (orgs). **Ecofeminismo e justiça ambiental: estudos em homenagem à Selene Herculano**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.

KMITTA, I. R; ZIMMERNAMM. T. Por entre Marias, Girassóis e Margaridas: Mulheres, agroecologia e heterossexualidade compulsória. In: **Associação Brasileira de Agrologia**, Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agrológica, v.16 n.1, p. 1-12, jul.2021.

MARIA, Marina. **FORMAÇÃO**: Confira os cadernos de teses da Marcha das Margaridas 2023. **CUT**, Distrito Federal, 30 junho, 2023, notícias. Disponível em: <https://df.cut.org.br/noticias/formacao-confira-os-cadernos-de-teses-da-marcha-das-margaridas-2023-5c27> . Acesso em: 12 de julho de 2023.

SILIPRANDI, E. **Ecofeminismo – contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, n.1, 61-71, jan./mar. 2000.

SILIPRANDI, E. Una mirada ecofeminista sobre las luchas por la sostenibilidad en el mundo rural. In: **Ecología y género em diálogo interdisciplinar**, p. 279-290, 2015.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Laura. Mulheres na Idade Média. **E-Disciplinas USP**, São Paulo. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5448936/mod\\_resource/content/1/Mulheres%20na%20Idade%20M%C3%A9dia%20%282%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5448936/mod_resource/content/1/Mulheres%20na%20Idade%20M%C3%A9dia%20%282%29.pdf)

ZIMMERMANN, Tania R.; BAHIA, Cristiano A. **Ativismos Ambientais e Espiritualidades: (re) existências em Vandana Shiva e Dorothy Stang**. Sacrilégens. Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da UFJF. v. 18, n. 2, p. p. 344–357, 2022.

## CAPÍTULO 6

# **“UMA SÃO FRANCISCO DE SAIAS”: PALMIRA GOBBI E A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NO RIO GRANDE DO SUL**

*Elenita Malta Pereira*

Doi: 10.48209/978-65-5417-180-6

### **Introdução**

Em agosto de 1955, a *Revista do Globo* publicou a matéria “Um São Francisco de Saias – Sem pretensões à santa”. Tratava-se de um perfil biográfico da porto-alegrense Palmira Gobbi Dias (1909-1979), conhecida já naquela época como importante protetora dos animais no estado do Rio Grande do Sul.

Palmira protagonizou a defesa animal durante trinta anos: participou da fundação da Associação Riograndense de Proteção Animal (ARPA), em 13 de maio de 1949, da qual foi membra até seu falecimento. Consta que a partir de 1952, teria se tornado presidente da entidade, cargo que exerceu por muitos anos. Sua atuação deixou uma marca muito forte no estado, principalmente na capital. Embora nunca tenha sido biografada, o rigor com que exerceu seu papel a tornou admirada pelos amantes dos animais e temida e odiada pelos contraventores.

Palmira contava com o apoio da Polícia que, além de acompanhá-la nas diligências contra maus-tratos a animais (muitas vezes envolvendo embates

violentos), expedia carteiras de fiscais a colaboradores voluntários (Weiss, 2018). O embasamento para sua ação era o Decreto nº 24.645 (Brasil, 1934), que dispunha sobre o tratamento dos animais.

Essa atuação ferrenha em favor dos animais, por parte de uma mulher, nos anos 1950, gerou curiosidade suficiente para uma matéria ilustrada de 4 páginas na *Revista do Globo*. Em outubro do mesmo ano, Palmira também foi entrevistada pela *Revista da Semana*, sediada no Rio de Janeiro, ganhando um espaço também de 4 páginas com várias fotos. Esse interesse por sua atuação em revistas importantes daquele contexto<sup>1</sup> mostra que ela se tornava figura conhecida para além do RS. Palmira era uma senhora então de 46 anos, casada com um empresário, tinha vários filhos adotivos e uma boa situação financeira, que dedicava boa parte do seu tempo a defender os animais na ARPA. Os repórteres da revista tentavam entender o que a levou a esse interesse pela causa e, para isso, foram até a sede da associação, observaram a circulação de pessoas e bichos no local e conversaram com Palmira. Dessa conversa, emerge uma associação de Palmira com o sagrado, na figura de São Francisco de Assis, ponto que vamos focar neste capítulo.

Estudo a atuação de Palmira e busco fontes sobre ela há alguns anos, e este texto faz parte do projeto de pesquisa que desenvolvo na Universidade Federal de Rondonópolis desde 2021, um estudo biográfico sobre Palmira, a partir dos referenciais teóricos da história ambiental.

A história ambiental, entre outras temáticas, estuda as representações, ideias, éticas e percepções sobre natureza construídas pelas sociedades humanas ao longo da história (Worster, 1991). Nesse sentido, o uso da imprensa como documento pode trazer grande contribuição às pesquisas sobre a interação humanos e natureza. De acordo com Stefania Gallini (2004), a história ambiental utiliza periódicos e revistas tanto como fonte de informação empírica sobre

---

<sup>1</sup> A *Revista do Globo* circulou de 5 de janeiro de 1929 até 17 de fevereiro de 1967, com sede em Porto Alegre. Já a *Revista da Semana* foi fundada em 1900 e sua última edição foi publicada em 1959.

dinâmicas ambientais no passado, bem como registro dos discursos públicos sobre a natureza e suas manifestações. No caso deste capítulo em específico, as entrevistas com Palmira publicadas em duas revistas importantes dos anos 1950 nos deixam entrever como ela mobilizava as visões de São Francisco para legitimar sua atuação na causa animal.

O tema da proteção aos animais tem sido desenvolvido pela historiadora Natascha Ostos, em seus textos sobre as entidades no estado de São Paulo: a União Internacional Protetora dos Animais, fundada em 1895 e que publicou a revista *Zoophilo Paulista* entre 1919-1932 (Ostos, 2017); a Sociedade União Infantil Protetora dos Animais, fundada em 1930, responsável pela publicação da revista *Amigos dos animais*, para o público infantil (Ostos, 2019).

## **Gênero e História Ambiental**

A história ambiental busca a compreensão das relações entre humanos e natureza ao longo da história. No entanto, durante muito tempo, considerou-se apenas as ações dos homens, invisibilizando a atuação feminina em relação ao mundo natural. A historiadora ambiental norte americana Carolyn Merchant foi pioneira em inserir a categoria de gênero em suas análises. Seu livro *The death of nature: women, ecology, and the Scientific Revolution* (Merchant, 1980) introduziu a discussão de gênero na história ambiental, afirmando que as ações femininas impactam a natureza.

Para Merchant (1993), é possível perceber os impactos das mulheres sobre a natureza, ao estudar sua participação em atividades nos modos de produção de subsistência no passado, tanto em sociedades coletoras como nas agrícolas. Essas sociedades estabeleceram papéis de gênero para homens e mulheres, visíveis nas atividades produtivas diferentes para os dois sexos, mas também na construção de suas visões de mundo, de mitos e deuses.

Já no século XIX, quando tem início o movimento conservacionista nos Estados Unidos, Merchant identifica a presença feminina. Para ela, foi atribuí-

do às mulheres o papel de educar a sensibilidade pública para salvar os recursos de que os humanos dependem. Escritoras como Isabella Bird, Mary Austin e Rachel Carson, entre outras, foram comentaristas muito influentes nas atitudes de estadunidenses em relação à natureza (Merchant, 1993, p. 114). Nesse sentido, a historiadora defende que a sensibilidade para a temática de gênero enriquece a história ambiental, pois permite uma imagem mais completa das interações entre humanidade e natureza no passado.

Em um capítulo no livro *A companion to American Environmental History*, Susan R. Schrepfer and Douglas Cazaux Sackman (2010) realizam um balanço historiográfico e afirmam que gênero ainda é um tema relativamente pouco tratado na história ambiental. Entre os trabalhos citados, cabe destacar *Made from This Earth: American Women and Nature* (Norwood, 1993), livro em que a historiadora Vera Norwood busca entender como “os papéis de gênero influenciaram o que as mulheres valorizavam na natureza”. Em ensaio de 2001, Norwood observou que “a história ambiental está apenas começando a integrar análises de gênero no trabalho convencional” (Schrepfer, Sackman, 2010, p. 116).

Sobre a participação feminina no movimento pela constituição de parques nos Estados Unidos, há duas contribuições importantes. A primeira é o livro de Polly Kaufman, *National Parks and the Woman's Voice* (2006) trata de visões de feminilidade do século XIX, que encorajavam as mulheres a sair para o mundo natural, onde poderiam nutrir e ser nutridas. As mulheres também encontraram em sua suposta afinidade um direito à advocacia. Reivindicar a natureza era uma forma de reivindicar maior espaço social e político para si mesmas. A segunda contribuição a destacar vem de Susan Schrepfer - *Nature's Altars: Mountains, Gender, and American Environmentalism* (2005). Nessa obra, a historiadora estuda o importante papel das mulheres no Sierra Club, nos Mountaineers e outros clubes alpinos que evoluíram para organizações conservacionistas, e traz à tona agências de mulheres desconhecidas.

Ainda nos Estados Unidos, cabe mencionar os trabalhos de Nancy Langston, que desenvolveu a linha de pesquisa sobre química e reprodução em seu livro *Toxic Bodies: Hormone Disruptors and the Legacy of DES* (Langston, 2010), que examina a exposição a produtos químicos, que começa em nossos próprios corpos e nos conecta para dentro e para fora, através das gerações, entre ecossistemas e entre espécies. Também a historiadora Nancy Unger contribuiu com um trabalho de longo alcance relacionando sexualidade, reprodução e a luta pelo controle da natalidade à justiça ambiental. No livro *Beyond Nature's Housekeepers: American Women in Environmental History*, Unger (2012) realiza uma síntese enfocando as interações das mulheres com a natureza ao longo da história dos Estados Unidos, desde o tempo das 13 colônias até a atualidade.

No artigo “Género, naturaleza y política: Los estudios sobre género y medio ambiente”, Diana Ojeda (2011) realiza um balanço da literatura sobre o campo de gênero e meio ambiente, abarcando referências da história ambiental, mas também de outras áreas. As relações entre humanos e natureza são atravessadas por lógicas de diferenciação social, como gênero, classe e questão étnico-racial. A autora defende que pesquisadores prestem mais atenção em como os sujeitos e as naturezas adquirem forma a partir de relações de gênero, que transitam por ideias de feminilidade e de masculinidade, valores sobre a sexualidade, estereótipos e expectativas sobre os comportamentos humanos, os tipos de espaços que as pessoas ocupam e as tarefas que devem/podem realizar. Isso permitiria entender melhor problemas ambientais candentes, como a crise das águas, a deterioração dos solos, a soberania alimentar, as mudanças climáticas e os desastres socioambientais (Ojeda, 2011).

No Brasil, ainda há muito poucos trabalhos sobre gênero na área da história ambiental. Podemos citar a Tese de doutorado de Tereza Almeida Cruz, defendida na UFSC em 2012: “Um estudo comparado das relações ambientais de mulheres da floresta do vale do Guaporé (Brasil) e do Mayombe (Angola) - 1980 – 2010” (Cruz, 2012). As pesquisas de Temis Gomes Parente (UFTO) têm tratado temas como mulheres atingidas por barragens; visões de gênero na

utilização dos recursos ambientais na Amazônia; mulheres desterritorializadas. O historiador Marcos Montysuma também tem realizado pesquisas sobre feminismos e gênero na Amazônia<sup>2</sup>.

Em texto conjunto sobre a questão animal em Minas Gerais, Duarte e Ostos encontraram uma presença feminina marcante no movimento de proteção aos animais, porém não constava o nome de nenhuma mulher na primeira associação fundada, a “Sociedade Protectora dos Animais”, em 1923, em Belo Horizonte. Segundo as autoras, “socializadas desde a infância para as funções de cuidado, estimuladas a desenvolver empatia para com os demais, as mulheres se engajaram em diversas causas sociais” (Duarte, Ostos, 2020, p. 195).

A pesquisa sobre Palmira e seu papel na proteção animal no Rio Grande do Sul permite articular gênero e história ambiental para uma melhor compreensão de como as lutas em defesa dos animais se articularam no Brasil, nas décadas de 1940 a 1970. Veremos que a religiosidade, na figura de São Francisco, é um elemento importante para justificar essa atuação, antes de um movimento de proteção ambiental constituir-se na sociedade civil.

## **São Francisco na Vida de Palmira**

A matéria da *Revista do Globo* inicia com uma narrativa dos repórteres na sede da ARPA na época (sala 23 do Mercado Público Municipal de Porto Alegre), aguardando Palmira chegar. É ressaltada a importância dela, pois, para todos que a procuram, o atendente – um policial, “praça da Brigada Militar” – responde que “espere pela D. Palmira”, ou “a D. Palmira é quem vai resolver” (Adam, 1955, p. 17). O embasamento da atuação protetora é também um dos primeiros pontos observados, o Decreto Federal 24.645 (Brasil, 1934), colado “por trás do vidro da porta de entrada”. Quando Palmira chega, quase como mágica, os problemas vão sendo resolvidos, toma providências para atender todos os casos que a aguardavam.

---

<sup>2</sup> Cito a partir das informações do currículo Lattes dos professores.

Os repórteres percebem o quanto é difícil fazer uma matéria sobre Palmira, pois ela tem tantas tarefas que não consegue parar para responder às suas perguntas: “logo se chega à conclusão de que a Associação é a D. Palmira Gobbi Dias e vice-versa” (Adam, 1955, p. 19). Em seguida, começa a narrativa de como essa atuação ferrenha em defesa dos animais começou, e é aí que São Francisco entra na história.

A matéria traz o surpreendente relato de Palmira sobre uma aparição do santo, num dia que não recorda exatamente, mas “antes de 13 de maio de 1950” (referência imprecisa à data de fundação da ARPA, que foi em 13 de maio de 1949), em que estaria “sofrendo de um insuportável estado de depressão moral, à beira de uma descrença total, não acreditando mais na bondade dos homens e duvidando da divina”. Nesse estado, ela teria sido surpreendida

com a certeza de uma presença que se não era de carne e osso, por isso não deixava de ser menos real nem menos visível. Pelo hábito, pelas feições e pelo carinho com que se referia aos animais, ela adivinhou que deveria se tratar de São Francisco de Assis. A aparição não emitiu palavra alguma, mas assim mesmo não houve dificuldade de comunicação. Porque ela ouvia uma voz interior a acalmá-la com promessas de melhores dias para todos os animais que sofrem. E a uma pergunta dela, querendo saber o que deveria fazer, São Francisco teria erguido a mão, recomendando-lhe paciência (Adam, 1955, p. 19).

Segundo a reportagem, Palmira não precisou esperar muito, pois quatro dias depois o então vereador Bonorino Buttelli<sup>3</sup> teria feito um discurso na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, advogando a criação de uma sociedade de proteção aos animais a quem ficasse delegado o poder de zelar pelo cumprimento do Decreto 24.645. Diante desse apelo, a matéria constrói Palmira com a grande articuladora para que a entidade ganhasse corpo: “desde esse discurso do vereador, D. Palmira não sossegou. Tanto caminhou, tantas pessoas arregi-

---

<sup>3</sup> Bonorino Buttelli foi eleito para a 1ª legislatura da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Participou de várias comissões nessa legislatura (1947-1950), dentre elas, destaca-se a Comissão Especial de Inquérito sobre o Envenenamento de Animais, 1947/1948. Em contato com o Memorial da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, infelizmente, não foi possível encontrar o discurso a que Palmira se refere na matéria.

mentou, tanto entusiasmo mostrou que no dia que o Brasil comemora a libertação dos escravos, fundava-se a Associação”.

Na documentação escassa sobre a fundação da ARPA, não é possível obter indícios que corroborem essa afirmação. Já nas fontes jornalísticas, Palmira aparece quase que como a única responsável para que tudo acontecesse<sup>4</sup>. No entanto, na primeira diretoria, não consta seu nome, nem na mesa que elaborou os estatutos da ARPA. O primeiro Diretor-presidente da entidade foi Rheno Julio Fioravante Lorenzoni, e o vereador Buttelli foi designado seu Diretor Jurídico. Todos os cinco membros da Diretoria são homens. Aqui é interessante notar semelhança com a “Sociedade Protectora dos Animais” de Belo Horizonte, da mesma forma não constam mulheres entre os nomes da diretoria, porém elas desenvolvem forte envolvimento com a proteção animal (Duarte, Ostos, 2020).

Dois meses depois, Palmira também foi entrevistada pela *Revista da Semana*, que era encartada no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, mas com circulação nacional, o que possibilitou grande visibilidade à nossa personagem. É interessante a narrativa inicial, que apresenta Palmira como uma “dama de sociedade, de vida bem ociosa”, preocupada apenas com recepções a amigos e viagens para Estados Unidos e Europa. Essa vida “sem finalidade” causava “certo desgosto íntimo” a Palmira, “sentia a necessidade de fazer alguma coisa de útil, assim como d. Eunice Weaver<sup>5</sup> ou Darcy Vargas<sup>6</sup>, cujas atividades sempre admirou” (Lima, 1955, p. 16).

---

4 Esse é um dos temas sobre o qual vamos nos debruçar, na continuidade desta pesquisa, pois é visível uma construção de Palmira como “a protetora dos animais no RS” na mídia porto-alegrense, especialmente nos jornais impressos que circulavam entre os anos 1950-1970.

5 Eunice Weaver (1902-1969) foi uma brasileira com intensa atuação na assistência social às pessoas com hanseníase (lepra). Foi vice-presidente e presidente da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, em São Paulo, por mais de trinta anos (Schumacher, 2000, p. 249).

6 Darcy Vargas (1895-1968), 1ª dama do Brasil, esposa de Getúlio Vargas, teve reconhecida atividade assistencial, que, durante a II Guerra Mundial, provocou a primeira grande mobilização das mulheres brasileiras – as Voluntárias da Defesa Passiva, o auxílio às famílias dos pracinhas –, estendeu-se até sua morte e estabeleceu um modelo (nem sempre seguido) para as primeiras-damas do país, com a criação da LBA, da Casa do Pequeno Jornaleiro e da Cidade das Meninas, onde se previa inclusive formação profissional para as abrigadas (Biblioteca Nacional, *Online*).

É interessante constatar diferenças no relato da aparição de São Francisco. Para a *Revista da Semana*, Palmira fornece uma data precisa, até com horário: “Eram 14 horas do dia 4 de janeiro de 1941. D. Palmira acabara de almoçar e estava sentada na cama, atacada de uma daquelas crises de nostalgia que já a torturavam haviam anos. Foi quando lhe apareceu algo” (Lima, 1955, p. 16). Para melhor expressar o fato peculiar, a matéria passa a palavra para a própria Palmira:

- Desse dia em diante minha vida mudou completamente. Eu estava chorando sobre a cama. Sozinha, chorava e rezava. Rezava com fé e com uma tal convicção que senti que algo iria me acontecer. De repente surgiu diante de meus olhos a figura de um homem alto, de batina e de rosto que era todo bondade. Pensei: é São Francisco de Assis, mas olhando para as suas mãos vi as chagas características. Foi quando ele falou... minhas pernas tremem. Eu queria erguer-me e não podia! “– Não chores, minha filha. Hoje acontecerá algo que mudará o curso de tua vida, e serás muito feliz cuidando dos animais”. Dito isso, o santo sacudiu a batina saindo da mesma um pó reluzente, que pensei inicialmente ser areia. O dito pó caiu sobre o guarda-vestidos. Aí a visão desapareceu, deixando-me aturdida. Imediatamente coloquei em um vidrinho o pó que a visão me deixou e que tem feito curas verdadeiramente milagrosas (Lima, 1955, p. 16).

No relato para a *Revista da Semana*, Palmira acrescentou à visão de São Francisco outros elementos mágicos, “um pó reluzente” capaz de fazer “curas verdadeiramente milagrosas”, e também dessa vez o santo falou com ela. Como analisar esse aparecimento de São Francisco nos relatos de Palmira? São Francisco é conhecido como o “Santo Protetor dos Animais”, inclusive o dia de sua festa litúrgica, 04 de outubro, foi instituído como Dia Mundial dos Animais, em 1931<sup>7</sup>. O santo deixou o *Cântico das Criaturas* e *O Sermão aos pássaros*, entre outras obras em que louva os elementos da natureza. Em 1979, o Papa João Paulo II proclamou-o santo patrono dos ecologistas.

Francesco Bernardone nasceu na cidade de Assis, na atual Itália, numa data imprecisa de 1181 ou 1182 e faleceu com 45 anos, em 1226. Foi canoni-

---

7 O dia mundial dos animais foi ideia de Heinrich Zimmermann, um escritor e editor de revistas alemão. Ele organizou o primeiro dia mundial dos animais em 24 de março de 1925, em Berlim. Em maio de 1931, um congresso de protetores dos animais em Florença, Itália, propôs a data de 04 de outubro, em homenagem a São Francisco de Assis (WORLD ANIMAL DAY, *Online*).

zado como “São Francisco” pelo papa Gregório IX em 1228. Jacques Le Goff, um de seus biógrafos, ressaltou a dificuldade de estudar sua figura, o santo, em sua humildade, não tratava de si próprio em seus escritos; alguns de seus textos mais importantes foram perdidos; além disso, “acrescenta-se incertezas sobre a autenticidade de alguns dos escritos que nos foram legados sob o nome de São Francisco” (Le Goff, p. 45-46).

Roberta Federizzi e Graciela Ormezzano (2019), ao analisar o universo simbólico de São Francisco, afirmam que, atualmente, a imagem de Francisco aparece sempre acompanhada de animais, alude a um defensor dos pobres, o promotor da paz entre as pessoas e as religiões, um homem amante da natureza, inclusive reconhecido pela Organização das Nações Unidas como o protetor e patrono da ecologia. Essa admiração a São Francisco tornou Assis uma das cidades mais visitadas da Itália por turistas, religiosos e peregrinos (Federizzi, Ormezzano, 2019, p. 20).

Le Goff comenta que a obra-prima do santo foi o *Cântico do Irmão Sol* (Le Goff, 2011). Nesse texto<sup>8</sup>, Francisco louva diversos astros e elementos da natureza como seus “irmãos”: Sol, Lua, estrelas, vento, ar, nuvens, água, fogo, com destaque para a terra: “louvado sejas, meu Senhor, pela irmã nossa, a mãe terra que nos sustenta e governa e produz diversos frutos com coloridas flores e ervas” (Franciscanos, *Online*).

Uma das maiores conhecedoras e biógrafa de São Francisco, Chiara Frugoni, entende que a sua conexão com o meio ambiente se dá da seguinte forma:

**Francisco**, porque Cristo fez-se homem, sentia-se irmão de Jesus. E por isso mantinha uma forte relação com Deus Pai, Deus criador, cheio de gratidão pelo plano divino, do qual ele também, como criatura, sentia-se parte. Exatamente por isto **respeitava profundamente a natureza**. Não pensava ter direito, enquanto homem, de explorar e destruir [Grifos no original] (Frugoni, 2015).

---

<sup>8</sup> Segundo Chiara Frugoni (2015), “o hino de Francisco louva os quatro elementos, Fogo, Ar, Água, Terra, componentes essenciais de toda forma de vida, inclusive da vida humana, de acordo com as crenças medievais. Para seu Cântico, Francisco foi inspirado pelo Salmo 148, e a passagem de Daniel 3, 51-89, que compreendem um louvor incondicional a toda a criação, incluindo os animais, dos peixes às aves”.

Humanos e não humanos, no entender de São Francisco de Assis, eram criaturas divinas, filhas do mesmo “pai”. Nesse sentido, os elementos naturais e os seres humanos eram irmãos, assim, deviam ser respeitados como tal.

Palmira era católica, devota de São Francisco, tinha um altar em sua sala com uma estátua do santo, ao lado da estátua de Nossa Senhora Aparecida e de outros santos, como podemos ver na foto abaixo:



**Legenda:** Palmira com cães na sala de sua casa. Ao alto, janela com imagens religiosas, com destaque para São Francisco e Nossa Senhora Aparecida.

**Fonte:** Imagem cedida pelo jornalista Marcello de Campos. Data da foto: Década de 1960.

A visão de Palmira se assemelha a outras narradas pelos biógrafos de São Francisco, como Tomas Celano<sup>9</sup>. Entre as visões místicas na igreja católica, são

---

<sup>9</sup> No parágrafo 138 da Primeira Vida de São Francisco, escrita por Celano - por encomenda do Papa Gregório IX, logo após a canonização de Francisco, em 1228 - encontra-se o relato de uma mulher de Narni, que “fazia coisas horríveis e dizia os maiores disparates. Apareceu-lhe numa visão o bem-aventurado Francisco e disse-lhe: «Faz sobre ti o sinal da cruz». E ao responder «Não posso», fê-lo o Santo e dela desapareceram a loucura e a diabólica exaltação.” (Celano, S/Data, p. 118).

mais comuns relatos de aparições de Nossa Senhora do que de São Francisco. Há relatos de que o próprio Francisco teve muitas visões de Jesus Cristo, uma delas, em 1224, teria deixado no corpo de Francisco as mesmas chagas de Cristo (Franciscanos, *Online*). Aqui não cabe pôr em discussão a veracidade do relato de Palmira, mas entendê-lo como uma ferramenta religiosa de legitimação de sua atividade protecionista: foi São Francisco que a incumbiu da tarefa de proteger os animais; ela, como devota, não poderia recusar.

À entrevista da *Revista da Semana*, Palmira narrou as peripécias que sucederam a aparição do santo. Ela disse querer dar a notícia do evento místico ao marido, porém, vestiu-se às pressas e foi para a rua:

Estava num carro quando vi a certa distância um carroceiro que espancava impiedosamente a um pobre burro. O pobre animal deitara-se sobre o peso da canga. Não sei o que houve realmente. Lembro-me de que senti pena do animal e revoltada contra aquele indivíduo tão mal. Mandeï parar o carro e avancei para o bruto, tirando-lhe a chibata das mãos.

O sr. Imagina, *uma mulher como eu era até então, ter que brigar com um homem em plena rua*. Mas tudo acabou na polícia, pois consegui levar o perverso até a delegacia mais próxima, onde, não sei como, havia um exemplar do decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934, ou seja, a Lei de Proteção aos Animais. E, baseada nessa lei, processei o carroceiro que jurou vingar-se (Lima, 1955, p. 16).

Em seguida, o repórter questiona: “E seu esposo, d. Palmira, como recebeu a notícia da transformação de sua vida?” (Idem). Aqui podemos perceber uma censura velada do jornalista à atuação de Palmira, uma mulher casada com “um homem de bem” que, em vez de cuidar da casa, como era esperado de uma “boa esposa”, ia para a rua brigar com carroceiros. Para defender o cavalo das chibatadas, ela teria ido até parar na polícia e processado o carroceiro<sup>10</sup>.

Podemos perceber nos relatos de Palmira a intercessão de duas questões muito interessantes para abordar gênero: a cultura de aceitação do assisten-

---

10 Os processos judiciais envolvendo Palmira também são fontes e objeto de análise na minha pesquisa, no entanto, o processo mencionado por ela à *Revista da Semana* não foi encontrado nos arquivos onde restaram esse tipo de documentação - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs) e Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (DARQ TJ-RS).

cialismo feminino, como uma forma de cuidado, e a devoção à religiosidade católica, no contexto dos anos 1940-50. A própria Palmira citou duas figuras femininas importantes do assistencialismo como inspiração: Darcy Vargas e Eunice Weaver, como vimos.

Ao analisar a genealogia da palavra “cuidado”, a historiadora Ana Vosne Martins (2021) situa nos séculos XIX e XX a sua migração da filosofia para a literatura e para os escritos de educação das mulheres. É aí que se constrói a especialização feminina dos cuidados: “Cuidar se tornou um verbo de ação feminina, da mesma maneira que certos sentimentos passaram a ser associados à feminilidade, como é o caso da bondade e do altruísmo” (Martins, 2021, p. 154). A natureza das mulheres as tornaria mais preparadas para cuidar da casa e da família – atividades próprias da esfera privada. As mulheres das classes mais privilegiadas poderiam “cuidar também dos mais pobres pela prática religiosa e moral da caridade e da filantropia” (Idem).

Para a historiadora Elizabeth C. Macknight (2007), a própria Igreja propiciaria uma nova esfera de atuação para as mulheres de elite, mesmo que subordinadas ao clero. Além da Igreja, outra área vista como apta à atuação feminina é a saúde, os cuidados médicos. As “moças de família”, oriundas da classe média, da primeira metade do século XX, encontraram nas atividades filantrópicas uma área de atuação extra-doméstica que não representava uma afronta à sociedade machista da época, por isso, bem aceita e recebida. Um espaço feminino socialmente consentido (Curi, 2002, p. 120).

A partir dessas considerações, é interessante analisar como Palmira instrumentaliza sua vontade de atuar na esfera pública, em prol de uma área que estivesse precisando de “cuidado”. A imagem de São Francisco - santo mundialmente conhecido como protetor dos animais - aparecendo a ela para delegar-lhe uma *missão* é perfeita para justificar o engajamento na causa animal. A atuação de Palmira brigando com carroceiros na rua, uma mulher de mais de 40

anos, de classe média alta, casada com um comerciante capaz de proporcionar uma boa vida a ela, inclusive com viagens a Europa, talvez não fosse bem vista pela sociedade conservadora da época. Nesse sentido, a visão de São Francisco de Assis era instrumentalizada por ela em entrevistas que teriam ampla divulgação, como a da *Revista Globo* e a da *Revista da Semana*, para justificar seu engajamento na proteção dos animais.

É possível compreender esses relatos cheios de magia e peripécias, mas revestidos pela autoridade de um santo católico com uma imagem tão boa simpática, como uma estratégia de Palmira para legitimar sua atuação, que envolvia atividades “não femininas”, como envolver-se em brigas na rua com aqueles que maltratavam animais. Normalmente, esse tipo de coisa não seria nada aceitável para uma mulher de sua posição, na conservadora sociedade gaúcha dos anos 1940-50. Porém, ela justificava sua atividade como uma missão delegada por São Francisco, algo de que ela não poderia se furtar, como boa católica, que, dessa forma, estaria cumprindo uma ação desejável para as mulheres de elite da época.

## **Considerações Finais**

A pesquisa sobre Palmira Gobbi está possibilitando uma melhor compreensão das relações entre animais humanos e não humanos no sul do Brasil, entre 1950-70, a partir da intersecção entre biografia, gênero, história ambiental e luta animal. A atuação de uma mulher branca, de classe média alta, católica, chamou a atenção de duas revistas de grande circulação no país daquela época. Não era algo comum naquele contexto uma mulher “de família” se envolver em brigas para defender animais contra pessoas que os maltratavam.

As visões de São Francisco foram percebidas por Palmira como eventos transcendentais, por meio dos quais o santo lhe fazia um chamado, e lhe delegava uma missão a que ela não poderia deixar de seguir: proteger os animais. Era

a forma de assistencialismo que estava disponível para ela, para se aproximar das mulheres que tinha como exemplo, Darcy Vargas e Eunice Weaver. Já a revista usou do elemento religioso como chamariz para sua matéria, colocando no título “Um São Francisco de Saias”, para despertar a curiosidade de possíveis leitores. Por outro lado, podemos interpretar que os repórteres escolheram enfatizar esse ponto para realçar a devoção religiosa de Palmira, e não focar no empoderamento e independência que ela conquistou na sociedade porto-alegrense daquela época, por meio da visibilidade que a atuação na ARPA lhe proporcionava.

## Referências

ADAM, José. Um São Francisco de Saias – Sem pretensões a Santa. **Revista do Globo**, nº 645, Porto Alegre, 20/08 a 02/09/1955.

Biblioteca Nacional. **Darcy, a outra face de Vargas**. Disponível em: <<https://antigo.bn.gov.br/producao/publicacoes/darcy-outra-face-vargas>>. Acesso em 25 ago. 2023.

BRASIL. Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934. **Estabelece medidas de proteção aos animais**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24645-10-julho-1934-516837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 28 ago. 2023.

CELANO, Tomás de. **Biografias II. Vida Primeira (1C)**. Legenda da Úmbria. Tradução: Frei José David Antunes, OFM. Sem Data.

CRUZ, Tereza Almeida. **Um estudo comparado das relações ambientais de mulheres da floresta do vale do Guaporé (Brasil) e do Mayombe (Angola) - 1980 – 2010**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2012.

CURI, Luciano Marcos. **Defender os sãos e consolar os lázaros Lepra e isolamento no Brasil 1935/1976**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2002.

DUARTE, Regina Horta; OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. As Minas Gerais: gentes e bichos. In: MENESES, José Newton Coelho. **Orbe e encruzilhada: Minas Gerais 300 anos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

FEDERIZZI, Roberta Bassani; ORMEZZANO, Graciela René. Universo simbólico de São Francisco de Assis: uma leitura de imagens à luz da teoria durandiana. **Memorare**, Tubarão, v. 6, n. 1, p. 15-35, jan./jun. 2019.

FRANCISCANOS. **Chagas de São Francisco de Assis**. Sem Data. Disponível em: <<https://franciscanos.org.br/carisma/calendario/impressao-das-chagas-de-sao-francisco-de-assis#gsc.tab=0>>. Acesso em 28 ago. 2023.

FRUGONI, Chiara. Uma outra face de Francisco de Assis: Entrevista especial com Chiara Frugoni. **Instituto Humanitas Unisinos**. Publicada em 02 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/544964-a-outra-face-de-sao-francisco-de-assis-entrevista-especial-com-chiara-frugoni>>. Acesso em 20 ago. 2023.

GALLINI, Stefania. Problemas de métodos en la Historia Ambiental de América Latina. **Anuário IHES**. 2004, p. 147-171.

KAUFMAN, Polly. **National Parks and the Woman's Voice**. University of New Mexico Press, 2006.

LANGSTON, Nancy. **Toxic Bodies: Hormone Disruptors and the Legacy of DES**. New Haven: Yale University Press, 2010.

LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LIMA, Vinícius. Amigos sinceros o cão e o gato. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, Ano 56, Nº 44, 29/10/1955.

MACKNIGHT, Elizabeth C. Why weren't they feminists? Parisian noble women and the campaigns for women's rights in France, 1880-1914. **European Journal of Women's Studies**, 14(2), 127-141, 2007.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Narrativas do cuidado: contribuição ao debate teórico e historiográfico numa perspectiva de gênero. **Estudios Sociales del Estado**, v. 7, p. 119-154, 2021.

MERCHANT, Carolyn. **The death of nature: women, ecology, and the Scientific Revolution**. San Francisco: Harper & Row Publishers, 1980.

MERCHANT, Carolyn. Género e historia ambiental. *Ayer*, 11, p. 111-117, 1993.

NORWOOD, Vera. **Made from This Earth: American Women and Nature**. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 1993.

OJEDA, Diana. Género, naturaleza y política: Los estudios sobre género y medio ambiente. *Halac*, Belo Horizonte, volumen I, numero 1, p.55-73, setiembre 2011 – febrero 2012.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. União Internacional Protetora dos Animais de São Paulo: práticas, discursos e representações de uma entidade nas primeiras décadas do século XX. São Paulo, **Revista Brasileira de História**, vol. 37, nº 75, pp. 297-318, 2017B.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. “Por que devemos ser bons para com os animais?” A formação prática e moral dos brasileiros por meio dos discursos de proteção aos animais (1930-1939). Bogotá, **História Crítica**. Nº 71, Enero-marzo 2019, p. 49-68.

SCHREPFER, Susan R., SACKMAN, Douglas Cazaux. Gender. In: SACKMAN, Douglas (Org.). **A companion to American environmental History**. Usa, UK: Wiley-Blackwell, 2010.

SCHREPFER, Susan. **Nature's Altars: Mountains, Gender, and American Environmentalism**. Lawrence, KS: University of Kansas Press, 2005.

SCHUMAHER, Schuma, BRAZIL, Érico. **Dicionário Mulheres no Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

WORLD ANIMAL DAY. Disponível em: <<https://studiouslyyours.com/world-animal-day>>. Acesso em 01 set. 2023.

UNGER, Nancy. **Beyond Nature's Housekeepers: American Women in Environmental History**. New York: Oxford University Press, 2012.

WEISS, J. C. **Palmira Gobbi**. Defensora dos animais. Publicado em 04 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.webpoa.com/memoria/destaques-memoria/palmira-gobbi/>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

## CAPÍTULO 7

# **MULHERES DAS MARGENS DO RIO URUGUAI: AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO OESTE DE SANTA CATARINA (1940-1970)**

*Samira Peruchi Moretto*

*Bruna Carolina Krauspenhar*

**Doi: 10.48209/978-65-5417-180-7**

### **Introdução**

O presente texto tem como objetivo compreender a atuação das mulheres no processo de transformação ambiental, nas margens do Rio Uruguai entre os anos de 1940 e 1970<sup>1</sup>. Durante tais décadas, a colonização da mesorregião Oeste de Santa Catarina estava em processo de consolidação, caracterizada por um aumento da interferência humana no meio ambiente, principalmente devido ao destaque econômico do setor madeireiro, através do desmatamento da Floresta Ombrófila Mista (FOM) e da Floresta Estacional Decidual (FED), do bioma

---

<sup>1</sup> As considerações expostas no presente texto são resultadas das pesquisas: - Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul intitulada “AS MULHERES DAS MARGENS: cotidiano e trabalho feminino nas margens do Rio Uruguai no período do escoamento da madeira (1940-1970)”;

- Projeto “Uma História ambiental das transformações e da antropização das paisagens no Oeste Catarinense (1960 a 1980)”, edital FAPESC16/2021 - UFF2021331000005;

- Projetos do CNPq: 401533/2022-0, 409340/2021-9 e 310850/2021-5.

Mata Atlântica. O meio ambiente da região foi significativamente alterado em função do aumento populacional, a extração madeireira, a criação de animais e a agricultura. As empresas colonizadoras foram incentivadas a se instalar na região, e possuíam como prática a derrubada das árvores da FOM e da FED para delimitar os lotes a serem vendidos, prática chamada de limpeza, a qual constituía na derrubada da floresta com o objetivo de estabelecer a agricultura e criação de animais (MORETTO; SILVA; BRANDT, 2017).

Ao longo do processo de colonização, essa sociedade passou a perceber a atividade madeireira como principal atividade econômica. Nesse processo, o rio Uruguai passou a ocupar uma posição de extrema importância para o período, visto que, era o rio que possibilitava a comercialização da madeira. As madeiras extraídas da cobertura vegetal abundante no período passaram a ser comercializadas e transportadas pelo meio fluvial, através de balsas. As balsas eram compostas de aglomerados de troncos, toras ou tábuas serradas, armadas para transportar as madeiras através do rio Uruguai, até o principal porto de destino, em São Borja, no Rio Grande do Sul, onde eram transportadas para o Rio da Prata, para serem exportadas, assim que chegavam aos destinos, eram desmembradas e a madeira recebia diversificados direcionamentos (RADIN; CORAZZA, 2018).

Com o incentivo à colonização pelo Estado, após a guerra do contestado, os indígenas na região sofreram eliminação física e cultural (LINO, 2015). Além disso, a população cabocla também sofria expropriação das terras (BRANDT; NODARI, 2011). Dessa forma, iniciaram-se conflitos relativos aos diferentes modos de vida e uso da terra das populações, podendo assim afirmar, que a região estuda foi palco de muitos conflitos sociais.

A atividade de escoamento da madeira foi desenvolvida por diversos grupos sociais, de forma direta e indireta. Além disso, favoreceu o desenvolvimento do comércio na região das margens do Rio Uruguai, e com isso, diversas

atividades passaram a ser desenvolvidas pela população. Nas margens do rio, assim como no Oeste de Santa Catarina, o processo de colonização foi um momento de ruptura com as formas de vida das comunidades tradicionais, os caboclos e indígenas, e os colonos que se estabeleceram, carregavam consigo formas de perceber o mundo e a natureza diferentes, com influências das ideais de propriedade privada. Em consonância com uma visão utilitarista de natureza que emergia junto com o processo de colonização, percebeu-se que as formas de relação com o meio natural também se foi alternado.

A formação da região Oeste de Santa Catarina relacionou-se diretamente com a economia madeireira, que converteu a cobertura vegetal abundante da Mata Atlântica, bioma presente na região, em valor comercial. Dessa forma, conforme Brandt, Moretto e Silva (2017), o estímulo à colonização e o desenvolvimento da região, se efetivam com o desmatamento da floresta nativa e o comércio da madeira via Uruguai.

Para compreender as dinâmicas sociais que se desenvolveram em função do processo de escoamento da madeira, enfocou-se na localidade denominada de Porto Goio-Ên, núcleo comunitário das margens do rio Uruguai de destaque no período da atividade balseira, principalmente entre as décadas de 1940 e 1960, o qual localiza-se em Chapecó, Oeste de Santa Catarina. O Porto constituía-se em local atrativo no período, pela possibilidade de ganhos financeiros com as atividades que se desenvolviam em torno do rio, bem como através do escoamento da madeira pelas balsas (FRANCESCHI e ONGHERO, 2008).

Eram diversos os atores envolvidos na atividade de escoamento da madeira, além das atividades que passaram a ocorrer em função da primeira, como o comércio efervescente no local. Conforme Moreira (2019), a atividade balseira iniciava com a derrubada das árvores e a confecção das balsas, e seguia até a viagem. Esse processo demandava significativa exigência, pois era conduzido por meio de técnicas que se fundamentavam em trabalho físico árduo, utilizando tração animal e empregando ferramentas como machado e serrote.

Radin e Corazza (2018) apontam que as atividades dos balseiros iniciaram aproximadamente em 1930, ano em que mais de 20% do valor das exportações do Estado de Santa Catarina proviam da atividade madeireira. Apesar dos discursos memorialistas presentes na região exaltarem o comércio da madeira, as mulheres entrevistadas costumam perceber o desmatamento de forma diferente. A moradora da região Cleci Rotava lastima o desmatamento do período, “canela, de cabreúva, cernica, canjarana. Um monte de madeira e tudo tiraram. Tem hoje no mato aí, tem nos lugares que eles iam cortando as madeiras e faziam tipo uma careira e iam rolando elas. Até no rio pra fazer as balsas pra ir pra São Borja, pra Argentina [...] o pessoal foi destruindo, destruindo tudo” (ROTAVA, 2023).

Os relatos dos antigos moradores, os quais foram analisados a partir entrevistas sobre o período, apontam a participação dos mais diversos grupos sociais na atividade, de forma direta e indireta. Apesar de uma invisibilização das contribuições femininas na história local, o transporte fluvial das madeiras por meio das balsas contou com a participação de homens e mulheres, visto que, caracterizava-se como um sistema complexo que era composto por diferentes atividades.

## **As Mulheres das Margens**

As mulheres que viviam nas margens do Goio-Ên desempenhavam uma ampla gama de atividades laborais em seu cotidiano. Além da agricultura e do comércio, elas se envolviam na extração de areia, na preparação de balsas e na lavagem de roupas no rio. Além disso, também eram responsáveis pela agricultura de subsistência e possuíam habilidades diversas relacionadas ao meio ambiente local, como a utilização da natureza para desenvolver suas práticas de cura.

Conforme Krauspenhar (2023) na década de 1940, no centro administrativo do município de Chapecó, distante do Porto Goio-Ên, havia uma iniciativa

de disseminar normas de comportamento para as mulheres, associando beleza a uma série de condutas que incluíam a reclusão no âmbito doméstico, o cuidado com os filhos e o marido. No entanto, notou-se que as mulheres que viviam nas áreas rurais, como as mulheres caboclas, indígenas e as mulheres pobres, não se enquadravam nesses ideais comportamentais propagados. Isso ocorria porque essas mulheres sempre desempenharam atividades fora do ambiente doméstico, e sua mão de obra era essencial para o tão aclamado progresso do município.

A colonização de Chapecó, e com ela, as abstrações que percebiam na natureza propriedade privada, favoreceram visões de domínio das mulheres e da natureza. Com a ascensão do capitalismo, houve a difusão da visão da natureza como selvagem e caótica, a qual deveria ser dominada. Discursos científicos da modernidade defendiam a dominação das mulheres e da natureza, o que legitimou a submissão ao longo do tempo (MERCHANT, 2019). Dessa forma, ao longo da história, as concepções sobre a natureza e as mulheres passaram por alterações de acordo com questões econômicas e sociais, com destaque para a ascensão da propriedade privada trazida pelos colonizadores europeus como um importante fator dessa transformação de percepção no Porto Goio-Ên.

Sendo assim, a presença das mulheres foi fundamental para os fenômenos históricos do Oeste de Santa Catarina, o trabalho doméstico não pago, o cuidado com os filhos e com a família, foi fundamental para o desenvolvimento das diversas atividades econômicas regionais. Além disso, as mulheres trabalharam em diversos setores, como na indústria madeireira, na extração de areia, na agricultura e no comércio. A atuação das mulheres nas propriedades rurais permitiu que os homens pudessem descer o rio em balsas, enquanto elas garantiam a subsistência da família.

O trabalho doméstico não pago e o cuidado com os familiares constituem-se como atividades de menor prestígio social e costumam ser destinados às mulheres, permeadas por discursos que naturalizam esses trabalhos ao gê-

nero feminino. Na década de 1950, nos registros de nascimento do Goio-Ên, a grande maioria das mulheres era categorizada como “do lar”, enquanto seus maridos eram registrados como agricultores, entretanto, as fontes orais apontam que as mulheres trabalhavam majoritariamente na agricultura. A prática da agricultura de subsistência nesse período não fazia distinção de gênero ou faixa etária, visto que, a família toda contribuía para a atividade, resguardadas as crianças até por volta dos 7 anos. As entrevistas apontaram para a prática de agricultura diversificada, a qual consistia na utilização da coivara herdada pelos indígenas para o plantio de milho, feijão, mandioca, batata, arroz, batata doce, amendoim, abóbora, essa forma de plantio trazia menos prejuízos ao meio ambiente.

Durante as décadas estudada, a agricultura de subsistência era atividade fundamental no Goio-Ên, mesmo com a presença de outras atividades laborais, como a lida com balsas e a extração de areia, a agricultura permaneceu como elemento essencial em todas as narrativas. Nesse contexto, as mulheres seguiam um esquema rígido, no qual o casamento e a maternidade desempenhavam papéis fundamentais para a sobrevivência Stropasolas (STROPASOLAS, 2004).

Tratando-se de um espaço rural, nas entrevistas realizadas com as mulheres colonas há a frequência dos relatos de desconhecimento sobre temas como a menstruação, concepção, desenvolvimento dos seios, por exemplo. Mary Del Priore (2000) sinaliza a diferença de acesso à informação sobre os próprios corpos em relação a mulheres urbanas e rurais. Muitas mulheres casavam-se sem compreender como se dava a concepção, e ainda se considera que até 1960 os contraceptivos não eram disponibilizados no Brasil, ou seja, as mulheres brasileiras não tinham muito controle sobre a concepção (SCOTT, A., 2017).

Ao contrário da agricultura, que era uma atividade exercida por todos os membros da família, as hortas eram um espaço tipicamente um espaço feminino. A historiadora Daiana Varotto (2020) percebeu como as hortas e as práticas

agroecológicas se consolidaram como uma ferramenta de protagonismo feminino na região Oeste ao longo do tempo, apesar do seu recorte temporal ser posterior ao investigado na pesquisa ora apresentada. Os saberes das mulheres sobre chás e ervas medicinais encontravam nas hortas seu laboratório, espaço em que diversos tipos de verduras eram cultivados para o consumo familiar. As práticas de cura geralmente utilizavam-se dos saberes-fazer indígenas e caboclos do Goio-Ên devido ao fato dessas mulheres conhecerem de forma aprofundada a flora da região (BEN, 2015).

Além dos cultivos das espécies para as práticas de cura, Rapczynski (2020) aponta para a utilização de espécies disponíveis nas florestas da região, percebendo a frequência da proximidade entre a residência das benzedeiras e de áreas verdes. O benzimento era uma ferramenta de cura frequentemente procurada pelos moradores das margens do rio Uruguai, pela dificuldade em acessar os médicos disponíveis no município, financeiramente e logisticamente. Assim, as benzedeiras desempenhavam um papel essencial em situações de infortúnios diversos, principalmente em casos de gripe, resfriado, vermes, amarelão, dores de cabeça e em bebês, para curar o refluxo e o choro contínuo, atribuído ao “susto”. Nas entrevistas, foram mencionados remédios naturais, como a banha de porco e o mel de abelha para fechar machucados, além de diversos elementos da flora local que eram utilizados em suas práticas de cura. Merchant (2019) aponta que as práticas de cura envolviam conhecimentos femininos complexos, os quais foram descredibilizados pelo discurso científico.

Durante o período investigado, entre as décadas de 1940 e 1970, a atuação das parteiras foi de fundamental importância para a sociedade da região, especialmente no Porto Goio-Ên, onde a agricultura de subsistência era predominante. Considerando o Porto Goio-Ên e a forte presença da agricultura de subsistência, em que o trabalho reprodutivo das mulheres das constituía também força de trabalho para as lavouras, destaca-se a importância social dos conhecimentos das parteiras. Mesmo com a coexistência com os médicos do

município de Chapecó, as parteiras eram muito solicitadas para os partos do local, o que proporcionou inclusive alianças com os representantes da saúde pública da área urbana no município, como os médicos. As mulheres do Goio-Ên resistiram a discursos que utilizavam a autoridade científica para diminuir saberes femininos, discursos apontados por Merchant (2019).

Nesse período havia um forte empenho de combate ao ócio por parte de discursos de veículos oficiais, como o jornal da cidade *A Voz de Chapecó*, combatendo principalmente o ócio das mulheres. Além disso, discursos médicos sugeriam que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos (D'INCAO, 2010). As mulheres do período nunca estavam sem afazeres, relatando diversas atividades que possuíam ao longo do dia. Nas fontes orais há o relato da sobrecarga mental que envolvia a ocupação frequente.

Conforme Krauspenhar (2023), a estratificação social do Goio-Ên, abaixo dos proprietários de colonizadoras, madeireiras e serrarias, encontravam-se os práticos das balsas, que possuíam um profundo conhecimento sobre o rio e guiavam as viagens. Esses práticos geralmente recebiam a madeira, embalsamavam-na, montavam as balsas e contratavam peões de várias localidades, os quais desenvolviam trabalhos sazonais. Nesse contexto, as mulheres desfrutavam de uma relativa liberdade em comparação às mulheres das famílias dos colonizadores, proprietários de madeireiras e serrarias, no entanto, elas acumulavam obrigações externas às suas responsabilidades no ambiente familiar.

Existia o ofício das lavadeiras de roupa, que utilizavam o rio como local de trabalho para lavar as roupas. Durante a época das balsas, as roupas eram lavadas diretamente nas balsas, utilizando uma tabuinha para auxiliar no processo. Vale destacar que nem todas as mulheres que desempenhavam essa atividade o faziam para o próprio sustento, muitas trabalhavam em prol de suas famílias de forma gratuita. Nesse contexto, mais uma vez é evidente que, apesar das diferentes classes sociais entre as entrevistadas e nas fontes históricas, cer-

tas limitações impostas pelo tempo e espaço dificultavam a vida das mulheres, a atividade das lavadeiras de roupa era um exemplo dessas circunstâncias, onde as mulheres precisavam enfrentar desafios independentemente de sua posição social.

Trabalhavam na agricultura, a qual devia servir aos peões da família que muitas vezes residiam um tempo nos galpões das famílias, gerenciavam o lar e ocupavam-se das atividades domésticas e de cuidado com os membros da casa, muitas vezes designando funções aos filhos, em especial as filhas mais velhas. Esse grupo social compreendia mulheres que atuavam diretamente na atividade balseira, auxiliavam no momento de descarregar a madeira, carregavam tábuas, preparavam as quadras, embalsamavam a madeira, alimentavam os peões que trabalhavam na atividade e cuidavam de toda as funções relacionadas às balsas na ausência de seus maridos.

As entrevistas com moradoras antigas das margens no Rio Uruguai da região Oeste de Santa Catarina analisadas por Krauspenhar (2020) apontam que mulheres caboclas do Goio-Ên, muitas companheiras dos peões mencionados acima, não se encontravam dentro do segmento social que as restringia ao lar, visto que, seus companheiros dependiam de atividades sazonais e consistiam em mão de obra barata. Nos relatos elas apontam ter sido professoras, areieiras, lavadoras de roupa, ter cuidado da alimentação dos caminhoneiros que aguardavam a passagem para o Rio Grande do Sul através da barca. As mulheres caboclas exerciam diversas funções, estabelecendo uma relação estreita com o meio ambiente ao seu redor. Gerhardt (2013) sinalizou a presença da erva-mate nos ervais nativos das margens do Rio Uruguai, essa presença possibilitou o trabalho relacionado a essa planta por parte das mulheres caboclas e seus companheiros. Além dos trabalhos apresentados acima, os quais tinham o meio ambiente como principal influenciador, a localização próxima ao rio Uruguai as levou a atuar como lavadoras de roupa. Havia também a abundância de frutas,

o que permitiu que essas mulheres se envolvessem na venda desses produtos no comércio local, destinado a viajantes que cruzavam a barca.

Em alguns casos relatados, as mulheres atuavam trabalhando nas residências das famílias dos práticos ou de famílias mais abastadas da região, desempenhando tarefas consideradas tradicionalmente femininas, como o cuidado com as crianças, o preparo das refeições para todos e o trabalho doméstico, como aponta Davis (2017), as mulheres negras precisavam primeiramente cuidar dos filhos dos outros, depois de seus próprios filhos. O trabalho fora do ambiente familiar exigia a delegação das tarefas tradicionalmente consideradas femininas, como o trabalho doméstico, cuidado com os membros da casa, alimentação da família e a administração da casa, para as irmãs mais velhas.

Em relação às escolas, nem sempre as mulheres tiveram a oportunidade de frequentá-las, especialmente quando se tratava de irmãs mais velhas, a quem eram atribuídas mais responsabilidades. Como aponta a entrevistada Cleci Rotava (2023), 78 anos, agricultora e moradora do Porto Goio-Ên, “Aula? Nunca na vida. Meu pai dizia assim, mulher não precisa estudar, quem tem que estudar é homem”. Entretanto, apesar dos diversos empecilhos impostos as mulheres, elas acessavam os mais variados conhecimentos, acumularam saberes-fazeres, e buscaram por cursos e aperfeiçoamento dos seus saberes-fazeres ao longo da vida.

Na década de 1940, em Chapecó, havia um intenso esforço em disseminar padrões de comportamento para as mulheres, que consistiam na dedicação exclusiva às atividades domésticas, ao cuidado dos filhos e do marido, e com restrições em relação à participação na vida pública. Além disso, a imprensa local procurava ridicularizar o trabalho feminino fora do ambiente doméstico, sugerindo que as mulheres que buscavam emprego não atendiam aos desejos masculinos da época e, portanto, não se encaixavam nos padrões de beleza impostos pela sociedade (AGUILHÃO, 1946). Entretanto, percebeu-se que essas

prescrições tratavam das mulheres urbanas do município de Chapecó, pois ao considerar o Porto Goio-Ên, nas margens do Rio Uruguai, percebeu-se que as mulheres possuíam diversas atividades fora do ambiente doméstico, principalmente as mulheres caboclas, em consonância com os estudos de Perrot (1988) que apresentavam maior mobilidade nos espaços públicos por parte das mulheres pobres da França do século XIX.

Na região, havia mulheres que se dedicavam ao trabalho de extração de areia, conhecidas como areieiras (KRAUSPENHAR, 2023). Esse trabalho era realizado individualmente ou em duplas, tanto por homens como por mulheres caboclos. Consistia em uma atividade direta junto ao rio, onde a extração da areia ocorria no Rio Uruguai e posteriormente era vendida a um comerciante local, que a estocava. De acordo com os relatos de Dileta Winckler (2020), a areia extraída das margens do Rio Uruguai foi utilizada na construção das primeiras casas e prédios de alvenaria de Chapecó. Para desenvolver a atividade, as areieiras saíam com seus caícos, quando o rio Uruguai estivesse com seu nível baixo. O trabalho das areieiras chegou ao fim por volta do final da década de 1980, quando a areia de outras localidades começou a ser comercializada, sendo considerada mais atrativa para os empreendimentos imobiliários da crescente urbanização e progresso que se buscava promover no município de Chapecó.

O papel atribuído às mulheres do Goio-Ên consistia em desenvolver o serviço doméstico não pago, o cuidado com os filhos e com o marido, o qual compreendia desde a confecção de roupas até a alimentação diária. Essas mulheres precisavam garantir ou contribuir para a subsistência das famílias, a principal atividade nesse sentido era a agricultura de pequena escala para consumo da família. Entretanto, as atividades variavam de acordo com as classes sociais, sendo que as mulheres com menos recursos financeiros acumulavam mais atividades, como a extração de areia, lavagem de roupas, empregadas domésticas, comerciantes. As mulheres das famílias mais abastadas, essas descendentes de

europeus, acumulavam funções no âmbito do terreno da família, auxiliando no descarregamento da madeira para as balsas, na gestão dos peões para as atividades com as balsas e com a agricultura.

A relação dessas mulheres com o meio natural circundante também variava conforme os critérios de raça e classe. As interações com o rio como forma de lazer entre as mulheres colonas costumavam ser mais restrito, devido a possibilidade em exibir os corpos ao molhar o tecido das roupas. Mesmo assim, as imagens e os relatos do período apontam que essas mulheres possuíam uma forte admiração pela paisagem que compunha o rio, além da utilização para diversos fins, como próprio banho de higiene pessoal e a lavagem de roupas. As mulheres caboclas possuíam em seus ofícios, como da coleta de areia, contato direto com o rio, o qual se recordam como parte de seu cotidiano. Em relação a vegetação das margens do Rio Uruguai, essas mulheres muitas vezes se aproximavam de espécies que auxiliavam nas práticas de cura, coletavam frutos para vender no comércio local e, em alguns momentos, lastimam nas entrevistas o desmatamento daquele período.

Apesar das expectativas sociais que restringiam as mulheres e das várias formas de submissão relatadas no Porto Goio-Ên, é crucial ressaltar que sempre houve formas de resistência a essas imposições. As mulheres encontraram maneiras de existir de forma combativa, divergindo dos padrões estabelecidos, através da sociabilidade feminina e das formas que encontraram para atuar em suas próprias histórias. Conforme apontado por Joan Scott, as posições normativas são resultado de conflitos sociais e não de consenso (SCOTT, 1995). Isso destaca que as mulheres no Porto Goio-Ên, apesar das pressões sociais, encontraram maneiras de resistir, buscando formas de expressar sua autonomia e identidade.

## **Conclusão**

As mulheres desempenharam diversas atividades essenciais na história do município de Chapecó, como as práticas de cura, extração de areia, colheita de erva-mate, agricultura, ofício de parteiras, auxílio na atividade balseira, além de desenvolverem o trabalho doméstico não pago, essencial para a ascensão do capitalismo na região. Utilizaram seus conhecimentos sobre a natureza e o corpo para atuarem como parteiras, benzedeiras e curandeiras. Além disso, desempenharam as mais diversas atividades em prol do ideal de progresso que se buscava difundir na região, carregaram areia que possibilitou a construção das residências na área urbana e montaram as balsas, impulsionando o desenvolvimento do setor madeireiro.

As mulheres também comercializaram seus conhecimentos em costura e a produção de determinados alimentos. No Goio-Ên, elas acumularam funções e atividades, incluindo a agricultura, e estabeleciam diferentes relações com o meio ambiente das margens do rio Uruguai e com o próprio rio, de acordo com o segmento social que faziam parte.

Apesar das opressões que as mulheres vivenciavam, assim como os acúmulos de funções, percebidos nas fontes históricas, a investigação sobre o cotidiano e trabalho no Goio-Ên apresentou diversas formas de resistência, como a luta de muitos anos pelo divórcio após sofrer violência doméstica, rejeitar-se a permanecer no espaço privado do ambiente doméstico e aprender ofícios. Nas entrevistas diversos são os casos de protagonismo e de não aceitação à submissão que se tentava impor.

Todas as entrevistadas e as mulheres estudadas nas fontes históricas assumiam diversas funções, além do trabalho doméstico não pago e do cuidado com os filhos, maridos e doentes, que também ficavam sob sua responsabilidade. A agricultura era uma tarefa comum para as mulheres do Porto Goio-Ên, des-

de a infância. Observou-se que essas mulheres raramente conseguiam dedicar tempo a atividades de lazer, pois mesmo em dias chuvosos, continuavam com suas obrigações, como ensinar as filhas a costurar, por exemplo. Tarefas com menos prestígio social costumavam ser atribuídas às mulheres, além do trabalho doméstico não remunerado e da maternidade, considerados como inerentes ao feminino. Embora as mulheres do Porto Goio-Ên trabalhassem de maneiras diversas fora do espaço doméstico, existia um acordo velado, estabelecido pelo contrato sexual entre as famílias, em que cabia às mulheres o cuidado com a casa e a família (MELLO, 2016).

Nos discursos encontrados, é comum observar as opressões de gênero que as mulheres vivenciaram, assim como as resistências que elas apresentaram. Não foram relatados casos de mulheres completamente submissas, que aceitaram passivamente o destino que lhes foi imposto. Pelo contrário, frequentemente os discursos refletem o reconhecimento do acúmulo de funções atribuídas às mulheres da época, a percepção das dificuldades enfrentadas e a resistência, muitas vezes sutil, diante das tentativas de submissão por parte dos maridos. Assim, percebeu-se que as resistências femininas se manifestaram de diversas formas, mas sempre estiveram presentes.

Foi perceptível que as mulheres das margens do Rio Uruguai desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento da região, contribuindo diretamente para a atividade balseira, a construção do centro urbano de Chapecó e o crescimento do comércio local, apesar de terem suas contribuições na história muitas vezes invisibilizadas. As mulheres investigadas desempenhavam uma ampla variedade de atividades, que incluíam a montagem das balsas, a coleta de areia das margens do rio, a comercialização de saberes-fazeres como costura e determinados alimentos, a venda de frutas e o trabalho na agricultura. Além dessas funções, também assumiam o trabalho doméstico não pago e o cuidado com os filhos e maridos, o que permitiu com que todas as atividades do município acontecessem.

## Referências

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 106. 13 out. 1946.

BEN, Fernanda. **No quintal da casa de madeira**: saberes, fazeres e dizeres dos benzedores e benzedoras do oeste de Santa Catarina. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434378030\\_ARQUIVO\\_Noquintaldacasade-madeira-textoAnpuh.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434378030_ARQUIVO_Noquintaldacasade-madeira-textoAnpuh.pdf) Acesso em: 25 nov. 2022.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). **A história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2017.

KRAUSPENHAR, Bruna Carolina. **AS MULHERES DAS MARGENS**: cotidiano e trabalho feminino nas margens do rio uruguai no período do escoamento da madeira (1940-1970). 2023. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2023.

LINO, Jaisson Teixeira. **O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história**. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. 1ed. Porto Alegre: Letra e Vida, 2015, v. 1, p. 92 - 108.

MELLO, Soraia Carolina de. **Discussões feministas na imprensa para mulheres: revista Claudia e o trabalho doméstico (1970-1989)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MERCHANT, Carolyn. **The death of nature**: women, ecology, and the Scientific Revolution . San Francisco: HarperOne, 2019.

MOREIRA, Precila Kátia. **Ecos de vozes sobre o rio Uruguai: a formação do sujeito balseiro na região oeste de santa catarina (1920-1960).** 2019. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

ONGHERO, André Luiz; FRANCESCHI, Lucas Antonio. **VIDAS EM TORNO DO RIO.** Chapecó: Ceom, 2008.

RAPCZYNSKI, Alex Junior. **A PERMANÊNCIA DO CURANDEIRISMO NAS PERIFERIAS DE CHAPECÓ ENTRE OS ANOS 1980 E 1990.** 2017. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed., 1988.

RADIN, José Carlos, CORAZZA, Gentil. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense.** Chapecó, Ed. Universidade Federal Fronteira Sul, 2018.

ROTAVA, Cleci. 78 anos. Depoimento, 21 de junho de 2023. Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadora: Bruna Carolina Krauspenhar.

SCOTT, Ana. Família. In: PINSKY, Jaime. **O BRASIL NO CONTEXTO: 1987-2017.** São Paulo: Contexto, 2017. p. 111-122.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 20 (2): 71-99, jul/dez, 1995.

SILVA, Claiton Marcio; BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira Peruchi. **TRANSFORMANDO A PAISAGEM: UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DE CHAPECÓ** In: Mirian Carbonera [et al.] (Orgs.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais.** Chapecó, SC: Argos, 2017.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O valor (do) casamento na agricultura familiar.** *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2004, vol.12, n.01, pp.253-267. ISSN 1806-9584.

VAROTTO, Daiana Paula. **AGROECOLOGIA E MULHERES**: protagonismo feminino na agroecologia no planalto e alto uruguai do rio grande do sul (1985 - 2019). 2020. 127 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

WINCKLER, Dileta Diesel. **Relatos**: os balseiros do goio-ên. Chapecó: [S.N.], 2020.

# SOBRE AS ORGANIZADORAS

## **Ilsyane do Rocio Kmitta**

*Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Pós doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Integrante como Mentora do Projeto Pesquisa para Elas. E-mail: kmitta.sy@gmail.com*

## **Tânia Regina Zimmermann**

*Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Pós-Doc, sob a supervisão da professora Dr<sup>a</sup>. Tânia Regina Zimmermann no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS.*

# SOBRE AS AUTORAS

## **Bianca Letícia de Almeida**

Mestra e graduada em História pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

## **Bruna Carolina Krauspenhar**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, licenciada em História.

E-mail: [brunakrauspenhar98@gmail.com](mailto:brunakrauspenhar98@gmail.com)

## **Elenita Malta Pereira**

Doutora em História pela UFRGS. Professora Adjunta no curso de História da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).

E-mail: [elenitamalta@gmail.com](mailto:elenitamalta@gmail.com)

## **Ilsyane do Rocio Kmitta**

Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Pós doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Integrante como Mentora do Projeto Pesquisa para Elas.

E-mail: [kmitta.sy@gmail.com](mailto:kmitta.sy@gmail.com)

## **Leila Mourão Miranda**

Professora Titular do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia - IFCH/UFPA.

## **Maria Eduarda Silva de Oliveira**

Graduanda em História pela universidade Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Integrante do Projeto Pesquisa Para Elas.

E-mail: [eduardaoliveirasilv18@gmail.com](mailto:eduardaoliveirasilv18@gmail.com)

### **Tânia Regina Zimmermann**

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Pós-Doc, sob a supervisão da professora Dr<sup>a</sup>. Tânia Regina Zimmermann no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS.

### **Samira Peruchi Moretto**

Professora do Curso de Licenciatura em História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul e do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em História pela Universidade Federal da Santa Catarina.

E-mail: [samira.moretto@uffs.edu.com](mailto:samira.moretto@uffs.edu.com)

# MULHERES, MEIO AMBIENTE E O SAGRADO

## (ESPIRITUALIDADES HUMANAS)

[www.arcoeditores.com](http://www.arcoeditores.com)  
[contato@arcoeditores.com](mailto:contato@arcoeditores.com)  
(55)99723-4952

**ARCO**  
EDITORES ● ● ●

